

ISBN 978-972-8552-05-3

extracto do e-book

# AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS RURAIS

– reúne comunicações apresentadas no Seminário Regional do Norte \  
Vila Real de Trás-os-Montes



A P D E A  
ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE ECONOMIA  
AGRÁRIA

edição





Ano Internacional da  
Agricultura Familiar  
2014

[HTTP://AGRICULTURAFAMILIAR.UTAD.PT](http://agriculturafamiliar.utad.pt)  
AUDITÓRIO DAS CIÊNCIAS FLORESTAIS DA UTAD

# SEMINÁRIO REGIONAL NORTE

## AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS RURAIS

30  
MAIO  
2014

### PROGRAMA

SESSÃO DE ABERTURA

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DA AF NO NORTE DE PORTUGAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

MULTIFUNCIONALIDADE DA AF

AF E SUSTENTABILIDADE DO MEIO RURAL

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

UNIVERSIDADE  
DE TRÁS-OS-MONTES

utad

40  
ANOS

ENTIDADES ORGANIZADORAS:



Fórum Cidadania & Território

ENTIDADES ASSOCIADAS:





## SEMINÁRIO Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais

UTAD | Vila Real | 30 Maio 2014

### Apresentação

O ano de 2014 foi considerado pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), com o objetivo de contribuir para aumentar a visibilidade da pequena agricultura e dos pequenos agricultores em todo o mundo, focalizando a atenção no seu importante papel para a erradicação da fome e pobreza, a provisão de segurança alimentar e nutricional, a melhoria dos meios de subsistência, a gestão dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

No sentido de promover uma ampla discussão ao âmbito regional e aumentar a consciencialização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar mecanismos eficientes de apoiar os agricultores familiares, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) vai realizar, sob organização do CETRAD, DESG, APDEA, SPER, DRAPN, Fórum Cidadania e Território, em colaboração com a ESA de Bragança, a ESA de Ponte de Lima, o CIMO, a AJAP, a CNA e a Federação Minha Terra, no dia **30 de Maio de 2014**, o Seminário subordinado ao tema **“Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais”**, inserido no Programa UTAD40. Destinado a assinalar o AIAF, este seminário insere-se num ciclo de eventos regionais a decorrer no território nacional, em colaboração com o Ministério da Agricultura e do Mar.

A receção de trabalhos está aberta e a sua participação é bem-vinda.

### Áreas Temáticas:

- Família e AF;
- Boas práticas e sustentabilidade da AF;
- AF e preservação da paisagem e da biodiversidade;
- Análise da importância sócio económica da AF em Portugal;
- As respostas das políticas de Desenvolvimento Rural na AF;
- Formas alternativas de comercialização de produtos de AF;
- Quadro jurídico e fiscal da AF em Portugal.

# PROGRAMA

## 09:00 Receção e abertura do Seminário

**Artur Cristóvão** | Vice-Reitor da UTAD (Relator)

**Rui Santos** | Presidente da CM Vila Real

**Adelino Bernardo** | Diretor Regional Adjunto da DRAPN

**Chris Gerry** | Diretor do CETRAD

**Leonor Carvalho** | Diretora da APDEA

## 09:30 Sessão 1 – Importância socioeconómica da AF no Norte de Portugal: Passado, Presente e Futuro

*Moderador:* **Adelino Bernardo** | DRAPN

### **Sistemas alimentares sustentáveis para a segurança alimentar e a nutrição**

(**Hélder Muteia** | FAO)

### **Agricultura familiar: Questões conceptuais e políticas**

(**Agostinho de Carvalho** | ISCSEM)

### **Agricultura familiar e a monocultura da vinha no Douro**

(**Laura Regueiro** | Quinta da Casa Amarela)

### **Agricultura familiar e policultura no Entre Douro e Minho**

(**Miguel Lemos** | Exploração de leite e vinho)

### **Agricultura familiar em territórios de Montanha: exploração de raças autóctones**

(**Brígida Fonseca** | Exploração de gado bovino de raça barrosã)

### **Agricultura Familiar na Terra Quente Transmontana: a diversidade é marca**

(**Rui Tadeu** | Quinta do Barracão da Vilariça)

## 12:30 ALMOÇO LIVRE

## 14:30 Sessão 2 – Multifuncionalidade da AF

### **Sessão Paralela 2.1**

*Moderador:* **Nuno Moreira** | UTAD, Auditório das Ciências Florestais

### **O contributo dos sistemas de produção de ovinos e caprinos para a sustentabilidade das zonas de montanha** (**Filipe Pacheco** | DRAPN)

### **Terra, casamento, herança e poupança. O caso de uma aldeia minhota**

(**António Cardoso** | IPVC)

### **(As)Sincronicidade entre os territórios comunitários de montanha (baldios) e a**

**Agricultura Familiar no Norte de Portugal** (**Luís Lopes** | UTAD)

## Sessão Paralela 2.2

*Moderadora:* **Alexandra Marta-Costa** | UTAD, Sala H0.10 Ciências Florestais

### **Agricultura familiar e agricultura biológica**

(**Isabel Mourão**, **Luís Miguel Brito**, **Luisa Moura**, **José Pedro Araújo** e **Raul Rodrigues** | CIMO-IPVC)

### **Experiência en la implementación de la huertas caseras en Colombia**

(**Ruben Andres Ortega Bonilla** | CIMO-IPB)

### **Os suínos da raça Bísara e sustentabilidade do Mundo Rural**

(**Marieta Carvalho** | CIMO-IPB)

## **16:00** COFFEE-BREAK

## **16:30** Sessão 3, MESA REDONDA – AF e sustentabilidade do meio rural

*Moderador:* **Eduardo Pinto** | Jornal de Notícias

### **Síntese conjunta das Sessões 1 e 2**

por **Ana Maria Braga da Cruz** | CIG e **José Portela** | UTAD

**Mário Araújo e Silva** | DRAPN

**Armando Carvalho** | CNA

**Firmino Cordeiro** | AJAP

**Francisco Pavão** | CAP

**Isabel Santana** | CONFAGRI

**Eduardo Alves** | ICNF

## **18:30** Sessão de Encerramento

*Moderador:* **Luís Tibério** | Comissão Organizadora

**Pedro Teixeira** | Diretor-Geral da DGADR

**Artur Cristóvão** | Vice-Reitor da UTAD

# INTRODUÇÃO

**Luís Tibério**

[mtiberio@utad.pt](mailto:mtiberio@utad.pt)

**Alexandra Marta-Costa**

[amarta@utad.pt](mailto:amarta@utad.pt)

**Artur Cristóvão**

[acristov@utad.pt](mailto:acristov@utad.pt)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, **UTAD**  
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, **CETRAD**

## **AGRICULTURA FAMILIAR: UM CONCEITO COM NOVOS SIGNIFICADOS**

A expressão “agricultura familiar” não é propriamente um termo novo, mas recentes reflexões no meio académico e a sua penetração nas políticas governamentais e nos movimentos sociais, fazem com que o conceito adquira hoje novos significados (Altafin, nd: 1)<sup>1</sup>. Citando estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Altafin (nd: 13)<sup>1</sup> define agricultura familiar a partir de três características centrais: *i*) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; *ii*) a maior parte do trabalho é fornecido pelos membros da família; *iii*) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é no seu interior que se realiza sua transmissão. De igual modo, Fernandes (nd: 5)<sup>2</sup>, citando Hespanhol (2000), recorre ao conceito agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho se encontram estreitamente vinculados ao grupo familiar. Nesse sentido, refere aquele autor, as categorias de análise geralmente utilizadas para caracterizar unidades de produção familiares, como campesinato, pequena produção,

---

<sup>1</sup> Altafini, Lara (nd). Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar, Universidade de Brasília, FAV/UnB.

<sup>2</sup> Fernandes, Bernardo Mançano (nd). Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP, Brasil (disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf)).

agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria “agricultura familiar”.

Altafin (nd: 1)<sup>1</sup>, ao procurar na literatura as contribuições para a delimitação conceptual da agricultura familiar, destaca duas correntes: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada a partir das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; e outra que defende ser a agricultura familiar um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

A primeira corrente considera não fazer sentido procurar as origens históricas do conceito e relacionar agricultura familiar com agricultura camponesa. Nesta perspectiva, citando Abramovay (1992), Altafin (nd: 1)<sup>3</sup>, assinala que “uma agricultura familiar altamente integrada no mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser caracterizada como camponesa” pois, “apesar do carácter familiar, considera que há uma distinção conceptual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, económicos e culturais que caracterizam cada uma. O autor acrescenta, “a racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas da sua capacidade em se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e económico em que se desenvolve”, considerando assim “a predominância de agricultores familiares modernos como um fenómeno recente, sem qualquer vínculo ou herança do passado”. Assim, e referindo-se a Wanderley (1999), relata que a denominada “agricultura familiar moderna” seria considerada um novo conceito, diferente da agricultura camponesa.

A segunda corrente de pensamento considera que “as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam uma ruptura definitiva com formas anteriores, mantendo, pelo contrário, uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade”.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO<sup>4</sup>), a agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural e integra formas de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícolas

---

<sup>3</sup> Altafini, Lara (nd). Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar, Universidade de Brasília, FAV/UnB.

<sup>4</sup> FAO (1996). Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília.

geridas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres como de homens<sup>5</sup>.

### **A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O Banco Mundial assinala que há três milhões de pessoas a viver em zonas rurais, cuja maioria se dedica à agricultura ou à pecuária familiar e que têm essa produção como principal meio de subsistência, mas com acesso limitado a terra e a outros recursos financeiros e tecnológicos. Estima-se que cerca de 1,5 milhões de agricultores familiares trabalhem em 404 milhões de unidades rurais de menos dois hectares; 410 milhões cultivem colheitas ocultas em bosques e savanas; que entre 100 e 200 milhões se dediquem ao pastoreio e 800 milhões de pessoas cultivem hortas urbanas. Calcula-se, ainda, que cerca de 20% das terras cultivadas no mundo sejam de agricultura familiar, respondendo por 30% da produção global de alimentos. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e serviços prestados nas pequenas e grandes cidades. A agricultura familiar é, também, responsável pela melhoria de rendimentos, geração de empregos e redução dos índices de êxodo rural, desempenhando um importante papel socioeconómico, ambiental e cultural<sup>6</sup>.

A agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos, quer em países desenvolvidos, quer em países em desenvolvimento<sup>1</sup>. Todavia, a Comissão Europeia (CE) e a FAO destacam também o seu papel enquanto “motor de integração social e de preservação do meio ambiente”, quando realçam o seu papel no mundo económico, a disponibilização de alimentos para o planeta, o seu contributo para a estabilidade política e a salvaguarda da biodiversidade e dos recursos naturais. Aliás, realçando a importância da agricultura familiar, o comissário europeu de agricultura sublinha que aquele tipo de agricultura representa mais de 80% das explorações agrícolas no mundo, ou seja, cerca de 500 milhões. "O mundo é alimentado por agricultores familiares", enfatiza o comissário<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> In <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/> (acedido em 28 de julho de 2014).

<sup>6</sup> In [http://www.ifgoiano.edu.br/ipora/images/stories/ASCOM/Agronegocio/5\\_boletim\\_setembro.pdf](http://www.ifgoiano.edu.br/ipora/images/stories/ASCOM/Agronegocio/5_boletim_setembro.pdf) (acedido em 28 de julho de 2014).

<sup>7</sup> In <http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/sociedade/fao-sublinham-importancia-agricultura-familiar-sociedade/3/2017/2186340> (acedido em 28 de julho de 2014).

Também a ONU e a FAO reconhecem as debilidades, diversidade e potencialidades da agricultura familiar no mundo<sup>8</sup>:

- i. A agricultura familiar é a forma predominante de agricultura, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento:
  - Há mais de 500 milhões de propriedades agrícolas familiares no mundo;
  - As suas atividades rurais são geridas e conduzidas por uma família e contam predominantemente com mão-de-obra familiar;
  - Estas atividades rurais variam de agricultores de pequena e média escalas a povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, pequenos produtores pecuários, coletores e muitos outros grupos, em várias regiões e biomas pelo mundo.
- ii. Os agricultores familiares são uma parte importante da solução por um mundo livre da pobreza e da fome:
  - Em muitas regiões, eles são os principais produtores dos alimentos consumidos diariamente;
  - Mais de 70 por cento da população que sofre de insegurança alimentar vivem nas áreas rurais da África, Ásia, América Latina e Oriente Próximo. Muitos deles são agricultores familiares, especialmente pequenos agricultores, com pouco acesso a recursos naturais, políticas e tecnologias;
  - Existe evidência que demonstra que os agricultores familiares menos favorecidos podem rapidamente explorar seu potencial de produtividade quando políticas adequadas são implementadas;
  - Facilitar o acesso a terra, água e outros recursos naturais e implementar políticas públicas específicas para os agricultores familiares (crédito, assistência técnica, seguro, acesso a mercados, compras públicas, tecnologias adequadas) são elementos fundamentais para aumentar a produtividade agrícola, erradicar a pobreza e alcançar a segurança alimentar mundial.
- iii. A agricultura familiar contribui para o desenvolvimento sustentável:
  - Os agricultores familiares empregam sistemas agrícolas baseados na diversificação de culturas e preservam produtos alimentares

---

<sup>8</sup> In <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/main-messages/pt/> (acedido em 28 de julho de 2014).

tradicional, contribuindo tanto para uma dieta equilibrada, bem como para preservar a agrobiodiversidade mundial;

- Os agricultores familiares estão inseridos em redes territoriais e culturas locais e gastam sua renda principalmente nos mercados locais e regionais, gerando muitos empregos no setor agrícola e fora dele;
- Os circuitos locais de produção e consumo baseados em agricultura familiar têm um importante papel a desempenhar no combate à fome, especialmente quando ligados a políticas de proteção social que abordem as necessidades das pessoas vulneráveis.

Por forma a materializar a importância conferida à agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável mundial, a Assembleia Geral da ONU, na sua 66ª Sessão, e com o apoio do Fórum Rural Mundial, das redes regionais de agricultores familiares na África, Ásia e América Latina e da 37ª Conferência da FAO, declarou 2014 como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar” (AIAF), numa iniciativa destinada a reposicionar a agricultura familiar no centro da formulação de políticas nacionais agrícolas, ambientais e sociais<sup>9</sup>.

### **OS OBJETIVOS-CHAVE DO ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O AIAF visa, de uma forma geral, aumentar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, focalizando a atenção mundial no seu importante papel para a erradicação da fome e da pobreza, a provisão da segurança alimentar e da nutrição, a melhoria dos meios de subsistência e gestão dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais. Foram definidos quatro objetivos centrais<sup>9</sup>:

- Apoiar a formulação de políticas que promovam a agricultura familiar sustentável, incentivando os governos a estabelecerem o ambiente propício (políticas favoráveis, legislação adequada, planeamento participativo para um diálogo sobre políticas, investimentos) para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.
- Aumentar o conhecimento, a comunicação e conscientização pública:
  - Aumentar a conscientização pública sobre agricultura familiar, agricultura e pesca de pequena escala e suas contribuições (tanto atuais

---

<sup>9</sup> In <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/objetivos-e-linhas-de-acao/pt/> (acedido em 28 de julho de 2014).

- quanto potenciais/inexploradas) para segurança alimentar, melhor nutrição, erradicação da pobreza, crescimento económico, geração de empregos e melhoria dos meios de subsistência, desenvolvimento territorial, uso sustentável dos recursos naturais, especialmente de agricultores, pescadores e trabalhadores do sector pesqueiro com poucos recursos;
- Aumentar a conscientização pública e o conhecimento sobre a diversidade e a complexidade dos sistemas de produção e consumo da agricultura familiar, assim como da pesca e agricultura de pequena escala;
  - Ampliar o diálogo e a cooperação;
  - Aumentar a conscientização pública e o conhecimento sobre agricultura familiar, pesca e agricultura de pequena escala, bem como as atuais tendências em políticas e desenvolvimento, destacando “histórias de sucesso”, boas políticas e melhores práticas;
  - Ampliar as oportunidades de diálogo, participação e acesso à informação para pequenos agricultores e suas associações.
- Obter um melhor entendimento das necessidades, potencial e restrições da agricultura familiar, e assegurar apoio técnico:
- Identificar, capitalizar e promover o apoio técnico para gerar ações de desenvolvimento de capacidade, incluindo políticas;
  - Atingir agentes não ligados à agricultura (instituições financeiras, bancos de desenvolvimento, autoridades etc.), a fim de aumentar sua conscientização e conhecimento sobre o potencial da agricultura familiar e de pequena escala no desenvolvimento sustentável;
  - Incentivar ações de âmbito mundial, regional, nacional e comunitário;
  - Monitorar a evolução das explorações familiares e das políticas relacionadas com a agricultura familiar e de pequena escala;
- Criar sinergias para a sustentabilidade:
- Promover a inclusão da visão do AIAF junto de comités e processos internacionais;
  - Garantir que ações de longo prazo relacionadas com a agricultura familiar sejam incluídas na agenda internacional (Quadro pós-2015).
  - Sinergias com outros Anos Internacionais, especialmente o das Cooperativas.

## **O Ano internacional da Agricultura Familiar no Norte de Portugal**

No sentido de promover uma ampla discussão de âmbito regional e aumentar a consciencialização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores portugueses enfrentam e ajudar a identificar mecanismos eficientes de apoiar os agricultores familiares, realizou-se, no dia 30 de Maio de 2014, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) o Seminário “Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais”. Tratou-se de uma organização conjunta do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) e do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG) da UTAD, da Associação Portuguesa de Economia Agrária (APDEA), da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), do Fórum Cidadania e Território, em colaboração com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), a Escola Superior Agrária (ESA) de Bragança, a ESA de Ponte de Lima, o Centro de Investigação de Montanha (CIMO), a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a Federação Minha Terra e a Câmara Municipal de Vila Real e integrou um ciclo de eventos regionais a decorrer no território nacional destinado a assinalar o Ano Internacional da Agricultura Familiar em Portugal.

Para além das sessões de abertura e de encerramento, com o respetivo enquadramento institucional do evento, o Seminário realizou-se em três partes com finalidades distintas.

A primeira parte consistiu no enquadramento conceptual do tema e na apresentação de comunicações por parte de agricultores familiares residentes no Norte de Portugal, visando dar visibilidade às suas experiências pessoais e familiares com o desenrolar da atividade agrícola, identificar o papel da agricultura familiar na sociedade e no desenvolvimento da região, reconhecendo os seus problemas e promovendo a partilha das suas realidades vividas enquanto agricultores familiares.

A segunda parte consistiu da apresentação de comunicações por investigadores, para identificação e divulgação do que tem sido produzido a nível científico, sob diferentes prismas, em matéria de agricultura familiar.

A terceira parte consistiu numa mesa redonda, constituída por académicos, técnicos e outros *stakeholders* institucionais, na qual os intervenientes foram “convidados” a refletir em torno das seguintes questões:

- Na perspetiva da organização que representa, qual a perceção que tem sobre o papel da agricultura familiar na sustentabilidade ou no desenvolvimento do meio rural?

- Que práticas e atividades de apoio a sua organização desenvolve, tendo como referência a promoção da agricultura familiar?
- Como perspectiva, a organização que representa, o futuro da agricultura familiar?

O evento contou com 31 oradores, moderadores e relatores, totalizando 87 participantes. O público do evento foi constituído essencialmente por Produtores agrícolas; Técnicos agrários; Técnicos de desenvolvimento local; Dirigentes de Associações; Dirigentes do Ministério da Agricultura; Autarcas; Presidentes de Junta de Freguesia; Docentes e investigadores; Estudantes; e Jornalistas.

Dos vários assuntos abordados e das experiências partilhadas, são três as principais conclusões que se retiram do Seminário realizado em Vila Real.

Em primeiro lugar, confirmou-se a importância económica, social e também ambiental, cultural e territorial da agricultura de âmbito familiar. Trata-se de uma atividade dominante no setor (mais de 90% das explorações do mundo), sendo esta a ocupação de uma fatia importante da população residente em Portugal, que permite a segurança alimentar e nutricional, a gestão dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente e contribui para a estabilidade e reforço dos laços familiares, particularmente nas áreas rurais.

Em segundo lugar, destacaram-se muitas das dificuldades porque passam os agricultores familiares. “Gerir a agricultura é como gerir uma empresa sem teto” – como afirmaram os agricultores intervenientes no seminário. As dificuldades no setor são muitas e são também extensíveis a outras realidades internacionais, destacando-se a título de exemplo, o acesso a recursos básico como a terra, a falta de serviços de apoio técnico, as dificuldades de comercialização dos produtos, e as limitações impostas pelas próprias políticas agrícolas, que frequentemente favorecem outros tipos de agricultura, nomeadamente o chamado “agronegócio”.

Como corolário dos anteriores evidenciou-se, em terceiro lugar, a complexidade da atividade agrícola, que incorpora os sistemas alimentares considerados como os mais integrados, facto sublinhado pelo representante da FAO presente no Seminário. Verificou-se ser necessário o seu reposicionamento nas agendas de discussão por forma a identificarem-se maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares. Algumas iniciativas poderão passar pelo reforço da ligação entre atividade e o estado; por uma discriminação positiva das mulheres agricultoras ou suas famílias, para compensar e motivar a sua resiliência e dedicação; por medidas criativas e inovadoras que apoiem a atividade (a montante e a jusante) e que

possam substituir o agricultor, contribuindo, quer para o bem-estar da família, quer para o aumento dos seus rendimentos e, em última instância, para o desenvolvimento rural mais equitativo e equilibrado.



# SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

(Pessoas saudáveis dependem de sistemas alimentares saudáveis)

**Hélder Muteia**

Responsável do escritório da FAO  
em Portugal

## RESUMO

Na 66.<sup>a</sup> sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2014 foi formalmente declarado o “Ano Internacional da Agricultura Familiar” (AIAF). A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiares e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos e tem um importante papel socioeconómico, ambiental e cultural.

Contudo, o presente ano não será apenas de celebração, pois a agricultura, como um todo, incluindo a familiar, enfrenta desafios gigantescos e urgentes, perante os quais cresce a consciência de que a segurança alimentar e a nutrição devem resultar de sistemas alimentares sustentáveis.

Os sistemas alimentares modernos têm garantido um sistemático aumento dos níveis de produção e produtividade, mas exercem, ao mesmo tempo, uma enorme pressão sobre os recursos naturais, particularmente a água, os solos, as florestas e a biodiversidade.

Outro aspeto importante é que ainda existem no mundo cerca de 842 milhões de pessoas passando fome. Ou seja, uma em cada oito pessoas encontra-se em situação de fome crónica, sem acesso a alimentos suficientes para ter uma vida saudável e ativa. Além disso, uma em cada quatro crianças com menos de cinco anos tem baixa estatura para a sua idade. 165 milhões de crianças estão tão desnutridas que nunca atingirão todo o seu potencial físico e intelectual. Ao mesmo tempo, cerca de 2 mil milhões de pessoas não dispõem das vitaminas e minerais essenciais para uma vida saudável.

As regiões da África subsariana e do sul da Ásia são as mais afetadas. Na África subsariana o drama é mais desolador: 1 em cada 4 pessoas está encurralada nesse ciclo vicioso de pobreza absoluta e desnutrição crónica.

A explosão demográfica, por exemplo, ameaça complicar ainda mais a equação. A população mundial atual é de cerca de 7 mil milhões de pessoas, e projeta-se que em 2050 a cifra atinja 9 mil milhões. Naturalmente que a procura por alimentos vai aumentar. Para satisfazê-la, a produção alimentar tem que crescer em pelo menos 60%. Estima-se que a procura por cereais cresça dos atuais 2,1 mil milhões para cerca de 3 mil milhões de toneladas. A procura de carne deve conhecer um aumento mais dramático: de 270 milhões de toneladas para 470 milhões. O mesmo devendo acontecer com as frutas e legumes. Grande parte deste aumento deve advir do aumento da produtividade. Apenas uma pequena percentagem resultará da expansão das áreas cultivadas.

No que diz respeito ao desafio da sustentabilidade ambiental e das alterações climáticas, os atuais padrões de consumo e de produção ameaçam a destruição da base de recursos que sustentam a vida no planeta. A agricultura utiliza 70% da água e é também responsável pela sua contaminação com agroquímicos; participa no desmatamento e destruição de alguns nichos ecológicos; e também é responsável por 14 a 20% das emissões de gases com efeito de estufa.

Outros dois grandes desafios que precisam de ser abordados nos atuais sistemas alimentares são os elevados índices de desperdício de alimentos, e a alta e volatilidade dos preços de alimentos que prejudicam particularmente os grupos mais vulneráveis, incluindo os pequenos agricultores.

Em resumo, os sistemas alimentares devem produzir mais, desperdiçar menos, e preservar a base de recursos que sustenta a vida no planeta (os solos, a água, a floresta e a fauna) e contribuir para uma melhor sustentabilidade económica e social.

Assim, espera-se que a agricultura contribua, não apenas para a produção de alimentos e outros bens de grande utilidade económica, mas também que corresponda aos desafios da sustentabilidade ambiental e social. E no quadro da mudança de paradigmas que urge adotar, é preciso pensar num quadro institucional mais favorável para a prática da agricultura.

Naturalmente que essa situação desejável carece de um novo quadro institucional que promova e facilite o desenvolvimento da agricultura sustentável. São necessárias novas políticas públicas que viabilizem novos paradigmas de acesso

às terras, água para irrigação, tecnologias apropriadas, crédito, informação e seguro agrícola.

Se todo o sector agrário precisa de ser revisto, a agricultura familiar merece atenção redobrada. Não só porque contribui consideravelmente para a segurança alimentar do mundo, como também porque protege a agro biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, preserva os alimentos e dietas tradicionais e impulsiona as economias locais, ajudando a combater a pobreza absoluta.

Inúmeros estudos já demonstram que uma forma muito objetiva de promover a erradicação da fome é apoiando a agricultura familiar. Dessa forma estaremos a resolver duas preocupações ao mesmo tempo: por um lado, o aumento da produção agrícola e a disponibilidade de alimentos e, por outro, a redução dos índices de pobreza absoluta, através da melhoria dos rendimentos desse grupo, que continua apresentando altos índices de vulnerabilidade ao mercado e às mudanças climáticas.

Foi certamente a pensar nestes desafios que as Nações Unidas declaram 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O AIAF 2014 vai promover uma ampla discussão e cooperação no âmbito nacional, regional e global para aumentar a conscientização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares.

É também uma oportunidade para sair das palavras para a ação. Promover lideranças fortes e dedicadas, tanto a nível internacional como a nível nacional. Investir em infraestruturas e promover novos quadros institucionais favoráveis aos sistemas alimentares saudáveis.



# AGRICULTURA FAMILIAR: QUESTÕES CONCEPTUAIS E POLÍTICAS

**Agostinho de Carvalho<sup>1</sup>**

[agantunescarvalho@gmail.com](mailto:agantunescarvalho@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O Recenseamento Agrícola de 2009 distingue dois tipos de agricultura, segundo a importância económica, social e os recursos de terra: Grande agricultura e Agricultura familiar

Sob o ponto de vista da importância relativa dos dois tipos de agricultura ressalta a reduzida influência numérica da Grande agricultura que compreende apenas 3% das explorações, detém 30% da SAU, mas ocupa um volume importante de mão-de-obra assalariada (80%), e o grande domínio da Agricultura familiar que inclui no conjunto 97% das explorações, dispõe de 70% da SAU e 95-59% da mão-de-obra utilizada é familiar (Quadro 1).

Apesar da Grande agricultura só explorar 30% da SAU, contribui com 55% para o Valor de Produção Padrão Total (VPPT), superando em 10% a contribuição da Agricultura familiar, que detém 70% da SAU. Esta situação é imputada a insuficiências graves que caracterizam a agricultura familiar, das quais se destacam as baixas produtividades físicas, a falta de organização comercial e a reduzida adesão ao progresso técnico, insuficiências que expressas na média do indicador VPPT/ha SAU referente à Agricultura familiar é 2,8 vezes inferior ao da Grande agricultura<sup>2</sup>.

O discurso técnico e económico dominante, que tem como referencial a grande exploração, a grande empresa agrícola, estabelece uma relação causal entre as insu-

---

<sup>1</sup> O autor agradece a leitura e sugestões a Amílcar Duarte, Carlos Borges Pires, Emília Madeira e José Ramos Rocha.

<sup>2</sup> Os valores, em euros, do VPPT/ha SAU segundo a DE das explorações são os seguintes: Muito Pequenas (794); Pequenas (932); Médias (766) e Grandes (2337). Embora o valor por ha de SAU respeitante à Grande agricultura esteja sobrevalorizado pois inclui nomeadamente explorações especializadas em granívoros, aves e suínos, o VPPT/ha SAU desta agricultura é sem dúvida muito superior ao da agricultura familiar, pois as grandes explorações têm um nível tecnológico mais elevado do que as explorações familiares (INE, 2011).

Quadro 1. Importância económica e social da Grande Agricultura e da Agricultura Familiar

Tipos de Agricultura	Dimensão Económica (DE) <sup>3</sup> das explorações	N.º (%)	VPPT <sup>4</sup> (%)	Mão-de-obra familiar (%)	SAU (%)
Agricultura Familiar	Muito Pequenas	79	13	95	21
	Pequenas	12	11	82	15
	Médias	6	21	59	34
Grande Agricultura	Grandes	3	55	20	30

Fonte: INE (2011).

ficiências indicadas e a dimensão das explorações. Quer dizer, as explorações muito pequenas, pequenas e médias são inviáveis do ponto de vista económico e são avessas ao progresso técnico. Ora, quanto a mim, não é a pequena e média dimensão das explorações que impede a Agricultura familiar de se modernizar. O que a história diz em relação a esta questão é que desde o fim do século XIX e início do XX, o modelo de pensamento sobre o desenvolvimento agrícola teve como referencial a grande exploração, quer na quase totalidade dos regimes socialistas ou comunistas no século XX, quer nos países ocidentais. Era admitido que só as grandes explorações tinham condições para incorporar as inovações da ciência e da técnica e eram viáveis economicamente e, obviamente, sempre tiveram maiores apoios financeiros e técnicos (Petit, 2011).

Mas as vicissitudes económicas, sociais e políticas porque passam as sociedades impõem muitas vezes alterações que vão contra o modelo dominante. Apresentamos dois exemplos que tiveram início na segunda metade do século XX, com grande significado político e económico: o desenvolvimento da agricultura chinesa e o da fruticultura no SudTirol (Itália do Norte), o primeiro teve lugar num país com sistema político socialista e outro num país capitalista.

<sup>3</sup> Classes de DE das explorações expressas em Valor de Produção Padrão Total (VPPT): Muito Pequenas (< 8 000 euros); Pequenas (8 000 a < 25 000 euros); Médias (25 000 a < 100 000) e Grandes (>100 000 euros). Foram recensadas 305 260 explorações, às quais corresponde a SAU de 3 668 145 hectares.

<sup>4</sup> O VPPT, Valor de Produção Padrão Total corresponde à soma dos diferentes VPP (valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração) obtidos para cada actividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efectivo) existentes dessa actividade na exploração (INE, 2011).

## **SUCESSO DA AGRICULTURA CHINESA**

Entre 1979 e 2007 a produção agrícola chinesa quadruplicou. Isso, permitiu aumentar o autoconsumo e, conseqüentemente, diminuir o número de pessoas subalimentadas. Entre 1969-71 e 2001-03 o número de pessoas subalimentadas diminuiu de 237 milhões. Além disso, o aumento da produção agrícola conduziu também a um acréscimo da procura interna. (Petit, 2011; FAO, 2006).

Estes resultados são devidos a decisões políticas (Petit 2011; FAO, 2006) em diferentes domínios: investimentos em irrigação, em infra-estruturas de transportes e de comercialização; reforma agrária levada a cabo em 1978, com extinção das comunas e arrendamento de parcelas de terra com menos de 1 hectare a 200 milhões de pequenos agricultores; reintrodução do mercado e aumento do preço dos cereais e da carne de porco; e ainda a consideráveis investimentos na investigação agrária. Neste caso, a pequena dimensão das explorações não impediu a adopção do progresso técnico e o crescimento da economia. O impulsionador do crescimento económico foi a transformação tecnológica, com a oferta de inovações técnicas e institucionais adequadas às pequenas explorações. Com efeito, a análise da evolução da produtividade total dos factores (PTF) por província, cruzada com as despesas em investigação e desenvolvimento e o número de variedades homologadas, evidencia um crescimento significativo da PTF de cerca de 3% ao ano, entre 1979 e 1995, com variações significativas entre as províncias, relacionadas com os investimentos públicos em investigação agronómica (Petit, 2011).

O interesse conceptual e político da experiência chinesa reside no facto de se ter passado da grande exploração para a pequena, abrangendo 200 milhões de agricultores e da produção agrícola ter aumentado 5% ao ano durante 28 anos. O exemplo mostra ser possível desenvolver a agricultura com base em pequenas explorações e que a decisão da implementação do modelo foi política.

## **FRUTICULTURA NO SUDTIROL (ITÁLIA DO NORTE)**

O segundo caso, o da produção de maçã na região do SudTirol, no Norte de Itália (Kraus, 2010), abrange 8 000 explorações e 18 000 hectares, num território difícil, em vales apertados. A produção da região, cerca de 800 000 toneladas, das quais 80 000 toneladas se destinam à transformação industrial, representa 40% da produção italiana e 10% da produção europeia. A produção média no período 2001-11 foi de 53 t/ha.

A estrutura fundiária é claramente minifundiária. A dimensão média das explorações é de 2 hectares, com a seguinte repartição por escalões de dimensão: 34% têm menos de 1 hectare, 16% entre 1 e 2, 15% entre 2 e 3, 20% entre 3 e 5, 13% entre 5 e 10 e 2% com mais de 10 hectares. Cada exploração tem em média 3 parcelas dispersas. Cerca de 95% das explorações são familiares. Os agricultores com área superior a 5 hectares têm a fruticultura como fonte única de rendimento, os restantes têm outra actividade complementar: agro-turismo, artesanato e sector terciário (Kurtwerth-consulting, 2011).

Quadro 2. Preço da maçã, euros/kg, 1970-2010 (a preços constantes)

1970-1980	0,87
1981-1990	0,61
1991-2000	0,46
2001-2010	0,39

Fonte: Kurtwerth-consulting (2011).

Vejamos o que se passou com a evolução dos preços (Quadro 2) e das produções unitárias (Quadro 3) entre 1970 e 2011. Neste período os preços baixaram 55%. Pelo contrário, a produção unitária que era de 28 t/ha nos anos 70, foi aumentando sempre, 28% nos anos 80, 18% nos anos 90 e 22% em 2001-11. Entre 1970 e 2011 a produção unitária aumentou 83%.

Quadro 3. Produção em t/ha, 1970-2011

1970-1980	28,3
1981-1992	36,5
1993-2001	43,2
2002-2011	52,6

Fonte: Kurtwerth-consulting (2011).

Os ganhos de produtividade são atribuídos a diversas acções: redução dos custos de produção, aumento da produção, melhoria da qualidade, inovação varietal e aumento de eficiência (Kurtwerth-consulting, 2011), e foram possíveis devido ao enquadramento de diversas instituições (Kraus, 2010; Fernandes, 2006 e 2010), a saber:

- Cooperativas e organizações de produtores

A estrutura fundiária da região em análise é tipicamente minifundiária. Além do mais, a terra é cara e não há praticamente transacções. Mas o que seria considerado em Portugal como um grande obstáculo ao desenvolvimento da agricultura (Fernandes, 2010), no SudTirol não inviabilizou a obtenção de altas produções (53 t/ha) de maçã de elevada qualidade, paga ao produtor 0,39 euros /Kg (Quadro 2).

Há muitos anos que nesta região se alvitra a necessidade de concentração das explorações, mas apesar da manutenção da estrutura fundiária, foram encontradas soluções para modernizar a agricultura. Reconheceram que explorações e pequena e média dimensão só sobreviveriam se associadas em cooperativas e mais tarde no quadro da PAC aproveitaram as vantagens oferecidas pelas organizações de produtores, pois sem economias de escala não seria possível concentrar a oferta, implementar um sistema de qualidade, dar resposta às exigências do mercado, agir activamente sobre este, inovar ao nível das variedades e produtos transformados, dispor de suficiente capacidade técnica e oferecer determinados serviços aos produtores.

Ao contrário do que se passou noutros países da UE canalizaram todos os fundos comunitários dos programas operacionais para a modernização das estruturas associativas, cooperativas e organizações de produtores, em particular no que respeita à comercialização da maçã e à sua valorização, não concedendo apoios às explorações individuais (plantação, redes ou coberturas). Apesar desta falta de financiamento, as explorações investiram, modernizaram-se, porque as organizações de produtores, devido aos seus bons resultados económicos, têm pago preços compensadores aos produtores.<sup>5</sup>

Em consonância com estas acções os serviços de agricultura da região de Bolzano criaram o Centro Experimental de Laimburg e apoiaram o Instituto Agrário de San Michelle all' Adige, que é uma fundação privada<sup>6</sup>, e, em colaboração com as organizações de produtores, asseguram o funcionamento de uma organização publico-privada de assistência técnica e, ainda, o Consórcio de inovação varietal.

- O Centro experimental de Laimburg e o Instituto Agrário de San Michelle all' Adige, onde são realizados ensaios de porta-enxertos, formas de condução, fertilização, rega, poda, monda de frutos e conservação da fruta, a

---

<sup>5</sup> Preços pagos por kg de maçã, SudTirol, 0,39 euros, nas Beiras, 0,20 euros.

<sup>6</sup> O Instituto Agrário de San Michelle all' Adige foi fundado em 1874, aliando desde o início a investigação, a formação, a experimentação e a extensão rural, nos domínios da agricultura, do agro-alimentar e do ambiente e foi a segunda escola de agricultura do antigo império austro-húngaro (Instituto Agrário Di San Michelle All' Adige, Fondazione Edmund Mach).

- par de actividades de formação de agricultores, preparação de jovens produtores e técnicos, são financiados a 95% com fundos públicos.
- Organização público-privada de assistência técnica, financiada em partes iguais pelos agricultores e pela Província de Bolzano, em estreita ligação com as duas instituições referidas, presta um grande apoio técnico aos fruticultores, sendo responsável pela sua elevada capacidade profissional, sem a qual não seria possível obter os altos níveis de produtividade física, a diminuição dos custos de produção e a melhoria da qualidade.
  - Consórcio de inovação varietal é a instituição que tem a seu cargo o melhoramento e os ensaios de adaptação de variedades de maçã, a caracterização sensorial das variedades e a realização de painéis de provadores e consumidores.

Estas instituições disponibilizaram aos pequenos e médios agricultores inovações tecnológicas e institucionais que permitiram a sua modernização.

### **TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, MOTOR DA MODERNIZAÇÃO**

Os casos apresentados permitem tirar duas conclusões:

- Não foi a pequena e média dimensão que impediu o desenvolvimento da agricultura, como se constatou na China e no SudTirol.
- Foi a transformação tecnológica, que se deve à natureza das inovações técnicas e institucionais, aos investimentos em investigação e à difusão dos seus resultados, o motor do crescimento económico.

Trata-se de investigação ao longo da fileira, ou seja, da produção à comercialização e valorização dos produtos. Investigação centrada nas explorações que existem, nas suas características (área, actividades, mão-de-obra, tecnologia, recursos financeiros), na sua racionalidade, nos objectivos que os agricultores querem atingir e nas suas relações com o mercado (Barros, 1989; Carvalho a, 1984 a; Fragata, 1989).

Analisemos, a título de exemplo os resultados da medida de política pública que tinha como objectivo valorizar os recursos endógenos, com origem em variedades regionais e raças rústicas. Estão certificados mais de 100 produtos tradicionais de qualidade, mas só cerca de metade são comercializados como Denominações de Origem Protegida (DOP) e Indicações Geográficas Protegidas (IGP). Cinco produtos representam 70% das vendas: Pêra Rocha, Queijo S. Jorge, Ananás dos Açores e carnes de bovino (Carnalentejana e Barrosã). A maioria (95%) tem baixas produções e

foram definidos com base numa concepção restritiva (Carvalho, 2003). O que se passa com a IGP “Citrinos do Algarve” esclarece este assunto.

A implementação da IGP “Citrinos do Algarve” foi um insucesso. Entre 1996 e 2007 as quantidades comercializadas anualmente com esta referência de qualidade representam cerca de 1% da produção de citrinos do Algarve (Madeira *et al.*, 2010), situação que ainda se mantem.

O insucesso (Madeira *et al.*, 2010) ficou a dever-se a diversos itens do caderno de especificações da IGP, como sejam:

- Os agentes de comercialização têm de fazer o pedido de autorização anual para uso da IGP no mês de Setembro, o qual deve ser acompanhado da caracterização do sistema produtivo, nomeadamente das práticas culturais, variedades existentes, estado geral dos pomares e da sua localização. Sucede, porém, que em Setembro, a maioria dos agentes de comercialização dos citrinos do Algarve, os intermediários grossistas, não podem facultar estas informações pois compram a laranja ao longo do ano, quer nas explorações, fruta na árvore ou já colhida, quer à porta do armazém, aos agricultores ou a ajuntadores. Este requisito exclui 44% da produção de citrinos do Algarve.
- As especificações referentes ao aspecto exterior dos citrinos são muito exigentes, especialmente no que respeita a manchas devidas a tripes e a roçaduras de ramos, não sendo aceites frutos com mais de 4 cicatrizes em mais de 10% dos frutos da cada embalagem. Estas exigências não tiveram em conta dois factos. Primeiro, o de não existirem produtos homologados para os tripes e de não se terem difundido no Algarve técnicas que diminuem as roçaduras dos ramos, como se verifica em Espanha. Segundo, não tiveram em conta a opinião que os consumidores expressaram num inquérito realizado a nível nacional, e no qual estes manifestaram opinião positiva sobre os citrinos do Algarve, dizendo que os preferiam pelo facto de serem mais doces e terem melhor sabor e mais sumo do que os de outras origens. De realçar que, os consumidores, não fizeram referência ao aspecto exterior, característica a que foi dada grande relevância no caderno de especificações da IGP.
- Embora a maioria das centrais fruteiras tenha investido na adequação às normas ambientais, de higiene, sanitárias e de segurança no trabalho, só 25% cumpriam os requisitos do caderno de especificações da IGP, pois nes-

te âmbito muitas exigências eram inexequíveis, designadamente no que respeita às instalações e meios de transporte utilizados.

Os dados acabados de apresentar evidenciam claramente o desajustamento dos parâmetros definidores da IGP face às condições em que os citricultores e as centrais trabalham, difíceis de ultrapassar no curto prazo, nomeadamente no que respeita à forma de aquisição dos citrinos pelos agentes de comercialização e ao aspecto exterior dos frutos.

A IGP e outros sinais de qualidade só podem contribuir para a valorização comercial dos produtos se a escolha e definição dos parâmetros partir das características predominantes desses mesmos produtos, das suas diferentes qualidades, ligadas ao processo produtivo, e integrar os interesses dos agricultores, dos agentes comerciais e dos consumidores, o que naturalmente passa por uma negociação, na qual também intervêm instituições públicas. Não há uma qualidade, há qualidades, que se constroem tendo em conta os interesses acabados de indicar e que se alteram com o tempo. Definir parâmetros muito exigentes, mas que não envolvam a grande maioria das explorações agrícolas e dos agentes comerciais, em nada contribuem para o desenvolvimento da agricultura.

Debrucemo-nos agora sobre o financiamento da investigação. Quem a deve pagar? Os agricultores? Não, por duas razões. Em primeiro lugar porque os pequenos e médios agricultores não têm recursos financeiros. Em segundo lugar, porque a investigação agrária é, por natureza, caracterizada pelo risco e incerteza e é praticamente impossível impedir a difusão da informação sobre novas técnicas e práticas. O resultado desta investigação é um bem público, que deve ser financiado pela sociedade (Yuro & Ruttan, 1998). É o que se passa em todo o mundo, quer no que se refere à investigação, quer à experimentação e extensão rural (Girão, 2001), quando se quer desenvolver a agricultura e em especial a de pequena e média dimensão. As políticas públicas seguidas nesta matéria em França, na Itália e em Espanha são bem esclarecedoras.

O modelo dominante, como referimos, condiciona o desenvolvimento da agricultura à grande dimensão, e sem alterações significativas na política prosseguida até agora, é previsível a médio prazo o reforço da Grande agricultura, quer em área, quer no valor da produção.

Que papel pode desempenhar a Agricultura familiar no desenvolvimento da agricultura e do país? Que alternativas existem para a Agricultura familiar?

O quadro 1 caracteriza as explorações familiares segundo a dimensão económica, em muito pequenas, pequenas e médias, quadro fundiário que no médio prazo é relativamente rígido, e as propostas que a seguir se apresentam têm em conta este facto.

As muito pequenas explorações representam 79 % em número, ocupam 21% da SAU e geram 13% do VPPT total. São unidades produtivas orientadas essencialmente para a produção de alimentos para consumo das famílias, como o demonstra o caso de um agricultor, a tempo parcial, reformado, com uma área de 0,33 ha, para o qual se dispõe de dados referentes à influência dos produtos autoconsumidos na dieta da família (Carvalho a, 1984 a).

A importância na dieta da família dos nutrientes fornecidos pelos produtos com origem na exploração é muito grande, nas percentagens a seguir indicadas: calorias (68); proteína animal (55); proteína vegetal (70); gordura (55); vitaminas: A (30), B1 (90), B2 (88), PP (85) e C (100); minerais: Ca (86), e Fe (88).

Se avaliarmos a exploração do agricultor com base em valores monetários é inviável, pois as despesas são superiores ao produto bruto. O agricultor orienta a exploração para satisfazer uma necessidade fundamental do homem: a alimentação. Com esse objectivo produz batata, milho, feijão, alhos, cebola e vinho para consumo próprio, dando resposta às suas necessidades, que, como ser omnívoro não tira os nutrientes de que precisa de um único alimento, precisa de um mínimo de variedade (Fischer, 2001). A contribuição do autoconsumo para a dieta da família e a diversidade das culturas praticadas não deixa dúvidas a este respeito.

Por isso, nestes casos, a avaliação deve, por isso, ser feita tendo em conta os objectivos do agricultor: produção de alimentos para consumo próprio. Estamos assim na presença de valores de uso e não monetários. E é como valores de uso que devem ser avaliados. O sistema de produção é eficiente deste ponto de vista. Pois, por um lado, contribui de modo significativo para as necessidades em nutrientes da família, e, por outro lado, os rendimentos energéticos global e do trabalho, têm, respectivamente, os valores de 3,01 e 26,67, ou seja, uma caloria investida na exploração, em trabalho, adubos e sementes, gera 3,01 e por cada caloria despendida em esforço físico o agricultor obtém, 21,67 (Carvalho b, 1984 b).

Entre nós, a muito pequena agricultura, dedica-se em particular à horticultura, e contribui para a melhoria da nutrição das famílias e gera, também, algumas receitas com a venda de produtos. O seu número é elevado, 79% do total de explorações, com dominância de áreas de menos de 1 hectare e de 1 a menos de 5. São explorações que embora detendo 21% da SAU têm um papel de grande importância na so-

cidade portuguesa, pois contribuem para a oferta de alimentos para os grupos sociais mais desfavorecidos, principalmente em épocas de crise, como a que atravessamos, e que levou algumas câmaras municipais a apoiarem a instalação de hortas urbanas. A avaliação que entre nós se faz destas explorações, considerando que são inviáveis do ponto de vista económico, baseando-se em valores monetários é incorrecta, pois, a sua racionalidade assenta na produção de valores de uso, de produtos para alimentação da família e é como valores de uso que devem ser avaliados.

Pelo contrário, a contribuição das pequenas e médias explorações para o aumento da produção, substituição de importações, melhoria das condições de vida das famílias agricultoras e sustentabilidade dos territórios rurais, poderia ser muito melhorada. Com efeito, a adopção de inovações técnicas e institucionais adequadas a estas explorações aumentaria significativamente o valor do VPPT/ha SAU, dado o seu baixo valor, quando comparado com o obtido pelas grandes explorações, como indicámos. Acresce ainda que a pequena e média agricultura detém 49% da SAU, valor superior em 19% ao das grandes explorações e um número muito significativo de explorações com SAU entre 20 e 50 hectares, 50 e 100 hectares e mais de 100 hectares<sup>7</sup>.

O investimento prioritário deveria incidir na investigação agrária, pois só com grande transformação tecnológica, com a oferta de inovações tecnológicas e institucionais adequadas à agricultura familiar, é possível aumentar a produção e diminuir custos. Especial atenção deve ser dada à comercialização, pois as organizações de produtores têm entre nós pequena expressão (GPP, 2013).

A evidência empírica da experiência chinesa e do desenvolvimento da fruticultura no SUDTirol põe em causa o modelo dominante de desenvolvimento da agricultura. Impõe-se, conseqüentemente, uma mudança de paradigma, no qual se considerem os progressos técnicos e institucionais como endógenos ao sistema económico e dependentes da oferta dos factores e da procura dos produtos. A teoria do progresso técnico e institucional induzido, de Hayami & Ruttan (1998), responde a este objectivo. Está assim aberta a possibilidade de conceptualizar e implementar políticas públicas diferentes para agriculturas também diferentes, nomeadamente quanto à estrutura fundiária, às lógicas de funcionamento, às relações com o mercado e aos objectivos que se propõem atingir. A escolha é eminentemente política e encontra dificuldades na sua realização, pois confronta-se com o forte poder da ideologia

<sup>7</sup> Pequenas explorações (%): 20 a < 50 ha, 37; 50 a < 100 ha, 23; > 100 ha, 8.

Médias explorações (%): 20 a < 50 ha, 33; 50 a < 100 ha, 46; > 100 ha, 44 (INE, 2009).

dominante no desenvolvimento agrícola, aceite e difundida por instituições de ensino e investigação, organismos internacionais e profissionais e partidos políticos. Mas este domínio não impediu o desenvolvimento da fruticultura no SudTirol, num país fundador da PAC.

Consideremos, a título exemplificativo, a produção de maçã nas Beiras e em Trás-os-Montes. As importações de maçã são actualmente muito superiores às exportações, tendo por isso interesse económico aumentar a sua produção, quer de variedades exóticas, quer tradicionais. Se compararmos a produção média nas Beiras e em Trás-os-Montes, que não ultrapassa 18-20 t/ha, com a obtida no SudTirol, 53 t/ha, concluímos que os necessários ganhos de produtividade só se podem obter com grande incorporação de ciência e tecnologia. Por isso, sugiro a criação de um Centro Tecnológico para a maçã das Beiras e de Trás-os-Montes, que parta dos problemas sentidos pelos produtores, das suas aspirações, para que possa contar com a sua participação activa e envolva o Ministério da Agricultura e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Terminamos relevando o facto de que o desenvolvimento da agricultura familiar é essencialmente uma questão política e é a este nível que deve ser discutido, pois a par do modelo dominante centrado nas grandes explorações, está actualmente disponível um modelo de pensamento que dá resposta à modernização da agricultura na qual predominam explorações de muito pequena, pequena e média dimensão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, Vítor C. (1989). *Minifúndio e modernização agrícola. O caso de Vagos (Beira Litoral)*, Dissertação de acesso à categoria de investigador auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária, Lisboa.
- Carvalho, Agostinho de a. (1984 a). *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras.
- Carvalho, Agostinho de b. (1984 b). *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura, Anexos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras.

- Carvalho, Agostinho de. (2003). “Produtos alimentares com referencial de qualidade podem promover o desenvolvimento rural” in *Portugal Chão* (João Portela e João Castro Caldas, Org.), Celta Editora, Oeiras, 463-499.
- FAO. (2006). *L'état de l'insécurité alimentaire dans le monde 2006*, FAO, Rome.
- Fragata, António A. C. (1989). *Políticas Agrícolas, diversidade e estratégias dos agricultores. Casos no Entre Douro e Minho e Vale do Sousa*, Dissertação de acesso à categoria de investigador auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária, Lisboa.
- Fernandes, Francisco. (2006). Bolzano - A Província onde a maçã é rainha (Parte I). Retratos de uma visita. *Gazeta Rural*.
- Fernandes, Francisco. (2010). Província de Bolzano, em Itália. O “Santuário da Fruticultura Europeia. *Gazeta Rural*.
- Fischer, Claude. (2001). *L'Homnivore*, Éditions Odile Jacob, Paris.
- Gabinete de Planeamento e Políticas. (2013). *Programa de desenvolvimento rural do Continente 2014-2020. Diagnóstico*, Ministério da Agricultura e do Mar.
- Girão, José António. (2001). “A agricultura portuguesa: em passeio aleatório ou em regime estacionário?” in *Agricultura, economia e sociedade. Ensaio em homenagem ao Prof. Fernando Estácio*, Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, Lisboa, 2001, 257-277.
- INE. (2011). *Recenseamento Agrícola 2009, Destaque*, INE, 17 de Maio, Lisboa.
- Instituto Agrário Di San Michelle All'Adige, Fondazione Edmund Mach ([www.iasma.it](http://www.iasma.it)).
- Kraus, Andreas. (2010). *Organização da produção frutícola no SudTirol*, Jornadas Frutícolas, DRAPC, Viseu.
- Kurtwerth-consulting 2011.
- Madeira, E.; Guerreiro, J.; Carvalho, A. (2010), Estratégias técnicas e institucionais para o desenvolvimento da citricultura algarvia - O caso da IGP “Citros do Algarve”, in *Spatial and Organizational Dynamics, Discussion Papers Environment and Land Use Management*, n.º 4, October, CIOE/Alg, 57-71.
- Petit, Michel. (2011). *Pour une agriculture mondiale productive et durable*, Éditions Quae, Versailles.
- Yuro, Y.; Ruttan, V. W. (1998). *Agriculture et développement, une approche internationale*, INRA Éditions, Paris.

# AGRICULTURA FAMILIAR E POLICULTURA NO ENTRE DOURO E MINHO

**Miguel Carlos Lemos**

[lemos.barcelos@gmail.com](mailto:lemos.barcelos@gmail.com)

Exploração de leite e vinho

## TESTEMUNHO DE UM AGRICULTOR

Fico muito agradecido pela oportunidade que me proporcionaram em dar o meu testemunho como detentor de uma empresa agrícola familiar.

Sou filho e neto de pequenos agricultores no concelho de Barcelos.

Nesta região e até sensivelmente 1985, a agricultura era maioritariamente de policulturas, por isso, quando por algum motivo a colheita corria mal, havia outras soluções, nem que fosse o recurso há floresta.

Foi neste ambiente de ter que entender de quase tudo, ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, fazer horas extra no trabalho, ou seja, muito sacrifício e dedicação para conseguir ultrapassar as crises políticas, financeiras, familiares (partilhas compra de tornas etc.), intempéries e outras.

Foi uma época de lutas químicas cegas, de produções já com alguma dimensão (vinho, batata, feijão, hortícolas), mas com pouco controlo de qualidade e que conseqüentemente se traduzia em preços baixos ao produtor.

Foi neste ambiente de euforia dos químicos milagrosos que cresci.

Então pelos anos 85/86, eu já com o nono ano de escolaridade, curso de empresário agrícola, e serviço militar cumprido, tendo em atenção a conjuntura política que se vivia que se traduzia em falta de emprego, preços baixos á produção e com os agricultores desmotivados. Eram também as injustiças que as cooperativas praticavam, com prepotência e arrogância que eu não conseguia assistir.

Com a adesão de Portugal á CEE, acordei com os meus pais por volta de Janeiro de 1988, em tomar a pequena exploração por arrendamento e dar-lhe um seguimento diferente, com produção de leite vacas holstein e vinho verde.

Apresentei um projecto 797 à apreciação no IFADAP.

Visto que teimavam em não dar seguimento ao projecto em causa, resolvi sair do país.

Emigrei para os USA, dei-me muito bem, foi lá que vi produtores de leite a fazerem protocolos de prestação de serviços em quase tudo, desde fornecimento de forragens, às lavouras e serviços especializados, como veterinários e outros.

Admirava aquela economia (compra de bens de consumo em prestações), a sociedade era muito organizada, pessoas em geral bem instruídas e educadas, quem trabalhava tinha dinheiro, notava-se responsabilidade a vários níveis, tanto dos trabalhadores como dos empregadores e serviços públicos.

Mas, depois de participar num congresso sobre agricultura de futuro, que se desenrolou por um mês em vários estados, fiquei com a certeza que poderia executar um projecto idêntico mas em pequena escala.

Estava a chegar o Natal, recebi informação que o meu projecto 797 tinha sido aprovado, juntei as saudades que tinha da família, da minha região e de uma sociedade menos mecânica, onde se podia faltar ao trabalho um dia e não ser despedido, onde se podia estar doente e receber assistência hospitalar sem que tivesse que ter seguro para o efeito, etc., no fundo preferia constituir família numa sociedade mais normal.

Regressei, pus em marcha o meu projecto e ainda não parei, criei mais e melhores condições para as vacas leiteiras, aumentando e melhorando progressivamente o efectivo.

Fiz a mudança da vinha de Várzea para a meia encosta, com castas e técnicas aconselhadas.

Fiz e continuo a fazer formação na área agrícola, penso que é condição obrigatória para ter algum sucesso nesta área.

Neste momento estou com uma média de produção quilos de leite por vaca de 11.500 kg.

A produção de uvas ronda os 30.000 quilos, em que depois de me cansar de ajudar na recuperação da adega cooperativa local, concluí que para mim não era mais possível continuar a perder as uvas e a alimentar gestões ruins para a lavoura.

Passei a entregar a um industrial que me valoriza a qualidade e paga a 30 dias, faço também vinificação e engarrafamento de aproximadamente 50% da produção.

Neste percurso, constitui família, temos três filhos, a minha esposa não ajuda na exploração porque prefere produzir confecção, visto que é nisso que é

profissional. Os meus pais e o meu tio, ajudaram-me muito, mas estão agora com perto de oitenta anos, felizmente ainda têm saúde.

Fui quase que obrigado a comprar os terrenos que rodeavam a minha pequena exploração, perfazendo hoje á volta de quinze ha, fiz assim o meu emparcelamento, conto com uma parcela de 10 ha.

Sinto agora muito a falta de apoio direto da esposa e dos filhos, penso que a liberdade que sempre dei às pessoas que me rodearam até hoje, contribuiu para esta situação.

Tive e continuo a ter muitas dificuldades, com burocracias, leis desenquadradas com a minha região, bancos que me assaltam com a permissão do estado, dificuldades muitas vezes criadas propositadamente pelas organizações que nos representam para justificar a contínua transferência de verbas, que no meu entender seriam melhor empregues na bonificação de juros na ajuda á produção de produtos regionais de qualidade.

Mas vou conseguindo ultrapassar as dificuldades que vão surgindo, como por exemplo: os € 80.000 que perdi em 2011 e 2012, a produzir leite abaixo do custo, o aquecimento global que já afecta as culturas e os animais, as dificuldades na escolha cada vez mais difícil de fitofármacos para poluir o menos possível etc.

Continuo convencido que a policultura será sempre uma mais-valia, e não tenho grandes duvidas que, com gosto, com persistência, com a formação e com as ferramentas que os jovens têm disponíveis hoje em dia, tudo leva a crer que a continuidade da agricultura familiar não se encontra ameaçada, continuando assim a ser um bom pilar de sustentabilidade da sociedade.



# AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIOS DE MONTANHA: EXPLORAÇÃO DE GADO BOVINO DA RAÇA BARROSÃ

**Brígida Fonseca**

[brigidamarisa@gmail.com](mailto:brigidamarisa@gmail.com)

Exploração de gado bovino de raça barrosã

## **TESTEMUNHO DE UMA AGRICULTORA**

Estudei na Escola Profissional Agrícola Conde São Bento. Em 2002 a 2005 frequentei o curso Técnico de Produção Agrícola. Paralelamente trabalhava na minha empresa Raizproject. Frequentei o curso de Engenharia Agronómica / Zootecnia na Escola Superior Agrária de Ponte Lima de 2006 a 2009. Desde de 2010 sou produtora da raça Barrosã.

A empresa agrícola nasceu da vontade de concretização, num só conceito, de várias paixões: Agricultura Biológica e produzir uma raça autóctone. Assim, em 2010 começa a tomar forma esta Vontade. Então, começamos há procura de explorações agrícolas fechadas ou em vias de, para darmos início á produção. Em Abril de 2010, encontramos uma exploração da raça barrosã na aldeia de Linharelhos que pertence a Salto. Começamos como caseiros, e fazíamos todas as actividades que uma exploração de bovinos assim exige. No fim de 2012, iniciamos por conta própria esta actividade. Neste momento temos 45 fêmeas adultas e um macho e estamos num processo de conversão para o modo de produção biológica

O nosso objectivo, é essencialmente procuramos ajustar a Nossa Dedicção, Conhecimento e Convicção àquelas que são as necessidades dos nossos clientes, acrescentando regras empresariais como Estratégia, Criatividade, Bom Senso, Determinação, Profissionalismo, Pro-actividade e Responsabilidade Social.

Os desafios que traçamos para nós próprios são antes de mais, preservar a qualidade e o reconhecimento alcançados, manter a relação de fidelidade com os nossos consumidores, procurando novos nichos de mercado.

**Palavra-chave:** Raça Barrosã, Produção Biológica.



# AGRICULTURA FAMILIAR NA TERRA QUENTE TRANSMONTANA: A DIVERSIDADE É MARCA

**Rui Tadeu**

Quinta do Barracão da Vilariça

## **TESTEMUNHO DE UM AGRICULTOR**

O convite endereçado pela organização deste seminário era bem explícito quanto ao conteúdo do meu contributo, ou seja, relatar a experiência pessoal e familiar – o papel da agricultura familiar no contexto da Terra Quente Transmontana. Assim, a minha intervenção será focalizada num relato de ações encetadas no concelho de Vila Flor e em particular no Vale da Vilariça.

Nunca me esquecerei da 1.ª viagem que fiz de comboio, iniciada na estação de Campanhã no Porto (minha cidade natal), saído de um percurso de estudante: quando chegado à estação da Pala me deparo com o comboio a marginar as águas mansas do Rio Douro e daí em diante, o festival de ocres outonais das vinhas, os verdes dos bosques alcantilados nas margens fez-me lembrar as descrições literárias de alguns livros de estudo d'Eça de Queirós, Jaime Cortesão entre outros.

Volvida que estava a etapa até à estação do Tua, embarquei noutra comboio, de via estreita, na linha que ainda tinha como términos a cidade de Bragança (hoje totalmente encerrada). Depois de ter sido literalmente esmagado pela beleza agreste dos fragaredos de granito que descem ao leito do Rio Tua e de os meus olhos se terem perdido no sinuoso corredio das suas águas, eis que chego à estação do Cachão, aí ainda estava em funcionamento, aquele que foi o maior complexo Agro-industrial do Nordeste Transmontano.

Apanhada a caminheta da carreira Cachão-Vila Flor, mais um trajecto de espanto: o Monte do Faro, o Cabeço da N.ª Sr.ª da Assunção e finalmente Vilas Boas, uma pequena aldeia inserida no sopé destas duas serras, cujo casario apresentava uma harmonia invulgar com paisagem envolvente de olivais, vinhas, terras de pão e amendoeiras, enquadrada em manchas de verde florestal.

Tal viagem, complementada com outras que se seguiram pela linha de caminho-de-ferro do Sabor, foram determinantes para a percepção da região de Trás-os-Montes e em particular da denominada Terra Quente Transmontana.

Ao longo dos anos sempre vivi numa pequena aldeia e em quintas próximas de vila Flor, tal proporcionou-me um contacto muito estreito com a terra, quando há mais de 30 anos me tornei agricultor, hoje diz-se empresário rural.

Recordo-me que em casa, do leite das ovelhas Churras/Terrinchas, fazíamos, à lareira, o queijo e os requeijões. A matança do porco – o festival do aproveitamento do animal era um ritual de Dezembro, a apanha da azeitona, o azeite novo, os aromas das fogueiras, o pão do forno da Tia Alda, tudo isto sempre me surgiu como um ciclo genuíno em que a natureza generosa suportava a actividade humana em que o equilíbrio ecológico estava intrínseco.

Essa casa motivou a sua recuperação e remodelação, tendo resultado em melhoria da habitação própria da minha família e uma parte afectou-se a Agroturismo (aliás, a 1.ª unidade a ser licenciada na então Região de Turismo do Nordeste Transmontano).

A região da Terra Quente Transmontana que grosso modo, compreende os concelhos de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Mirandela, parte de Murça, Valpaços e Macedo de Cavaleiros, é uma região com características muito diversas aonde predomina o olival, as vinhas, os amendoais e ainda extensas áreas de terras cobertas por estratos arbustivos autóctones como o rosmaninho, o alecrim, a carqueja, a giesta negral e branca, salpicadas de onde em onde de rebanhos de ovelhas churras e cabras serranas.

É uma região em que a diversidade é uma realidade marcante. Tal diversidade está na base da obtenção de excelentes produtos como o azeite, o vinho, a amêndoa, os queijos, os cordeiros e os cabritos entre outros.

Esta região apresenta globalmente uma unidade de produtos diversos (como já referido a vinha e o vinho, a oliveira e o azeite e amendoal), no entanto surgem produções localizadas como a maçã no Planalto de Ansiães e o pêsego no Vale da Vilarça, ambas as situações com grande incremento devido às condições muito específicas para o seu cultivo e produção.

A cereja não tem conseguido afirmar-se no planalto de Alfândega da Fé como seria de esperar, não estando em progresso a sua cultura e produção.

O amendoal reaparece com um novo impulso em novas plantações, sendo que aquele que não é de regadio irá ficar muito aquém das expectativas e provavelmente terá dificuldade em se adaptar devido às variedades utilizadas.

A forma de exploração é essencialmente familiar, com um a dois trabalhadores fixos extra família, com excepção nas campanhas de colheira em que, invariavelmente escasseia a mão-de-obra, por vezes superada com recurso a imigrantes do Leste, em particular, búlgaros e romenos, no entanto, mesmo estes já foram mais, pois também estes têm imigrado ou para outras regiões ou para outros países.

Esta realidade condiciona, e muito, a gestão agrícola da Terra Quente Transmontana.

A nossa exploração agro-pecuária não foge dessa realidade. É uma quinta com 65 ha, inseridos no perímetro de rega do Vale da Vilariça, o qual vai funcionando suficientemente.

A disponibilidade de água marcou desde sempre a exploração agrícola, tem permitido regar as culturas como o olival, o amendoal, as pastagens para o gado ovino churro e mesmo acudir às vinhas nos anos de maior stress hídrico.

Uma das maiores valias de uma exploração agrícola de base familiar é a integração plena da gestão familiar, pela proximidade, na resolução dos problemas diários que se colocam (se se planeia, no dia anterior, um trabalho a céu aberto e afinal chove...), é nesse momento que se tem de substituir a direcção dada à mão-de-obra e alterar quantas vezes radicalmente as tarefas então definidas, tal só é possível porque estamos lá, participamos, somos parte integrante, como alguém, com razão, disse "...gerir a agricultura, é gerir uma empresa sem tecto...".

Sabemos que o rebanho, as aves de capoeira, os recos, os próprios cães comem todos os dias (não há lugar a feriados ou fins de semana). Todos os dias produzem leite, ovos, têm crias, necessidade de tratamentos. Esta realidade obriga a uma presença humana constante e contínua e não pode ser de outra maneira.

No nosso caso particular, a exploração agrícola assenta a sua actividade numa multifuncionalidade que reflecte a região envolvente, o Vale da Vilariça, inserido na Terra Quente Trasmontana.

A diversidade das culturas foi uma opção consciente, ditada pelo tipo de solos, disponibilidade de água e clima temperado a quente. Assim, apostou-se nos terrenos xistosos em vinhas e amendoais, o olival tradicional existente manteve-se e introduziram-se pastagens em sob coberto, nas terras de aluvião (margens da Ribeira da Vilariça), prados permanentes de regadio para alimento directo do rebanho de ovelhas churras terrinchas.

Atendendo à possibilidade de acordos de exploração cinegética, criou-se uma zona de caça turística.

As edificações, devidamente recuperadas para o efeito, estão afectas a uma unidade de alojamento de agro-turismo.

Ao longo dos anos temos procurado seguir uma estratégia baseada no ditado popular “não coloques os ovos todos no mesmo cesto”, ou seja, escolhemos três sectores produtivos, complementámo-los com o rebanho que além do leite e cordeiros, fornece o estrume que compostamos para fertilização dos solos, sendo que a exploração se encontra toda em modo de produção biológica.

Não nos temos dado mal, pelo contrário, continuamos a aprofundar a referida multifuncionalidade, pois se nalguns anos falha a azeitona, pode dar a vinha e/ou o amendoal, se lhe juntamos os proveitos complementares da caça e do agro-turismo, aliados à venda dos nossos produtos com marca própria ou para marcas de outros com reconhecida qualidade, permite assegurar um relativo rendimento constante.

Obviamente que os subsídios comunitários provenientes do RPU e agro-ambientais ajudam a equilibrar financeiramente o conjunto da exploração.

Sempre entendi que a actividade do Homem devia ser de intervenção animada por desígnios em que o respeito pelos valores da ruralidade seja um referencial bem iluminado. Não se trata de inventar o que já está inventado, mas sim de interpretar o que nos circunda e de forma humilde mas determinada, acreditar que é possível imprimirmos o nosso cunho de criatividade

Sim é possível ter qualidade de vida sem ter de importar ideias dos iluminados que nos prometem o “El Dourado” em vésperas de eleições... Claro que temos de lutar para desencravar a região da situação que aprofunda a desertificação humana, devido a políticas centralistas de cariz servilista dos interesses macrocéfalos dos grandes centros.

A estratégia globalizante do mundo actual, numa época em que tendem cada vez mais a desaparecer as fronteiras políticas e económicas, assumir uma estimulação dos factores de diversidade que ainda teimam em persistir em determinadas regiões, constituem só por si num forte contributo para a afirmação de identidade que importa não perder na avalanche globalizante cinzenta e servilista de um determinado estilo de vida hiperconsumista.

O respeito pelas raças e variedades autóctones melhoram a fertilidade dos solos, preservando as condições ambientais naturais, respeitando os ecossistemas existentes e a biodiversidade.

Na actual conjuntura mundial de crescente liberalização dos mercados, é cada vez mais importante desenvolver e apoiar uma estratégia que conduza ao reforço da

competitividade dos produtos e das empresas. O mundo rural como identidade, tem ganho e continuará a ganhar se souber manter a genuidade e actuar criativamente no saber fazer.

Os produtos identificados, protegidos e valorizados constituem um trunfo importante para o mundo rural, contribuem decisivamente para contrariar a desertificação das regiões desfavorecidas, potenciam e complementam recursos existentes, geram postos de trabalho locais ao nível de diversos sectores, respeitam as raças e variedades autóctones, melhoram a fertilidade dos solos preservando as condições ambientais naturais respeitando os ecossistemas existentes e a biodiversidade. São assim um forte contributo para a sobrevivência dos homens de hoje e de amanhã.

A frase do filósofo Lester Brown: “Não herdamos a Terra de nossos pais, temo-la apenas emprestada para os nossos filhos.”, deve nos fazer pensar na forma como nos servimos da terra.

A expressão “agricultura familiar” não é propriamente um termo novo, mas recentes reflexões no meio académico e a sua penetração nas políticas governamentais e nos movimentos sociais, fazem com que o conceito adquira hoje novos significados (Altafin, nd: 1)<sup>1</sup>. Citando estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Altafin (nd: 13)<sup>1</sup> define agricultura familiar a partir de três características centrais: *i*) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; *ii*) a maior parte do trabalho é fornecido pelos membros da família; *iii*) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é no seu interior que se realiza sua transmissão. De igual modo, Fernandes (nd: 5)<sup>2</sup>, citando Hespanhol (2000), recorre ao conceito agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho se encontram estreitamente vinculados ao grupo familiar. Nesse sentido, refere aquele autor, as categorias de análise geralmente utilizadas para caracterizar unidades de produção familiares, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria “agricultura familiar”.

---

<sup>1</sup> Altafini, Lara (nd). Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar, Universidade de Brasília, FAV/UnB.

<sup>2</sup> Fernandes, Bernardo Mançano (nd). Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP, Brasil (disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf)).



# CONTRIBUTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ZONAS DE MONTANHA

**Filipe Pacheco**

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte  
Rua Dr. Francisco Duarte, 365 – 1.º, 4715-017 Braga

## INTRODUÇÃO

É unanimemente reconhecida a importância da criação de ovinos e caprinos na vida e no trabalho das famílias-explorações estabelecidas nas zonas de montanha. Nestes territórios, as superfícies de propriedade comunitária (baldio) têm um papel determinante no funcionamento e nas economias daquelas famílias-explorações. Os recursos alimentares espontâneos destes espaços, valorizados pelo pastoreio, contribuem para a obtenção de produtos com uma tipicidade própria, muito ligada à imagem dos territórios, sendo, em muito casos, valorizada através de certificações europeias de qualidade (Tibério e Cristóvão, 2008).

Porém, como o comprova com toda a clareza a evolução dos efetivos (Pacheco e Marta-Costa, 2014), aquelas atividades (e em particular a criação de caprinos) têm vindo a perder gradualmente expressão. A escassez de mão-de-obra disponível, a penosidade do trabalho e a insatisfação quanto aos resultados económicos obtidos constituem alguns dos fatores que justificam esta situação.

Paralelamente, as áreas montanhosas vêm sofrendo um forte declínio na atividade agrária, com consequências na dinâmica da vegetação e, portanto, na estrutura e composição da paisagem. Os riscos de deflagração de incêndios florestais descontrolados aumentaram drasticamente. A biodiversidade ecológica, devida a habitats e espécies vegetais e animais, a identidade paisagística e cultural, o desenvolvimento económico e os equilíbrios sociais passaram a estar seriamente comprometidos.

Mas há também fatores de mudança de ordem económica. A política agrícola comum favorece outras formas de ajuda à agricultura (prémios por hectare, por

número de cabeças, práticas amigas do ambiente), levando ao aumento da dimensão dos efetivos ovinos e caprinos.

Os agricultores em geral – e os criadores de ovinos e caprinos, em particular – constituem atualmente uma minoria nas áreas rurais, incluindo na representação política. As expectativas da sociedade global e local começam a incluir as dimensões ambientais e éticas.

Perante estas transformações, importa promover a inovação dos sistemas de produção de ovinos e caprinos integrando, simultaneamente, objetivos ambientais (biodiversidade, paisagem), económicos (rentabilidade das explorações, diversificação) e sociais.

Este trabalho procura analisar a dimensão ambiental dos sistemas de produção de ovinos e caprinos das zonas de montanha e apresentar algumas pistas para a sua sustentabilidade. Depois de uma breve exposição das mudanças registadas nos sistemas agrários tradicionais, passam-se em revista alguns elementos intrínsecos à pastorícia e ao papel desempenhado pelos pastores. Finalmente, apresentam-se algumas iniciativas nas quais a pastorícia é usada como instrumento de proteção e valorização do território, contribuindo também para a melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias-explorações e do seu estatuto.

## **O DECLÍNIO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS TRADICIONAIS**

Os agricultores desenvolviam sistemas de produção que visavam a satisfação das necessidades alimentares das famílias. Estes sistemas assentavam, quase exclusivamente, na reprodução dos recursos locais.

O espaço rural era objeto de usos múltiplos e complementares. Energia e fertilidade eram exportadas dos montes: a lenha era usada para aquecimento e para cozinhar; os matos serviam para as camas dos animais; a vegetação natural, utilizada por pastoreio, satisfazia as necessidades alimentares dos herbívoros domésticos. O estrume representava uma importante produção animal, porque viabilizava as culturas destinadas à alimentação da família.

Os sistemas de produção eram muito consumidores de trabalho, mas pouco consumidores de capital. A prática coletiva de condução e guarda do rebanho, denominada *vezeira* (o rebanho da aldeia, composto pelos rebanhos individuais, é guardado “à vez”, por rotação das famílias que os detêm), era frequente em muitas aldeias.

A propriedade comunitária (baldio) tinha – mas ainda tem – um papel decisivo nas economias individuais dos compartes, porque constituíam como que um prolongamento das explorações individuais, ainda que a sua utilização estivesse condicionada a uma forte regulação.

No âmbito das normas de utilização tradicionais, o acesso ao baldio estava limitado aos moradores das comunidades que tinham direitos de fruição. Este acesso decorria do quadro de procedimentos e de normas de utilização tradicionalmente aceites.

Porém, atualmente, verifica-se que aquelas normas de regulação do uso já não se aplicam, visto ser frequente observar em pastoreio herbívoros de variadas espécies, pertencentes a pessoas exteriores às comunidades com direitos sobre esse baldio. A apropriação do baldio para pastoreio já não exige assim uma regulação que garanta um acesso generalizado ao baldio e que, simultaneamente, assegure a conservação deste. Agora, para o pequeno grupo de compartes com gado e para os proprietários exteriores, é mais vantajoso utilizar o baldio como um espaço de livre acesso em que vão caducando as normas tradicionais de regulação comunitária. Este livre acesso é, frequentemente, sinónimo de uma economia de pastoreio que não se preocupa com a conservação do baldio, nem com a compatibilização da presença do gado com as outras atividades (Baptista, 2010).

A utilização dos baldios mudou desde o período em que a economia comunitária coincidia com a apropriação, de modo regulado, do espaço comum pelas economias individuais dos compartes. Coexistem, atualmente, sem articulações entre elas, três economias: a rentista, das unidades comunitárias (floresta, caça, parques eólicos, antenas, etc.); a do livre acesso por elementos exteriores às comunidades; e a das economias individuais, associada às atividades tradicionais (Baptista, 2010).

## **O PASTOREIO DE PERCURSO**

A alimentação dos efetivos ovinos e caprinos das zonas de montanha é assegurada, praticamente em exclusivo, pelo pastoreio quotidiano em superfícies de aptidão silvopastoril, a maioria das quais baldio. Consiste na realização de um conjunto de percursos de pastoreio, variáveis ao longo dos dias e das estações do ano. Ao longo dos percursos, os animais consomem vegetais de natureza diferenciada e em diferentes estádios.

A condução e guarda dos pequenos ruminantes em pastoreio, por um ou mais pastores, é uma tarefa imprescindível: em primeiro lugar, porque as comunidades

locais proíbem a utilização de cercas; em segundo lugar, para proteger do ataque de predadores, em particular do lobo; em terceiro lugar, para evitar a desagregação do rebanho; em quarto lugar, para satisfazer as necessidades do rebanho (alimentação, repouso, abeberamento), tendo em conta os aspetos estruturais e as restrições de uso (regras de uso tradicionais, posturas municipais, arborizações, etc.). O pastor constitui, por isso, um elemento central na exploração e gestão dos recursos pastoris.

A ação dos pastores comporta elementos racionalmente organizados e interpretados (Barbosa, 1993; Pacheco, 1999). Têm bem presentes os locais protegidos dos ventos e das chuvas; os pontos de difícil circulação, para si e para o rebanho; a topografia do território de pastoreio; os sítios com determinadas plantas, etc... A preparação dos animais jovens, com vista a torná-los aptos a acompanhar os adultos e a consumir alimentos espontâneos, é outra tarefa dos pastores que merece ser sublinhada. A habilidade para conduzir as cabras e as ovelhas, a capacidade de estabelecer uma relação de confiança e, ao mesmo tempo, de autoridade para com o seu rebanho, o conhecimento individual de cada um dos animais são outros atributos da maioria dos pastores.

Os seus instrumentos de trabalho são simples e arcaicos. Mas é com toda esta simplicidade que resolvem alguns problemas complicados. É o caso, por exemplo, da forma como aumentam a influência das cabras com um comportamento positivo em pastoreio sobre as demais (com chocalhos) ou como conseguem regressar a casa, sob um forte nevoeiro (fazem o rebanho inverter o sentido de marcha). Não será de estranhar, por isso, que se fale na «arte do pastor» (Meuret, 1993b).

A prática do pastoreio tanto pode ser individual, como coletiva. O sistema de *vezeira* ou *vigia*, observado ainda nalgumas aldeias, invoca uma prática coletiva que permite economizar muito tempo e trabalho (Pacheco, 1995). Nestes casos, a implementação dos percursos de pastoreio, bem como o processo de organização entre os criadores, assumem contornos muito diferenciados (Pacheco e Azevedo, 1996).

A escolha dos percursos de pastoreio é um processo dinâmico, com diferentes escalas temporais. À escala quotidiana, as condições climatéricas (particularmente se está vento, se chove ou está neve) e a disponibilidade de recursos pastoris são aspetos chave na sua definição. À escala anual, o estágio fisiológico dos animais (época de partições) e as práticas tradicionais constituem outros elementos determinantes. Por exemplo, no Alto Minho, a rês sujeita ao regime de *vezeira* (700 a 1 000 cabeças) era levada para as *brandas*, no mês de maio, explorando novos

espaços (Pacheco, 2001). O valor de uso do território pastoril é dinâmico: há zonas que outrora tinham um grande interesse mas que, entretanto, o perderam devido ao crescimento desmesurado dos matos, ao acesso dificultado (por exemplo, pela interposição de plantações) ou, simplesmente, porque são agora consideradas zonas “muito distantes”, face ao novo mapa pastoril provocado pelo esvaziamento das aldeias.

A drástica redução do número de famílias-explorações com pequenos ruminantes nas aldeias com a prática coletiva da *vezeira* traduz-se numa aceleração da rotatividade da função de pastor. O acréscimo do tempo de trabalho daqui decorrente coloca em risco a continuidade das outras famílias-explorações.

O exercício da condução e guarda do rebanho é marcado por uma acentuada descontinuidade do tempo de trabalho efetivo dos pastores. Se existem períodos do dia e circunstâncias que reclamam grande atenção e empenho dos pastores, outros há em que dá para descansar durante um bom pedaço de tempo. Em certos períodos do ano, as pessoas preferem ir para o monte tratar das ovelhas ou cabras, em vez de ficarem na aldeia onde terão seguramente mais canseiras. Mas, apesar de tudo, é a principal causa do abandono desta atividade. E por várias razões: em primeiro lugar, porque reclama, para além duma grande capacidade física dos pastores, um espírito de sacrifício para contornar a solidão, os dias de intempérie e, nalgumas regiões, os ataques do lobo; em segundo lugar, porque “prende” os pastores durante um dia, quer tenham muito trabalho efetivo, ou não. Numa aldeia do Alto Minho, estimou-se que cada família-exploração (em regime de *vezeira*) gastava cerca de 1 900 horas/ano nesta tarefa (Pacheco, 2001). Perante a crise da mão-de-obra, este facto penaliza a execução dos outros trabalhos da exploração ou de tarefas do domínio privado. Esta limitação determina frequentemente a cessação da atividade ou o desinteresse dos potenciais criadores.

### **A VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ATRAVÉS DA PASTORÍCIA**

O desenvolvimento sustentável requer a conservação dos espaços naturais e das paisagens, pelo que se torna imprescindível o homem e as suas atividades agrárias. Uma parte considerável destes espaços deve as suas características paisagísticas e ecológicas atuais ao seu passado agrário (Léger, 2008). Conservar estes meios implica, por isso, promover formas de agricultura que apoiem esse objetivo, no quadro de sistemas de produção sustentáveis, isto é: tecnicamente apropriados, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis. Não sendo possível reproduzir o ambiente técnico, social e económico do passado, haverá que

promover a inovação, mas conservando os elementos centrais dos sistemas de produção tradicionais.

A pastorícia poderá contribuir para o alcance deste objetivo. O pastoreio exerce um impacto significativo sobre a vegetação (Perevolotsky e Etienne, 1999), não só em termos quantitativos e qualitativos, mas também sobre a dinâmica da vegetação (Rook e Tallowin, 2003), espécies e diversidade da comunidade (Sternberg *et al.*, 2000; Hadjigeorgiou e Karalazos, 2005). Influi ainda sobre paisagem (Hartnett *et al.*, 1996; Adler *et al.*, 2001), onde a vegetação heterogénea cria um mosaico particularmente rico. A pastorícia é aceite como instrumento de criação e preservação de todas as dimensões da biodiversidade (Clergue *et al.*, 2005).

A multifuncionalidade dos sistemas pastoris é amplamente reconhecida. Tem associados objetivos produtivos, culturais, sociais e ambientais (Steinfeld, 2006). Neste sentido, os sistemas pastoris podem ser considerados como instrumentos de baixo custo para atenuar a invasão arbustiva (Rodríguez *et al.*, 2008; Castro, 2008; Manso, 2008) e a acumulação de biomassa vegetal. Se adequadamente implementado, o pastoreio pode ser um instrumento adequado para manter paisagens tradicionais e manter a biodiversidade (Kramer *et al.*, 2003).

A interligação entre práticas agrícolas e proteção ambiental constitui um objetivo da PAC, em especial desde que as primeiras medidas agro-ambientais foram implementadas em 1992. O pastoreio em corta-fogos constitui um bom exemplo disso e tem sido financiado pelo programa europeu no sudeste da França (Thavaud, 2006).

Na Galiza, são múltiplos os casos de ordenamento dos montes com recurso à silvopastorícia (Rodríguez *et al.*, 2008). Existem também resultados da utilização de herbívoros como “roçadoras”, alimentando-se basicamente de pastagem natural no sub-bosque, reduzindo assim a quantidade de combustível vegetal e, conseqüentemente, o risco de incêndio florestal.

Noutras regiões de Espanha, foram desenvolvidos diversos ensaios com vista à gestão silvopastoril dos corta-fogos, em formatos distintos, envolvendo os criadores de ovinos e caprinos e os respetivos rebanhos (Ruiz-Mirazo, 2011).

Os criadores que participam em programas de prevenção de incêndios promovem o pastoreio intensivo nos corta-fogos definidos por serviços florestais. Em contrapartida, recebem dinheiro ou apoios em termos de alojamento dos animais, cercas ou bebedouros. Por exemplo, na Comunidade Valenciana, no âmbito de um programa que começou em 1996, estabeleceu-se o pagamento de 22€/ha/ano aos criadores que concentrem os seus animais em corta-fogos durante, pelo menos,

130 dias/ano. Ao longo desse período, é exigida a carga animal mínima, por hectare, de uma vaca, três cabras ou cinco ovelhas. O pagamento poderá ser acrescido em cerca de € 20-40 ha/ano, se for necessária a instalação de cercas ou pontos de abeberamento. Sob esse sistema, 3.680 ha de corta-fogos foram pastados em 2009, com a colaboração de 62 criadores (Ruiz-Mirazo, 2011).

Em Aragão (norte de Espanha), onde apenas é oferecida remuneração em espécie, 42 criadores empreenderam em 2010 a manutenção de aproximadamente 3.500 ha de corta-fogos. Na Andaluzia, sul da Espanha, o pastoreio em corta-fogos começou a ser testado em 2003 e foi amplamente promovido em 2005, tendo sido implementada a remuneração dos criadores em 2007 (Ruiz-Mirazo *et al.*, 2009). Os pagamentos por hectare variam de 42 € a 90€, dependendo da dificuldade do pastoreio na superfície dos corta-fogos (declive, tipo de vegetação e distância até ao local de alojamento dos animais). O trabalho de cada criador é avaliado anualmente, podendo o montante pago ser reduzido (ou mesmo cancelado) se os objetivos não forem atingidos. Até 2009, a superfície de corta-fogos da Andaluzia mantida pelo pastoreio atingiu uma área total de 2.350 ha, envolvendo 69 criadores (Ruiz-Mirazo, 2011).

A região da Catalunha (nordeste da Espanha) também está a recorrer a medidas agroambientais para promover a produção animal dentro dos perímetros de proteção, que são grandes áreas florestais com alto risco de incêndio (Ruiz-Mirazo, 2011).

Também na Escócia há exemplos de integração da criação de ovinos em povoamentos florestais. Foi desenvolvida uma experiência à escala de uma exploração para investigar e demonstrar aquela abordagem, monitorizando o impacto sobre a produção animal, paisagem, conservação da natureza, economia e emprego. Os resultados do ensaio realizado mostram que existe muito potencial para proporcionar o alcance de objetivos sociais e biológicos (Waterhouse *et al.*, 2000).

Porventura os melhores exemplos de associação do pastoreio à nova perspectiva ambientalista, no âmbito da qual é preferível mobilizar um “roçador” biológico de matos em vez de um outro mecânico ou químico, provêm do sudeste de França (Léger *et al.*, 1996).

Foram considerados dois tipos de operações:

- Um, de defesa contra os incêndios ou biótopo, que está relacionado com a noção de “prestação de serviços ambientais”. A ajuda pode ser considerada

como uma compensação direta para o trabalho desenvolvido pelos criadores. Do ponto de vista dos criadores, esta "nova função" deve ser capaz de apoiar financeiramente as respetivas explorações;

- O outro, constitui uma ferramenta para integrar o desenvolvimento agrícola numa lógica territorial. Os objetivos ambientais estão presentes, mas de uma forma menos precisa do que no outro tipo de operações. As ajudas constituem neste caso um incentivo para a adoção de novas práticas, consistentes com representações da sociedade local em relação ao seu ambiente.

Em ambos os casos, estão previstas ações de acompanhamento que envolvem: financiamento (total ou parcial) dos melhoramentos fundiários necessários (roço de matos, cercas, passagens, abrigos, pontos de água, etc.); ajuda para a estabilização fundiária (arrendamento, contratos plurianuais de pastoreio); ajudas à reestruturação fundiária e apoio técnico.

As diferenças entre categorias de operações locais agroambientais têm uma tradução direta nos cadernos de encargos submetidos aos criadores. Face a um pedido específico, é estabelecida uma obrigação de resultado: as parcelas mantidas pelos criadores nos termos do contrato terão um determinado estado num dado período. Motivado pelo risco de incêndio florestal, o Artigo 19 do Regulamento CEE 79/85 da região do Var é um bom exemplo desta orientação. O caderno de encargos define três níveis de manutenção e subsídios, correspondentes a graus crescentes de envolvimento dos criadores.

O apoio técnico é essencial para ajudar os criadores a alcançarem os objetivos previstos no caderno de encargos. Um dos aspetos que exige particular atenção é a motivação alimentar dos ovinos e caprinos. A apetecibilidade global de um recurso alimentar tem duas componentes: a *apetecibilidade intrínseca* (perceção visual, odor, gosto e variações metabólicas ligadas à digestão) e a *apetecibilidade circunstancial* (resulta das aprendizagens alimentares e do contexto de pastoreio, particularmente dos horários, carga animal, vida social no rebanho, etc.). Ora, para uma boa produção animal e para a "limpeza" de áreas densamente povoadas por arbustivas, é necessário agir sobre a parte da *apetecibilidade circunstancial* dos alimentos de baixa *apetecibilidade intrínseca*. Para isto, é necessário desenvolver práticas que favoreçam a motivação alimentar dos animais em pastoreio.

A motivação alimentar dos rebanhos em pastoreio poderá ser estimulada através de um conjunto de táticas, envolvendo a natureza, o momento e o lugar de disponibilização dos recursos alimentares (Meuret, 1997a, b). Partindo da análise

das práticas de condução dos rebanhos em pastoreio, tanto em caprinos como em ovinos, foi concebido com os pastores um modelo de pilotagem, que serve atualmente para formar os pastores (Meuret, 1993b). O modelo «menu» mostra como organizar o pastoreio de zonas diferenciadas, em termos de apetecibilidade e abundância, com vista a renovar frequentemente o apetite (Meuret, 1993a, b).

Ao equacionar-se a possibilidade de se implementar qualquer ação de proteção e valorização do território através da pastorícia, na região norte de Portugal, deverão ser tidos em conta alguns passos fundamentais. É imprescindível, em primeiro lugar, conceber um plano estratégico/plano de uso para cada baldio, que promova a sustentabilidade do seu uso múltiplo, corrija os problemas identificados e responda às necessidades e expectativas dos agentes económicos e sociais que dele usufruem. Este plano deverá ultrapassar a visão setorial e ter em conta uma visão territorial (Figura 1). Deverá ser também dinamizado o envolvimento dos atores locais, tentando encontrar soluções participadas e validadas pela

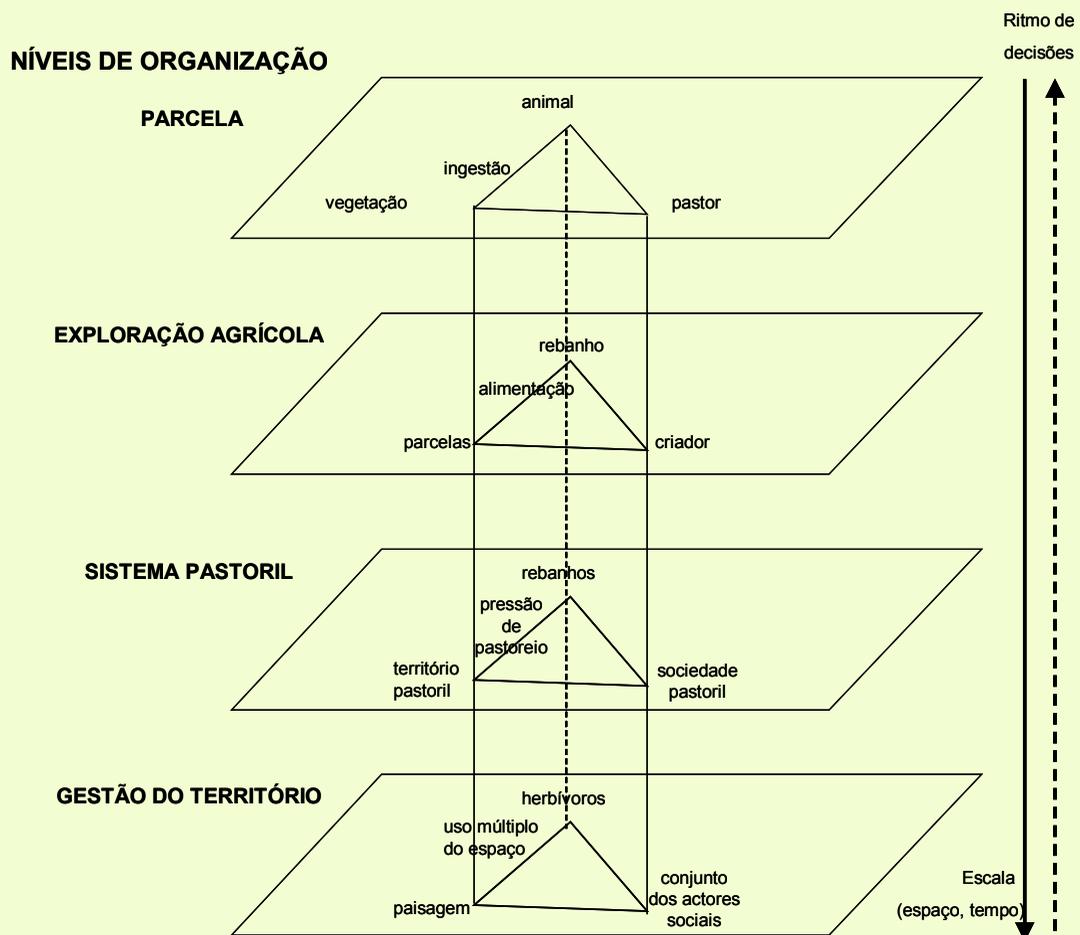


Figura 1. Organização e gestão do espaço nos sistemas pastoris. (Adaptado de Balent e Stafford Smith, 1993).

comunidade. O envolvimento da administração neste processo é também fundamental, não apenas na elaboração dos citados planos estratégicos, como também na divulgação dos apoios disponíveis. Refira-se, a este propósito, o trabalho (que julgamos estar ainda em curso) intitulado “Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários” (CNVTC, 2000) que poderá dar os frutos pretendidos e contribuir para este objetivo.

## **DISCUSSÃO**

Desde há milhares de anos que os pastores com os seus rebanhos contribuem para a formação e conservação das paisagens e para a biodiversidade. A paisagem pode ser considerada, por isso, um subproduto da produção animal. Porém, as transformações ocorridas nos sistemas agrários tradicionais põem em causa os valores ambientais, bem como a sustentabilidade das próprias famílias-explorações com rebanhos ovinos ou caprinos. Acresce que o desenvolvimento desmesurado dos matos é também prejudicial ao desenvolvimento de outras atividades (turismo, desporto, caça, etc.).

Num contexto em que o tecido social da maioria das aldeias está desorganizado, a utilização dos baldios desregulada e os criadores de ovinos e caprinos diminuídos na sua expressão numérica e no seu estatuto social, exige-se um plano operacional que permite que a utilização dos baldios seja devidamente organizada e regulada, tendo em conta o seu uso múltiplo. No plano das explorações de pequenos ruminantes, terá de haver inovação, criando e aplicando novas práticas e técnicas.

O envolvimento das populações, explicando com toda a clareza o que se pretende, auscultando os seus problemas e expectativas é um aspeto preliminar a considerar (Miranda, 2000). Mas serão de esperar algumas dificuldades. Os exemplos demonstrativos do sucesso verificado noutros países e o intercâmbio entre agentes económicos e sociais poderão ser instrumentos muito úteis neste processo.

Por outro lado, nenhuma estratégia de desenvolvimento poderá ser implementada sem a concordância e o apoio da administração central, que deverá formular políticas e apoios direcionados para estes fins e estas realidades. Importa ter presente que a implementação das ações de desenvolvimento associadas à pastorícia envolve, para além dos benefícios específicos, o apoio à manutenção de raças autóctones, aos produtos de qualidade, à diminuição da penosidade do trabalho dos pastores e à dignificação do seu trabalho.

A gestão do território é complexa e torna-se ainda mais difícil quando são atribuídos objetivos específicos, relacionados com a conservação da biodiversidade. Esta tarefa requer disciplina na pressão de pastoreio exercida anualmente, mas também o respeito por um calendário detalhado de pastoreio, representando sérios desafios para a gestão das explorações convencionais (Hadjigeorgiou e Zervas, 2008).

O território pastoril é extenso, complexo, heterogéneo (na horizontal e na vertical) e está sujeito a uma grande imprevisibilidade climatérica (mesmo à escala diária), impossibilitando a previsão da disponibilidade de recursos pastoris. As abordagens nutricionais convencionais estão inadaptadas a estas situações. Será fundamental empreender uma abordagem abrangente, centrada em aspetos de natureza qualitativa dos recursos.

É necessário proporcionar aos criadores os meios para traduzirem objetivos coletivos (paisagem, biodiversidade) em técnicas e práticas pastoris. Para além dos meios materiais e imateriais (equipamentos, infraestruturas, organização e gestão do território) é fundamental o apoio técnico específico. Ora este requisito é de difícil alcance – pelo menos no imediato – tendo em conta a extinção das funções de experimentação e demonstração que outrora haviam sido atribuídas aos organismos descentralizados do Ministério da Agricultura e Mar. Por outro lado, o papel das associações de criadores, em termos de adaptação e difusão de inovações tecnológicas, é muito limitado (Pacheco e Marta-Costa, 2014).

O território pastoril é alvo do interesse de múltiplos agentes (caçadores, bovinicultores, equinicultores, turistas, etc.) com interesses, por vezes, divergentes. Ora ao pretender-se implementar qualquer projeto de desenvolvimento pastoril, o peso dos mais fortes ou mais representativos far-se-á sentir de forma evidente. Será necessário instituir previamente um processo de negociação multilateral e de cooperação, regulado pela administração.

## **CONCLUSÕES**

O declínio dos sistemas agrários tradicionais tem conduzido à degradação das condições ambientais das zonas de montanha. Os sistemas pastoris podem ser considerados como instrumentos económicos para atenuar a invasão arbustiva e a acumulação de biomassa vegetal. Se adequadamente implementado, o pastoreio pode ser um instrumento adequado para manter paisagens tradicionais e manter a biodiversidade.

Poderão ser delineados e implementados projetos de natureza agroambiental, proporcionando benefícios para o meio ambiente e receitas suplementares às famílias-explorações.

No entanto, ficam em aberto algumas questões. A primeira questão tem a ver com a elaboração de um plano estratégico/plano de uso para os baldios e a monitorização do seu funcionamento. A segunda questão diz respeito ao problema da constituição da comissão técnica de acompanhamento, que é uma matéria fundamental. Finalmente, a última questão consubstancia-se na inexistência de referências técnicas validadas. A avaliação técnica deste tipo de projetos é uma oportunidade única para produzir tais referências, mas requer tempo e outros recursos.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Adler, P., Raff, D. and Lauenroth, W., 2001. The effect of grazing on the spatial heterogeneity of vegetation, *Oecologia*, 128: 465–479.
- Balent, G. e Stafford Smith, D. M., 1993. A conceptual model for evaluating the consequences of management practices on the use of pastoral resources. Proc. 4<sup>th</sup> international rangeland congress, Montpellier: 1158-1164
- Baptista, F. O., 2010. O espaço rural. Declínio da agricultura. Celta editora. Lisboa, 2010.
- Barbosa, J. C. B., 1993. Pastores, rebanhos de ovinos e pastoreio. Que futuro para o sistema tradicional de exploração? Tese de Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural. UTAD - DES.
- Castro, M., 2008. A utilização dos pequenos ruminantes na prevenção dos incêndios rurais: estratégia pró-ativa de promoção silvopastoril. A silvopastorícia na prevenção dos fogos florestais. Coordenadores: Manuel Belo Moreira e Inocêncio Seita Coelho. ISAPress. 2008.
- Clergue, B., Amiaud, B., Pervanchon, F., Lasserre-Joulin, F. and Plantureux, S., 2005. Biodiversity: Function and assessment in agricultural areas. A review. *Agronomie*, 25 (1): 1-15.
- CNVTC, 2000. Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários. Versão preliminar para discussão pública.
- Hadjigeorgiou, I. and Karalazos, A., 2005. Land use, livestock farming and the creation of landscapes. In *Animal Production and Natural Resources Utilisation in the Mediterranean Mountain Areas*, A. Georgoudis, A. Rosati, C. Mosconi (Eds). EAAP publication, 115: 158-162.

- Hadjigeorgiou, I. and Zervas, G., 2008. Evaluation of production systems in protected areas: case studies on the Greek “Natura 2000” network. In: Pacheco F. (ed.), Morand-Fehr P. (ed.). Changes in sheep and goat farming systems at the beginning of the 21st century: research, tools, methods and initiatives in favour of a sustainable development. DRAP-N / FAO-CIHEAM / 2008 p. 67-76. Livro de Actas do 6.º Seminário Internacional da Rede FAO-CIHEAM sobre Ovinos e Caprinos – Sub-Rede Sistemas de Produção. Ponte de Lima, Portugal, 15 a 17 de Novembro de 2007.
- Hartnett, D., Hickman K. and Fisher, L., 1996. Effects of bison grazing, fire, and topography on floristic diversity in tallgrass prairie. *J. Range Manage.*, 49: 413-420.
- Kramer, K., Groen, T.A. and van Wieren, S.E., 2003. The interacting effects of ungulates and fire on forest dynamics: an analysis using the model FORSPACE. *For. Ecol. Manag.*, 181: 205–222.
- Léger, F., Meuret, M., Bellon, S., Chabert, J.-P. et Guérin, G., 1996. Élevage et territoire: quelques enseignements des opérations locales agri-environnementales dans le sud-est de la France. *Renc. Rech. Ruminants*, 3: 13-20.
- Léger, F., 2008. La diversification des activités dans les systèmes d’activité agricole des zones littorales françaises, opportunités de marché et reconstruction du lien social. In: Pacheco F. (ed.), Morand-Fehr P. (ed.). Changes in sheep and goat farming systems at the beginning of the 21st century: research, tools, methods and initiatives in favour of a sustainable development. DRAP-N / FAO-CIHEAM / 2008 p. 135-144. Livro de Actas do 6.º Seminário Internacional da Rede FAO-CIHEAM sobre Ovinos e Caprinos – Sub-Rede Sistemas de Produção. Ponte de Lima, Portugal, 15 a 17 de Novembro de 2007.
- Manso, F., 2008. A problemática das relações entre a floresta, o fogo e o pastoreio: resultados indicadores norte de Portugal. A silvopastorícia na prevenção dos fogos florestais. Coordenadores: Manuel Belo Moreira e Inocêncio Seita Coelho. ISAPress. 2008.
- Meuret, M., 1993a. Piloter l’ingestion au pâturage. *Pratiques d’élevage extensif: identifier, modéliser, évaluer*. Landais E. (ed). Études et recherches du SAD, 27: 161-198.
- Meuret, M., 1993b. Les règles de l’Art: garder des troupeaux au pâturage. *Pratiques d’élevage extensif: identifier, modéliser, évaluer*. Landais E. (ed). Études et recherches du SAD, 27: 199-216.
- Meuret, M., 1997a. Prairies, parcours: comment utiliser les compléments? *Pâtre*, n.º 445: 19-22.
- Meuret, M., 1997b. Prairies, parcours: compléter selon la saison. *La Chèvre*, n.º 223: 30-33.

- Miranda, J., 2000. Contributos para a definição de uma estratégia de intervenção em zonas de montanha. Cadernos da Montanha Peneda Soajo II.
- Pacheco, L. F., 1995. Les problèmes actuels de la main-d'oeuvre et du travail dans les élevages de petits ruminants (région de l'Entre Douro et Minho - Portugal). *REUR - Technical Series* 35: 155-176. FAO, Roma.
- Pacheco, L. F., Azevedo, J., 1996. Cabrito das Terras Altas do Minho: Sistemas de Produção. Cooperativa Agrícola de Ribeira de Pena, 113 pp.
- Pacheco, F., 1999. Les conséquences des pressions environnementales sur la conduite des troupeaux et l'organisation du travail dans les élevages utilisateurs de parcours. *Options méditerranéennes, Série A: Séminaires Méditerranéens*, 38, 371-381. FAO, CIHEAM, ISZ.
- Pacheco, F., 2001. Práticas da caprinicultura na serra da Peneda: identificação, avaliação e perspectivas de futuro. Dissertação de Mestrado em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural. UTAD, Vila Real, 76 pp. + Anexos.
- Pacheco, F. and Marta-Costa, A., 2014. The role of farmers associations in the adaptation, testing and transfer of technologies in sheep and goat. Case study of northern Portugal. Chentouf M. (ed.), López-Francos A. (ed.), Bengoumi M. (ed.), Gabiña D. (ed.). *Technology creation and transfer in small ruminants: roles of research, development services and farmer associations*. Zaragoza : CIHEAM, 2014. 544 p. (Options Méditerranéennes : Série A. Séminaires Méditerranéens; n. 108). 8th Seminar of the FAO-CIHEAM Sub-Network on Production Systems (Tangier, Morocco, 11-13 June 2013), organised by the National Institute of Agricultural Research of Morocco (INRA), through the Regional Center of Agricultural Research (CRRA) of Tangier, and the Mediterranean Agronomic Institute of Zaragoza (IAMZ-CIHEAM), with the collaboration of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).
- Perevolotsky, A. and Etienne, M., 1999. La gestion raisonnée des parcours du Bassin Méditerranéen: Un défi pour le XXI<sup>e</sup> siècle. *Opt. Méd.*, 39 : 129-136.
- Rodríguez, A. R., Losada Mosquera, M. R., Romero Franco, R., González Hernández, M. P. e Villarino Urtiaga, J. J., 2008. Prevención de incendios mediante sistemas silvopastares. A problemática das relações entre a floresta, o fogo e o pastoreio: resultados indicadores norte de Portugal. A silvopastorícia na prevenção dos fogos florestais. Coordenadores: Manuel Belo Moreira e Inocência Seita Coelho. ISAPress. 2008.
- Rook, A.J. and Tallwin, J.R.B., 2003. Grazing and pasture management for biodiversity benefit, *Anim. Res.*, 52: 181-189.
- Ruiz-Mirazo, J., Robles, A.B. and González-Rebollar, J.L., 2009. Pastoralism in natural parks of Andalusia (Spain): a tool for fire prevention and the naturalization of ecosystems. In:

- Pacheco F. (ed.), Morand-Fehr P. (ed.). Changes in sheep and goat farming systems at the beginning of the 21st century: research, tools, methods and initiatives in favour of a sustainable development. Zaragoza : CIHEAM / DRAP-Norte / FAO, 2009. p. 141-144 (Options Méditerranéennes : Série A. Séminaires Méditerranéens; n. 91). Proceedings of the Seminar of the Subnetwork on Production Systems of the FAO-CIHEAM Network for Research and Development in Sheep and Goats, 2007/11/15-17, Ponte de Lima (Portugal).
- Ruiz-Mirazo, J., 2011. Environmental benefits of extensive livestock farming: wildfire prevention and beyond. In : Bernués A. (ed.), Boutonnet J.P. (ed.), Casasús I. (ed.), Chentouf M. (ed.), Gabiña D.(ed.), Joy M. (ed.), López-Francos A. (ed.), Morand-Fehr P. (ed.), Pacheco F. (ed.). *Economic, social and environmental sustainability in sheep and goat production systems*. Zaragoza: CIHEAM / FAO / CITADGA, 2011. p. 7 5-82 (Options Méditerranéennes : Série A. Séminaires Méditerranéens; n.º 100)
- Steinfeld, H., Gerber, P., Wassenaar, T., Castel, V., Rosales, M. and de Haan, C., 2006. Livestock's long shadow – environmental issues and options. FAO publication ISBN 978-92-5-105571-7, pp. 390.
- Sternberg, M., Gutman, M., Perevolotsky, A., Ungar, E.D. and Kigel, J., 2000. Vegetation response to grazing management in a Mediterranean herbaceous community: a functional group approach. *J. Appl. Ecol.*, 37: 224-237.
- Thavaud P. (editor), 2006. Dispositif agroenvironnemental appliqué à la prévention des incendies de forêt en région méditerranéenne. Résultats de 20 ans de réalisations et propositions pour l'avenir. Document de synthèse. Laudun, France: Éditions La Cardère - l'Éphémère. 52 pp.
- Tibério, L. e Cristóvão, A., 2008. Produtos animais de Trás-os-Montes com protecção comunitária: desempenho no mercado. In: Pacheco F. (ed.), Morand-Fehr P. (ed.). Changes in sheep and goat farming systems at the beginning of the 21st century: research, tools, methods and initiatives in favour of a sustainable development. DRAP-N / FAO-CIHEAM / 2008 p. 121-134. Livro de Actas do 6.º Seminário Internacional da Rede FAO-CIHEAM sobre Ovinos e Caprinos – Sub-Rede Sistemas de Produção. Ponte de Lima, Portugal, 15 a 17 de Novembro de 2007.
- Waterhouse, A., Hulbert, I. A. R. and Morgan-Davies, C., 2000. Integrating hill sheep production and newly established native woodland to achieve economic, environmental and landscape objectives - a farm-scale case study. Livestock farming systems: integrating animal science advances into the search for sustainability. Proceedings of the fifth international symposium on livestock farming systems, Posieux, Fribourg, Switzerland, 19-20 August, 1999 2000 pp. 208-211.



# TERRA, CASAMENTO, HERANÇA E POUPANÇA. ESTUDO DE CASO DE UMA ALDEIA MINHOTA

**António Cardoso**

antoniocardoso@esa.ipvc.pt

Escola Superior Agrária/IPVC

Centro de Investigação em Ciências Sociais – UMinho

## **RESUMO**

O camponês tradicional mantinha uma forte união à terra e à natureza e possuía um notável conhecimento empírico dos ciclos de produção, das técnicas de cultivo tradicionais, mostrando assim fortes traços de identidade com os tradicionais modos de vida, em que a posse de terra constituía o critério-chave de identificação, avaliação e classificação de cada família na aldeia.

Quem possuía património agrário, tentava mantê-lo e, se fosse possível, aumentá-lo e quem não o tinha esforçava-se por obtê-lo. Foi com este objectivo que muitos emigraram. A (re)construção ou recuperação da sua casa era considerado objectivo prioritário. Para além das estratégias migratórias, o casamento e a herança têm constituído outras duas estratégias centrais das famílias rurais, quer seja por parte de proprietários e lavradores com um sentido de reprodução e expansão do seu património agrícola, quer seja por parte de camponeses pobres, artesãos, operários e jornaleiros mais no sentido de conseguirem a sua sobrevivência e, se possível, melhorar as suas condições de vida. Contudo, há que assinalar em relação a estas duas estratégias, tradicionalmente associadas, que consideráveis alterações se desenvolveram entre a situação nos anos sessenta e os dias de hoje.

Em relação às práticas matrimoniais, é de sublinhar uma notável diferença entre os anos sessenta e a actualidade: um maior grau de endogamia geográfica e social no passado que no presente. Sendo assim, o casamento, enquanto uma das principais formas de reprodução e/ou, eventualmente, mobilidade social, tinha

predominantemente lugar não só no seio da aldeia, como sobretudo entre famílias com posses fundiárias relativamente semelhantes, dando lugar ao fenómeno da homogamia social.

No que concerne as práticas e estratégias de herança, também há a assinalar algumas notáveis diferenças entre os anos sessenta e os dias de hoje. É importante referir que hoje dá-se um tratamento mais igualitário dos pais para com os filhos na distribuição dos bens.

Com as seguintes questões fomos para o terreno. De que modo e em que medida a nível micro-aldeão os agregados domésticos rurais têm conhecido uma relativa melhoria social nas suas vidas? Em que medida determinadas estratégias nomeadamente a (e)migração, herança e poupança têm contribuído para manter e/ou poupar ou acumular recursos de vária ordem (materiais e simbólicos) quer a nível individual quer familiar?

Do estudo pode-se inferir que a agricultura já não é a base principal para o desenvolvimento rural desta zona, mas sofre a penetração da lógica mercantil que secundariza o sector agrícola e seus agentes produtivos, em favor doutras estratégias (por exemplo o turismo em espaço rural) alheias aos habitantes locais. Pode-se concluir que, embora em termos de reprodução das desigualdades inerentes aos diversos grupos sociais, não só as tradicionais estratégias em torno do casamento e da herança como sobretudo as estratégias migratórias constituíram uma base não só de sobrevivência como de melhoria social e, nalguns casos, de mobilidade social ascendente. Sobre estes aspectos incidirá a minha comunicação ao seminário *Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios rurais*, tendo por base o estudo de uma aldeia minhota- Durrães.

## **1. INTRODUÇÃO E PROBLEMA**

Até recente data e, em Portugal, até aos anos setenta e oitenta as comunidades rurais têm sido predominantemente analisadas como unidades corporativas e integradas, relativamente homogéneas e harmoniosas que, sendo sociedades parciais e de ‘pequena tradição’ na terminologia de Kroeber (1963:92 ss) e Redfield (1961:36 ss), manteriam, com a sociedade envolvente e a ‘grande tradição’ sediada na cidade, relações de cooperação e complementaridade. Por outro lado, várias são os estudos e leituras que, ao contrário das teorias funcionalistas, sublinham que as relações inter/intracomunitárias são impregnadas de divergências, oposição e contradições, tal como o afirmam, entre outros autores, Scott (1977), Weber (1978),

Almeida (1986), Silva (1998), Sobral (1999), Cardoso (2012) e Carmo (2014). Se o controlo de recursos e do território (casa e demais bens fundiários) e o diverso tipo de trocas eram e são uma preocupação dos agregados domésticos rurais (Silva e Cardoso, 1999), por outro lado uma eventual redução do volume de bens (terra, gado, máquinas) ou recuo nos limites de direitos com a subsequente desclassificação social era não raro aproveitada como ocasião de avanço ou manifestação de maior força pelos demais. Na eventualidade de ausência de alternativas vindas do exterior e, em particular, face à inadequada ou insuficiente exploração das águas, à rareza de meios financeiros para adquirir mais terra e outros bens tais como novas cabeças de gado bovino, caprino ou outro, cada família partia e, embora em menor medida, parte do princípio de que, no âmbito da aldeia, só poderia prosperar a expensas do vizinho, princípio esse que assentaria aliás em experiências vividas pelos próprios moradores e resultantes de factores endógenos e exógenos (Silva e Cardoso, 1999).

No caso do camponês tradicional, este mantinha uma forte união à terra e à natureza e possuía um notável conhecimento empírico dos ciclos de produção, das técnicas de cultivo tradicionais, mostrando assim fortes traços de identidade com os tradicionais modos de vida, em que a posse de terra constituía o critério-chave de identificação, avaliação e classificação de cada família na aldeia. Quem possuía património agrário, tentava mantê-lo e, se fosse possível, aumentá-lo e quem não o tinha esforçava-se por obtê-lo. Foi com este objectivo que muitos emigraram. O objectivo teria sido alcançado; porém, seguidamente à reconstrução ou recuperação da(s) sua(s) casa(s), sendo este último o prioritário, como veremos. Este era, em grande medida, o padrão dominante até aos anos oitenta, sendo também por ele marcados muitos dos emigrantes, não só os já possuidores de terra como outros que, sem possuir terra inicialmente, e após a (re)construção da casa, compraram campos ou leiras de terra, fosse para dedicar-se à agricultura a tempo total ou parcial fosse também para mostrá-la como base de prestígio social e símbolo de sucesso. Porém, antes da compra de terra, a prioridade era dada à habitação. De facto, desde os inícios dos anos oitenta, não só as condições de habitação como as próprias casas, umas construídas de raiz, outras reconstruídas ou recuperadas, dão à aldeia novas configurações arquitectónicas e sociais. Por último, é de salientar que os padrões de vida e consumo da aldeia alteraram-se consideravelmente.

Perante a escassez de recursos (financeiros, terra, gado, águas, capital mecânico e químico) nomeadamente na economia rural minhota, para além da

eventualidade de ausência de alternativas vindas do exterior, os ganhos de algumas famílias eram percebidos como efeitos das perdas ou desgraças de outras. A terra, por exemplo, para além de ser escassa é também considerada como sendo um recurso inelástico. Esta comunidade com forte presença da pequena agricultura até aos anos setenta, conheceu, como veremos, desde então notáveis transformações, sendo de questionar-se até que ponto as iniciativas e estratégias locais, a nível familiar e comunitário, terão não só contribuído para inverter a situação de relativa privação e pobreza em bastantes casos como também potenciado algum desenvolvimento rural e, sobretudo, conseguido obter níveis mais elevados de bem-estar, o que nos induz a formular o problema do seguinte modo: de que modo e em que medida a nível micro-aldeão os agregados domésticos rurais têm conhecido uma relativa melhoria social nas suas vidas? Em que medida determinadas estratégias nomeadamente a (e)migração, herança e poupança têm contribuído para manter e/ou poupar ou acumular recursos de vária ordem quer a nível individual quer familiar?

Estas estratégias camponesas, sejam em contexto de actividades (não) agrícolas, de pluriactividade e/ou de plurirendimento, devem ser enquadradas no processo de (re)produção e transformação social, a qual inclui processos de formação, reconstituição e diferenciação de grupos sociais através da luta pela posse e pelo controlo de recursos materiais e simbólicos: terra, capital-dinheiro, saúde, casamento, prestígio ou poder local e festas locais.

## **2. DURRÃES E SUA ECONOMIA (RURAL): CONSERVAÇÃO E MUDANÇA**

Segundo Baptista (2010), a sociedade rural já não se centra na agricultura, e o mundo rural “já não é nem rural nem mundo” (Portela, 2003:9). Tal como a maioria das freguesias da grande parte das zonas rurais do país, Durrães sofre, sobretudo entre 1960 e 1980, um processo de desruralização e, a partir dos anos oitenta, o início de um processo de desagrarização, tal como o têm sofrido muitas outras freguesias/concelhos/regiões em Portugal e noutros países, se bem que, em relação a Portugal, este processo se tenha iniciado mais tarde e mais lentamente. A desruralização prende-se com o fenómeno de perda de população, em termos quantitativos, resultante do êxodo rural e dos fenómenos migratórios e, em termos qualitativos, tem a ver a relativa desvalorização e perda de identidade e suas actividades tradicionais (agrícolas e artesanais). Por sua vez, o processo de desagrarização consiste no processo de decrescente dependência da população rural da actividade agrícola (cf. Hervieu 1995, García-Sanz 1999: 44 ss).

Durrães<sup>1</sup> constitui uma freguesia rural, periférica, que em termos demográficos conta 225 famílias e uma população residente de 723 habitantes (INE, Censo 2011). Até aos anos setenta, havia uma tendencial associação entre o modo de vida rural e a actividade agro-pecuária policultural<sup>2</sup> como modo de difundir os riscos climatéricos, tendendo a convergir e até a confundir-se na maior parte das casas, as quais se ocupavam do cultivo dos campos, combinado com o cuidado do gado e alguma actividade florestal. Na verdade, a antiga sociedade rural centrava-se nas actividades agro-pecuárias e silvícola, nesta última com predomínio da produção de lenhas e madeiras (pinho, carvalho e eucalipto), para além do mato para o estrume, recolhido, primeiro no monte comunitário e, depois, com a divisão dos baldios desde 1921, na(s) parcela(s) de terreno bravio que a cada casa tocou.

A economia era, assim, basicamente camponesa e tinha um cariz policultural, cultivando-se, graças também à abundância de água, cereais (milho, centeio), legumes (feijão, tomate, alface), vinho, azeite e diversas espécies de fruta (maçã, péra, cereja, castanha). Na casa camponesa predominava a utilização de energia humana e de tracção animal, tanto nas lavradas e sementeiras, como no transporte não só de lenhas, matos e estrume para efeitos de produção de fertilizantes orgânicos, mas também na colheita e no transporte dos cereais, das uvas, da azeitona ou da erva para o gado. Os instrumentos de trabalho utilizados eram sobretudo manuais: enxada, foice, ancinho, forquilha, gadanha, pá, entre outros. A par das actividades agro-pecuárias tradicionais, as economias rurais locais só admitiam actividades artesanais e alguns serviços com funções subalternas, subsidiárias ou complementares em relação à agricultura. De facto, Maciel (1979:38) refere a existência de algumas actividades ou 'indústrias' artesanais, a saber, algumas plantações de viveiros, duas marcenarias, uma tanoaria, uma sapataria e três oficinas para a produção de tamancaria, dois engenhos de serração, alguns moinhos e azenhas<sup>3</sup>, dois lagares, dois alambiques para destilação de aguardente, uma oficina de cabos de madeira e uma padaria. No sector dos serviços e do

---

<sup>1</sup> Durrães é uma freguesia situada no noroeste português, pertencente ao município de Barcelos e ao distrito de Braga, distando destas cidades 18 e 40 Km respectivamente. Compreendendo um total 245 hectares, limita a oeste com Tregosa e Fragoso, a este com Aguiar e a sul com Quintiães, todas freguesias do município de Barcelos, mas confronta a norte com a freguesia de Carvoeiro, pertencente ao município de Viana do Castelo, distando desta cidade cerca de 16 quilómetros.

<sup>2</sup> Maciel (1979:25 ss), na sua monografia sobre Durrães, relata, a par de algumas actividades artesanais, o domínio absoluto da economia agrícola em Durrães até aos anos sessenta e, pelo que pude averiguar, até inícios dos anos setenta do século XX.

<sup>3</sup> O facto de o rio Neiva atravessar ao longo de toda a freguesia de Durrães, explica a existência de vários engenhos e azenhas. Maciel (1979:38) contabilizou nove açudes, grande parte deles então em funcionamento.

comércio de cariz tradicional, há que referir, para além da costureira ou do ferreiro, o moleiro, duas mercearias com as respectivas tabernas.

Se é certo que os criados e sobretudo os jornaleiros viviam em acentuada precariedade e insegurança em relação ao trabalho, para os demais as actividades agro-pecuárias e artesanais ocorriam num contexto de relativa autosuficiência económica e social, centrada na casa com habitação, coberto e pátio. As necessidades satisfiziam-se no âmbito da vida tradicional impregnada de certa sobriedade nos modos de vida, tanto na comida como no vestuário, geralmente de lino ou panos simples.

Em termos de comercialização de produtos agrícolas, com excepção dos poucos proprietários abastados e alguns poucos lavradores – que, em quantidades diferenciadas, destinavam uma parte da produção para a venda (vinho, milho, feijão, batata, gado e/ou crias de gado, leite, alguma fruta) –, a maior parte das casas consumia a totalidade dos bens aí produzidos ou, quando muito, vendiam, em pequena escala, algum produto agrícola (vinho, milho, batata) ou animal para ajudar no pagamento de jornais e *soldadas*, *décima* (imposto fundiário) ou a compra de outros bens essenciais na mercearia ou nas feiras locais de Barroelas e Barcelos (por exemplo, instrumentos de trabalho, leitão, vitela).

Dada a decrescente importância da actividade agrícola tradicional, converteu-se em prioritária a necessidade de procurar actividades económicas alternativas, com o fim de revitalizar e diversificar as áreas e comunidades rurais marginalizadas, nomeadamente em Durrães.

Na perspectiva microsociológica, foi pertinente descer ao nível microcómico duma freguesia do concelho de Barcelos – Durrães – e, com base em observação participante, entrevistas e implementação de dois inquéritos, um primeiro já nos anos ´90 e um segundo em 2002, se centrasse a atenção nas transformações ocorridas nesta colectividade rural entre os anos sessenta e a actualidade. Tendo por base o estudo empírico na referida aldeia, importa aqui salientar as principais estratégias encetadas pelos grupos domésticos, entre os anos 60 e os anos 90 e, em particular, os dias de hoje, nomeadamente as que concernem à aquisição de terra, estratégias matrimoniais, herança, poupança e pluriactividade, na procura de melhores condições de vida sobretudo potenciadas pelas migrações.

### 3. A TERRA: UM FORTE VALOR ECONÓMICO E AFECTIVO MAS EM QUEBRA

O facto de a maior parte dos habitantes de Durrães terem sido colonos e caseiros mas sem acesso à propriedade fundiária marcou a dependência desta freguesia durante séculos, condicionando-a aos donos do Couto de Carvoeiro, os monges beneditinos. Estes conheceram, desde o século XVI, uma série de acções judiciais, primeiro por parte de membros do clero secular e seus sucessores contra o Mosteiro, no sentido de instituir a Quinta de Malta e outros terrenos como morgadios, os quais, após diversas vicissitudes, acabariam por consolidar-se durante os séculos XVII e XIX. A terra era, contudo, o objectivo estratégico das diversas famílias-enfiteutas, em que, com a legislação liberal da desamortização, estas se converteram pouco a pouco em donos das respectivas terras. Já no século XX, o processo de repartição e distribuição de baldios em 1921 que, segundo Figueiras (2000:468), não teve perímetros claros e beneficiaram mais a uns que a outros, veio a reforçar o volume de terra possuído por cada família, podendo os foros serem pagos em 15 ou 20 prestações à medida que os baldios eram transformados em cultivos agrícolas (cf. D.L. 7127 de 17-11-1920).

Outro indicador de forte identificação com o valor da terra e demais bens no quadro da sociedade camponesa é a origem da posse da terra, que podia dar-se de modo exclusivo ou combinado, através de processos de sucessão e herança, pelas poupanças, pela via interna ou sobretudo pela via da emigração:

Quadro 1. Origem da posse da terra

<b>Origem</b>	<b>n.º agregados</b>	<b>%</b>
Herança+poupança interna	24	19,4
Doação	11	8,9
Poupança da emigração	13	10,4
Herança/legado	31	25,0
Poupança interna	11	8,9
Herança+ poupança da emigração	33	26,6
Outra	1	0,8
<b>Subtotal</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>
Não aplicável	14	(10,1)
<b>Total</b>	<b>138</b>	

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Entre as 124 casas que adquiriram terra, 37% fizeram-no exclusiva ou simultaneamente graças às poupanças provenientes da emigração, pelas quais sobretudo os habitantes que, antes de emigrar, eram desprovidos de terra, conheceram deste modo a transição da condição de morador sem terra e dependente a camponês autónomo ou outro estatuto relativamente independente. Este facto é realçado nas suas atitudes e nos seus comportamentos de desafio sobretudo perante os seus antigos patrões-patronos, como aliás já o observaram alguns autores (Silva 1987, 1998; Gonçalves 1989). Considerando a idade, a baixa formação escolar e o limitado volume de capital-dinheiro, a melhoria social dos actores sociais, nomeadamente (ex)emigrantes, acaba por restringir-se à reconstrução de casa própria, à compra de terreno, equipamento e outros meios, com o fim de estabelecer-se com relativa autonomia, normalmente, como trabalhadores familiares por conta própria na esfera agrícola ou noutro sector.

Efetivamente, vários foram os que pouparam para comprar terra, ainda que proporcionalmente tenham sido os (ex)emigrantes os que destinaram suas poupanças à compra de terra, tal como se pode constatar no seguinte quadro:

Quadro 2. Famílias (não)emigrantes e compra de terra

Situação perante a emigração	Número de leiras compradas					Total
	0	1-2	3-4	4-8	> 8	
Regressou	18	23	8	4	1	54
É emigrante	3	10	3	3		19
Não emigrou	26	16		1		43
Não aplicável	6	3	2	3	2	16
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>52</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>132</b>
%	40,2	39,4	9,8	8,3	2,3	100,0
Sem informação						6

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Segundo o quadro 2 é evidente que, enquanto cerca de 60% dos agregados compraram terra, 40% não o fizeram, dos quais 60% não foram nem são emigrantes; e vice-versa, dos que compraram terra, 66% eram emigrantes. Estes dados mostram que, para além do facto de serem os (ex)emigrantes os que demonstraram maior poder de compra de terra, as poupanças na sua totalidade contribuíram para revitalizar nos anos oitenta o mercado agrícola e proporcionar uma dinâmica de reestruturação de lugares em relação à posse de recursos económicos e políticos locais. No entanto, a partir dos anos noventa, a terra tende, como veremos de seguida, a desvalorizar-se, o que induz alguns como A. a reconhecer o investimento na terra como uma má opção:

“Emigrei, poupei e quis pôr os filhos a estudar, mas como eles não quiseram... apliquei as minhas economias na compra de terras e alfaias agrícolas... Agora vou-me entretendo mas estou arrependido porque ninguém quer os produtos, o vinho, por exemplo...” (A.P., 2002)

De facto, a partir dos anos oitenta e noventa com o aumento da escolaridade e a transferência de mão-de-obra para os sectores não agrícolas, acompanhada da relativa desvalorização da terra agrícola do ponto de vista económico e social, verifica-se uma diminuição da procura de terra como meio de produção agrícola e pecuária para revalorizar-se como reserva física para a construção ou outros fins não agrícolas, sobretudo de terrenos que confrontam com estradas, caminhos ou outras infraestruturas. Para além disso, este objectivo provoca, como veremos, alguns desentendimentos sobre os caminhos a melhorar ou não, o que possibilita ou dificulta o emparcelamento de certos terrenos, tal como refere um residente: “*Tem havido alguma arbitrariedade na abertura ou no alargamento de caminhos. A uns a Junta não faz caminhos para não os beneficiar com lotes, a outros por serem parentes ou amigos fazem-no para tirar dali algum proveito*” (C.M., 2002). Em síntese, a terra que antes era vista basicamente como meio de produção, adquire outro valor mercantil em função de outras necessidades e objectivos.

#### **4. CASAR, HERDAR E POUPAR**

Para além das estratégias migratórias, o casamento e a herança têm constituído outras duas estratégias centrais das famílias rurais, quer seja por parte de proprietários e lavradores com um sentido de reprodução e expansão do seu património agrícola, quer seja por parte de camponeses pobres, artesãos, operários e jornaleiros mais no sentido de conseguirem a sua sobrevivência e, se possível, melhorar as suas condições de vida. Contudo, há que assinalar em relação a estas

duas estratégias (casamento e herança), tradicionalmente associadas, que algumas alterações se desenvolveram entre a situação nos anos sessenta e os dias de hoje.

Em relação às práticas matrimoniais, é de sublinhar uma notável diferença entre os anos sessenta e a actualidade: um maior grau de endogamia geográfica e social no passado que no presente. Sendo assim, o casamento, enquanto uma das principais formas de reprodução e/ou, eventualmente, mobilidade social, tinha predominantemente lugar não só no seio da freguesia, como sobretudo entre famílias com posses fundiárias relativamente semelhantes, dando lugar ao fenómeno da homogamia social. Normalmente, os ricos casavam-se com os ricos e os pobres casavam-se com os pobres, o que levou uma moradora a desabafar sobre o ambiente social local no passado: “*Os pais proibiam as filhas a ir e namorar com os pobres*” (A.). Este fenómeno hoje já não é tão visível, verificando-se inclusive algumas mudanças neste campo. Tendo em conta os dados recolhidos por Maciel (1979:47), este autor, retrocedendo até 1650, contabiliza até 1950, em Durrães, 280 famílias; destas, 140 (50%) tinham contraído casamentos endogâmicos<sup>4</sup>, 115 (41%) seriam casamentos exogâmicos e 25 (9%) teriam sido constituídas por mães solteiras e seus respectivos filhos. Do inquérito por mim realizado em 1990 foi possível recolher os seguintes dados relativos ao grau de endogamia geográfica em Durrães:

Quadro 3. Casamentos: endogamia geográfica

Homens	Mulheres				Total	%
	Freguesia	Freguesia vizinha	Região	Distante		
Freguesia	58	20	5	7	<b>90</b>	66,7
Freguesia vizinha	25	6	0	0	<b>31</b>	23,0
Região	3	1	1	1	<b>6</b>	4,4
Distante	6	0	0	2	<b>8</b>	5,9
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>27</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>135</b>	<b>100,0</b>
%	68,1	20,0	4,4	7,4		100,0
Sem informação					3	

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

<sup>4</sup> A monografia de Maciel (1979:47) indica que ele assume um conceito restrito de endogamia, englobando neste apenas os casamentos endogâmicos com algum grau, ainda que afastado, de parentesco e consanguinidade. Se assumisse o critério geográfico, englobando os partidos matrimoniais originários ou residentes na aldeia, certamente a endogamia subiria para percentagens superiores, tal como foi constatado precisamente noutras aldeias minhotas (cf. Geraldês 1987, Cabral 1989, Brettel 1991, Silva 1998).

Considerando os resultados obtidos a partir dos inquiridos em 1990, o índice de casamentos endogâmicos entre homens e mulheres originários da freguesia de Durrães constitui 64,4%. Se a estes se somarem os casamentos com pessoas provenientes de freguesias vizinhas, a percentagem eleva-se para 76,3%.

Tanto os dados apresentados por Maciel (1979) sobre o período entre 1950 e 1976, como aqueles recolhidos por nós até 1990, indicam que, subsequentemente ao aumento da população e ao crescimento da emigração, se verifica também um aumento de casamentos exogâmicos em relação aos casamentos endogâmicos, nomeadamente 14 endogâmicos e 29 exogâmicos numa relação de 1:2 entre 1950 e 1976, tendência que se acentua nas últimas décadas.

Essa tendência de aumento de casamentos exogâmicos e de cruzamentos matrimoniais interclassistas é denotativa de uma relativa quebra do peso do património agrícola como critério de selecção matrimonial, fenómeno também constatado por Geraldès (1987), Silva (1998) e Sobral (1999). A inserção dos jovens, geralmente como emigrantes assalariados, nos sectores extra-agrícolas ou inclusive a frequência da escola, ao mesmo tempo que proporcionava outros contactos para além do perímetro da aldeia ou aldeias circunvizinhas, possibilitava casar-se mais cedo, obter uma relativa autonomia e, conseqüentemente, um menor grau de controlo paternal não só nas formas de enamoramento mas também nas próprias opções matrimoniais dos filhos/as, o que contribui para explicar tanto a decrescente endogamia e correlativa crescente exogamia, assim como a realização de casamentos e respectiva celebração ritual de bodas, em que o volume de terra já não é tão valorizado como até aos anos oitenta. Nas estratégias matrimoniais não só começaram a ser apreciados outros tipos de recursos materiais (posse de café, supermercado ou outra empresa, apartamento na cidade), mas também o tipo e grau de títulos escolares, sobretudo os possuidores de estudos de (pós)graduação. Enfim, para além das credenciais escolares obtidas por alguns filhos de famílias mais modestas, o acesso e a acumulação de capital-dinheiro por parte de filhos de emigrantes provenientes de famílias 'remediadas' e sobretudo pobres alterou consideravelmente o mercado matrimonial, possibilitando não só uma maior percentagem de casamentos intergrupais, mas também o aumento do índice de nupcialidade e uniões de facto e a redução de filhos ditos ilegítimos.

Em relação às práticas e estratégias de herança, também há a assinalar algumas notáveis diferenças entre os anos sessenta e os dias de hoje. Em primeiro lugar, é importante referir que hoje dá-se um tratamento mais igualitário dos pais para com os filhos na distribuição dos bens. Na esteira do constatado por Silva

(1998) na aldeia de Aguiar, também em Durrães ainda nos anos sessenta, os pais, preocupados com a sua própria segurança na velhice e com a preservação do património familiar da casa como base de subsistência de todos, para além de tentar definir casamentos estratégicos só de um dos filhos(as), tendiam a concentrar nestes o grosso da herança, gerando com isso desigualdades entre herdeiros e inclusive mais probabilidades de criação de filhos ilegítimos. Hoje, com as novas fontes de rendimentos rurais e não rurais os filhos são menos dependentes da actividade agrícola para subsistir. Para além disso, os filhos têm mais consciência dos seus direitos e, por isso, estão mais vigilantes e críticos perante estratégias de favorecimento presentes na tradicional modalidade da herança ‘avantajada’, exigindo cada vez mais um tratamento igualitário nas partilhas. Estas últimas, até à emergência de rendimentos extra-agrícolas (remessas, salários) e à percepção de pensões e reformas, faziam-se, por prudência dos testadores, depois da morte destes; hoje, para além de certas cláusulas de salvaguarda de reserva de vida sobre a casa e alguns bens, o relativo desafogo económico e a segurança mínima de reforma e pensões permite-lhes fazer com maior frequência as partilhas em vida.

Tal como pudemos constatar no quadro 1, os dois principais mecanismos de acesso à terra são a herança e as poupanças, os quais têm origem no meio rural ou urbano, sobretudo pela via migratória. Estes dois modos de acesso à terra, ainda que por regra geral se complementem, por vezes dão lugar a interpretações diferentes conforme a posição de cada um dos cônjuges em relação à posse de terra. Por exemplo, M., emigrante sem terra por herança, orgulhava-se das suas poupanças migratórias, dizendo: “*Emigrei para fazer ver aos meus futuros sogros... pois andavam sempre a dizer que eu era pobre*”, ao que a mulher, possuidora de mais bens pela herança, viria a rebater: “*Meu marido esteve emigrado mas pouco adiantou*”. Como veremos em seguida, as principais motivações nos destinos das poupanças residem na (re)construção da casa e na aquisição de terra por compra, quer seja para aumentar o património no caso de herdeiros de casas com bens fundiários, quer seja para aceder a um ou vários pedaços de terra, que lhes permitam afirmar a condição de possuidores de terra e, de modo mais pragmático e utilitário, praticar agricultura a tempo parcial, servindo simultaneamente de complemento ao rendimento familiar de origem extra-agrícola.

Ao questionar os inquiridos sobre qual o destino principal das suas poupanças e, cruzando as poupanças com as diferentes categorias fundiárias, foi possível obter os seguintes resultados:

Quadro 4. Destino da poupança por categorias fundiárias

<b>Categorias fundiárias (ha)</b>	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(c)</b>	<b>(d)</b>	<b>(e)</b>	<b>(f)</b>	<b>(g)</b>	<b>(h)</b>	<b>(y)</b>	<b>Total</b>
(0) 0		3	1			4		1	2	11
(1) 0 - 0.05		5				5			1	11
(2) 0.05 – 2	4	23	30	4	5	4	11	3		84
(3) 2 – 5		3	8	1	7	1	1			21
(4) 5 -10			4							4
(5) mais de 10						1				1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>34</b>	<b>43</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>132</b>
%	3,0	25,8	32,6	3,8	9,1	11,4	9,1	3,0	2,3	100,0
Sem informação										6

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Legenda: (a)=pagamento de dívidas+depósito bancário; (b)=(re)construção de casa; (c)=(re)construção de casa+ compra de terra; (d)=equipamento+outros bens; (e)=compra de terra + depósito bancário; (f)=nada de relevante; (g)=doenças/imprevistos; (h)=casamento/ estudo dos filhos; (y)=não aplicável

Tal como outras aldeias minhotas, Durrães, comparada com a sua situação de há vinte e cinco anos atrás, apresenta hoje uma configuração arquitectónica e social diferente com suas modernas casas de emigrantes, sendo um dos destinos predominantes das poupanças destes. Pelas respostas dadas infere-se que as famílias, em conformidade com as suas posses, sua situação concreta e suas próprias estratégias perante o futuro, vão privilegiando ora um ora outro destino das poupanças emigratórias, salientando-se em 59% dos que emigraram a reconstrução de casa e a compra de terra.

O investimento especificamente produtivo em sectores não agrícolas e também agrícola no sentido de equipar e modernizar a empresa (re)criada é reduzido (4%), percentagem esta que poderia ou não ser elevada conforme se considere ou não produtivo o investimento na compra de terra, cujos preços, devido ao aumento da procura nas últimas décadas pelos seus actuais ou potenciais compradores concretamente emigrantes, aumentaram bastante até aos anos 90. Tal como assinala Silva (1998) a respeito da aldeia de Aguiar, também em Durrães o facto de se ter investido prioritariamente numa dada esfera ou sector não implicava o não investimento em outros. O destino das poupanças seguia normalmente uma lógica de prioridades: em primeiro lugar, era prioritário o pagamento de dívidas e, minimamente, o sustento familiar, ainda que este ficasse mais a cargo da esposa na

aldeia, quando o marido era emigrante. Em segundo lugar, importava reconstruir a casa e, logo que fosse possível, comprar terra, acentuando na fase final a estratégia da poupança através de depósitos bancários e, finalmente, a preocupação pela educação dos filhos.

Embora hoje seja cada vez menor devido aos baixos juros proporcionados pelos depósitos bancários, um outro destino das poupanças, para além da compra de terra, era constituído por certificados de aforro bancário, cujo volume era também diferenciado conforme se tratasse ou não de emigrantes. Se bem que se trate de um assunto extremamente delicado e nem sempre de uma exatidão fidedigna, foi possível, com base numa relação de maior confiança, obter alguns dados de modo directo e indirecto, e de algum modo testados através de informantes:

Quadro 5. Depósitos bancários por (não)emigrantes (milhares de contos\*)

Situações	Depósitos (milhares de contos)							Total
	0	0.001- 0.5	0.5 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	> 20	
Emigrou	13	16	5	9	7	2	3	55
Não emigrou	23	15	3	3	1	1	1	47
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>102</b>
<b>%</b>	<b>35,3</b>	<b>30,4</b>	<b>7,8</b>	<b>11,9</b>	<b>7,8</b>	<b>2,9</b>	<b>3,9</b>	<b>100</b>
Sem informação								36

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

\* um *conto* = 1000 escudos= aproximadamente 5 euros.

Correlacionando as situações de emigrante ou não emigrante com a quantidade de dinheiro depositado, verificamos que uma parte considerável das poupanças dos agregados familiares foi possível graças à emigração. Enquanto 76,4% dos que emigraram declararam realizar poupanças, dos que não emigraram teriam feito depósitos no banco 51%. Todavia, considerando poupanças acima dos 500 contos (em 1990), mais significativo é o facto de, enquanto entre os não emigrantes os aforradores se situarem nos 19%, entre os emigrantes tal percentagem teria subido para cerca de 47%, situando-se os seus depósitos, em cerca de 35% dos casos, acima de 2 000 *contos*, o que, na escala de valores local em 1990, não é de modo algum desprezível.

## 5. DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E DIVERSIFICAÇÃO OCUPACIONAL: O ‘ANTES’ E O ‘AGORA’

Para comprovar as diferenças na composição social desta freguesia entre os anos sessenta e a actualidade, será necessário, apesar da persistência de certa “padronização” nos comportamentos e nas atitudes culturais dominantes na aldeia, dar conta dos principais grupos sociais aí presentes. Maciel (1979:53) refere a existência de três estratos baseados respectivamente em três tipos de explorações: um primeiro constituído por médios-grandes proprietários (Quinta da Igreja, Quinta do Vilar e Quinta do Paço ou de Malta)<sup>5</sup>, um segundo constituído pelos médios proprietários e um terceiro abarcando os pequenos proprietários. Ainda que, de facto e juridicamente, todos sejam proprietários, será sociologicamente mais apropriado e não indutor de equívocos conceptuais reconverter esta tipologia numa outra, distinguindo assim (i) proprietários das referidas quintas; (ii) médios lavradores (2-10 ha); (iii) pequenos camponeses (0,05-2 ha), ao que se agrega o conjunto de pequenos arrendatários, artesãos, operários-camponeses (por exemplo, mineiros) e pequenos comerciantes, também eles, em geral, pequenos camponeses. Por fim, a estes se agrega (iv) um número não desprezável de jornaleiros e/ou camponeses pobres como formando um quarto grupo e (v) um número de criados/as, formando um quinto grupo. Em todo caso, a terra constituía o recurso mais importante e o factor-chave de ordenação e classificação dos grupos sociais então existentes.

Procurando retratar as relações entre os diferentes grupos, é de sublinhar, em primeiro lugar, as relações de forte dependência das últimas categorias, ou seja, dos criados e jornaleiros e/ou camponeses pobres, constantemente dependentes dos proprietários e lavradores para a sua própria sobrevivência. Ofereciam-se e inclusive desafiavam-se na oferta da sua força de trabalho e, eventualmente, da sua própria família (mulher e filhos) por salários miseráveis ou inclusive (quase) só pela alimentação, reduzida muitas vezes a uma sopa, a um prato pobremente guarnecido

---

<sup>5</sup> A Quinta da Igreja era uma propriedade foral à Igreja de S. Lourenço de Durrães desde 1548. Nos anos sessenta do século XX esta quinta estava na posse e gestão da Casa Novais, também designada a quinta das Senhoras da Quinta, filhas de um padre insolvente mas trazidas ali pelo tio e herdeiro, o Dr. J.N., o Conselheiro e aposentado médico, também herdeiro e proprietário da Quinta de Vilar, por herança de sua irmã, a Dra. B.. Falecido o Dr. J. em 1992, esta quinta seria herdada pelo Engenheiro J.N. que, falecido também por acidente de viação em 1998, teve como herdeiros seus dois filhos: Pedro e Margarida.

(...) A Quinta do Paço ou Quinta de Malta pertenceu no século XVI ao padre João Pires que a instituiu em morgadio em 1535. Herdada pelo seu filho Francisco, esta situação comportou várias querelas com o Convento dos Beneditinos de Carvoeiro. A quinta passaria por sucessivos herdeiros, mas fragmentou-se nas últimas décadas devido a transações a diversos compradores, tendo sido ultimamente comprada uma grande parte por 90 mil *contos* pelo empreiteiro local L. S., o qual transformou a Quinta num projecto de turismo de habitação (em espaço rural).

e a uns copos de vinho. Às vezes contratavam certos trabalhos por empreitada. Em relação ao trato por parte dos patrões, os jornaleiros e criados têm largas histórias e recordações amargas, entre os quais, por exemplo, as de M. e J.:

“Tempos malditos, tempos difíceis... As Senhoras da Q. viam a nossa família a crescer com mais filhos e tinham medo de ter que sustentá-los... Não havia horários de trabalho. Ganhava-se 9.000\$00 por mês... Como fomos trabalhar para o Sr. A. que nos pagava 12.000\$00, a Sra G. foi-nos lá buscar de novo, e prometeu-nos 12.000\$00 em géneros (milho e vinho), mas nunca nos deram isso.” (2002).

E as de A.: “Punham-me descalço a trabalhar, a levar os bois nas lavradas, duas juntas de bois, tinha que pisar descalço o estrume, o mato e tudo... até ao fim do terreno. Se não guiava bem os bois, davam-me uma bastonada ou uma picadela com o agulhão no cu... Tive muitos desses patrões... e tive aqui um em Durrães que foi um ladrão pra mim...pois quando mudei do meu patrão anterior para este último, pelos mesmos 130 escudos por mês que ganhava, não me pagou e enganou-me dizendo: *“deixa que se acumule que tu não necessitas do dinheiro... no final é para dá-lo à tua mãe!* Quando lhe disse que queria ir-me embora, ele queria-me dar uma coça e acabou por pagar-me a 30 escudos por mês em vez dos 130 escudos contratados...”

Em relação às posses de cada família no que concerne o património agrário, o equipamento mecânico e o efectivo pecuário, foi possível estabelecer, a partir dos dados provenientes dos inquéritos em 1990, o seguinte quadro que, ao mesmo tempo que reproduz esquematicamente as diversas categorias de moradores, dá conta também, em termos globais, de algumas mudanças:

Quadro 6. Categorias de explorações

Categorias (ha)	Terra		Trator		Número de efectivo (bovinos)				
	n.º famílias	%	n.º famílias	%	0	1-2	3-5	6-10	>10
(0) 0	11	8,1	0	0,0	8	2	1	0	0
(1) 0 – 0,05	11	8,1	0	0,0	10	1	0	0	0
(2) 0,05 – 2	88	64,7	9	50,0	53	29	6	0	0
(3) 2 – 5	21	15,4	6	33,3	10	7	2	2	0
(4) 5 – 10	4	2,9	2	11,1	0	2	0	2	0
(5) 10 – 20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(6) > 20	1	0,7	1	5,6	1	0	0	0	0
<b>total</b>	<b>136</b>	<b>100,0</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>82</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
%	100				60,3	30,1	6,6	2,9	
Sem informação	2	1,4							

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Legenda: Categorias: (0) e (1) jornaleiros; (2) pequenos rendeiros/camponeses; (3) pequenos lavradores; (4) médios lavradores; (5) lavradores e proprietários abastados.

Tendo em atenção o quadro 6, dele se infere, em primeiro lugar, que, apesar da gradual diferenciação dos habitantes, podendo estes ser classificados em categorias agrárias, em 1990 ainda predominava a pequena agricultura familiar. Enquanto os extremos são em número reduzido – por um lado, jornaleiros e camponeses pobres (16,2%) e, por outro, lavradores e proprietários (3,6%) – predomina amplamente a categoria de pequenos camponeses (64,7%). Surge todavia uma enorme diferença: com excepção de quase uma dezena de agricultores a tempo inteiro, a grande parte dos pequenos e inclusive remediados agricultores são, em geral, pluriactivos, ou seja, já não vivem só da agricultura, combinando esta com empresas não agrícolas (têxtil, construção civil, padaria, supermercado, cafés) ou com actividades como assalariados na construção, indústria ou serviços.

A média geral da posse de terra é de 2 hectares, sem se afastar da média do município de Barcelos, no qual, segundo o INE, 71% das explorações agrícolas possuem até 2 hectares, do mesmo modo que, a nível distrital, à agricultura familiar corresponde quase 90% das explorações, 82% da área total e 87% do VAB (valor acrescentado bruto) (Baptista *et al.* 1989:19).

Mas para além da terra, há todavia mais recursos que devem ser considerados na diferenciação social local, especificamente a posse de um maior número de cabeças de gado por exploração e de equipamento sobretudo mecânico, nomeadamente entre agricultores com mais de 2 hectares, o que contrasta com o tipo de trabalho exercido através das referidas alfaias tradicionais e predominantes até aos anos setenta. Em relação à posse de gado bovino, enquanto quase 60%, devido à emigração ou por falta de recursos humanos, agrários ou monetários, não possui nenhuma cabeça de gado bovino, 30% tem e sustenta 1 a 2 vacas; contudo, cerca de 13 casas (9,5%) possuem entre 3 e 10 vacas. E, em relação à posse de meios mecânicos, concretamente o trator, é de assinalar que, em 1990, das 138 famílias inquiridas, 18 (13%) possuíam trator<sup>6</sup>.

Hoje, ainda que a terra continue sendo o principal critério de estratificação social e de classificação dos respectivos grupos domésticos na pirâmide aldeã, vão-se sobrepondo outros recursos, particularmente os escolares, como bases de diferenciação e hierarquia social, tal como veremos mais adiante.

---

<sup>6</sup> Aquando do primeiro trator – o qual, segundo H., “trabalhava dia e noite” –, as pessoas iam ver a lavrada com trator. Durrães, que nos anos sessenta só tinha um trator, introduzido por M. em 1958, tinha, em 1990, 18 tractores e, em 2002, contava com 25 tractores. A nível do concelho, em 1989, Barcelos contava com a média de 18 tractores por 100 ha de superfície agrícola utilizada (SAU), verificando-se em 2009 um aumento de quase o dobro dos tractores (32 máquinas por cada 100 ha SAU), o que representa, para o mesmo período, 6 vezes mais em relação à média nacional (5 máquinas por cada 100 ha SAU, (*Recenseamentos Agrícolas*, 1989, 1999 e 2009).

Outro aspecto relevante nas relações aldeãs é o crescente processo de monetarização nas trocas não só intra-aldeãs, como com agentes externos à aldeia, começando a verificar-se uma forte rivalidade e competitividade entre as famílias: quer seja graças às remessas migratórias iniciais, os mais pobres de ‘antes’ já não precisavam dos demais, quer seja, porque, ao não produzirem-se bens artesanais, começavam a penetrar na aldeia outros agentes e produtos extra-agrícolas, resultantes da ‘engrenagem’ cada vez maior com a envolvente economia de mercado. As antigas trocas no trabalho e em géneros iam assim cedendo lugar a trocas monetárias na compra da força de trabalho e na compra-venda de produtos e serviços. Independentemente dos juízos de valor sobre a crescente penetração da economia de mercado na aldeia, há a sublinhar o facto recorrente assinalado pela grande maioria dos moradores de Durrães: a relativa melhoria das condições de vida que lhes permitiram não só o acesso a bens de consumo duráveis (automóvel, electrodomésticos) como sobretudo a (re)construção das suas casas e a compra de terra. No entanto, o que mais importa destacar é o facto de que, nas últimas décadas, para além do ter podido manter algumas pequenas empresas familiares já implantadas (padaria, talho), tem-se registado a criação de outras empresas, também familiares ou até patronais nos sectores têxtil, de construção civil, serração, oficinas de reparação de automóveis, supermercados e cafés.

Em relação às fontes de rendimento, verifica-se igualmente uma mudança considerável entre os anos sessenta e os dias de hoje. Enquanto nos anos sessenta e inclusive setenta a grande parte do rendimento provinha da agricultura e esta ocupava, a tempo inteiro, mais de 80% das famílias, já nos anos noventa a situação altera-se consideravelmente. Finalmente, bastantes das explorações seriam mantidas graças à injeção de dinheiro proveniente de fora da agricultura, ou então da acumulação ou às vezes exclusivamente, desde a integração de Portugal na CEE/UE, de subsídios comunitários e estatais. Em termos nacionais, já em 1979 o Censo Agrícola do INE evidenciava que só cerca de 23% da população vivia exclusivamente da agricultura.

Fixando a nossa atenção mais concretamente a nível de Durrães, os resultados sobre a fonte de rendimento dos diversos agregados familiares confirmam esta tendência de maneira acentuada desde os anos noventa. No inquérito local levado a cabo em 1990 a percentagem de famílias exclusivamente dedicadas à agricultura era cerca de 25%<sup>7</sup>. As restantes famílias viviam, portanto, da soma de várias actividades

---

<sup>7</sup> Estes dados estão em conformidade com os resultados obtidos pela Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho (E.D.M.) em relação ao concelho de Barcelos em 1983 (só 23% viviam exclusivamente da

e rendimentos, predominando largamente os obtidos fora da agricultura. E, também, quando assumiam a totalidade dos trabalhos agrícolas na exploração, 65% dependia da agricultura em menos de 50%. Desde então a situação mudou mais ainda no sentido de a principal fonte de rendimento ser de natureza extra-agrícola, resultado de pensões ou reformas e, sobretudo, salários de trabalho por conta de outrem, tal como o demonstra o seguinte quadro:

Quadro 7. Tipo de agregado e principal fonte de rendimentos

Tipo de agregado	Principal fonte de rendimentos						Total
	Salário	Rendimentos próprios	Pensão velhice/reforma/invalidez/doença/viuvez	Subsídio RMG <sup>8</sup> /desemprego	Empresa própria	Sem Informação	
Isolado-viúvo/a		1	3				4
Isolado-solteiro/a	3		1				4
Casal sem filhos	1		8				9
Casal c/ filhos	38	1	10	1			50
Viúva/o c/filhos	1		2				3
Solteira c/ filhos							
Composto	4				1		5
Múltiplo	1			1			2
						2	2
<b>Total</b>	48	2	24	2	1	2	79

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002

agricultura), e a freguesias do município de Barcelos por Rodrigo (1998) com 28-29%, por Silva (1998) em duas aldeias minhotas (33.9% em Lindoso-Ponte da Barca e 23.7% em Aguiar-Barcelos) e, em relação às explorações do distrito de Braga, por Baptista *et al.* (1989).

<sup>8</sup> RMG – Rendimento Mínimo Garantido, hoje, sob a designação de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Segundo os dados do inquérito, hoje a principal fonte de rendimentos reside na actividade por conta de outrem e o correspondente salário fora da agricultura, dependendo de pensões ou reformas cerca de um terço das casas, nomeadamente as pessoas idosas. Há, no entanto, que anotar que grande parte dos reformados e dos assalariados noutros sectores, fora e sobretudo em meio rural, dedicam algumas horas por semana, em média entre 3 a 5 horas por dia, a actividade agrícola ou pecuária com forte incidência nos fins de semana. Ou seja, a diferenciação e a diversificação de profissões e actividades agrícolas e não agrícolas ocorre, em primeira instância, no seio de cada família, que distribui cada membro conforme as capacidades e disponibilidades.

Se, como constatámos, a agricultura se mantém como uma actividade exclusiva ou principal para um número decrescente de famílias, esta torna-se secundária ou complementar em bastantes famílias, mais para efeitos de autoconsumo de alguns produtos agrícolas-base (batata, hortaliça, vinho, azeite) e sobretudo como referência simbólica e cultural e, por vezes, como valor para outras funções que sejam agrícolas. Os resultados recolhidos apontam também para uma decrescente importância da agricultura como fonte de rendimentos para os residentes rurais, sobressaindo outros rendimentos extra-agrícolas, obtidos tanto no âmbito local rural, como no contexto urbano ou periurbano. Para além da renovação e da transformação de mercearias em pequenos minimercados e sobretudo um supermercado, há, igualmente, a referir algumas indústrias de construção, têxtil, pecuária – nomeadamente um aviário –, serrações de madeiras. Algumas destas indústrias (sobretudo a pecuária, madeiras, construção civil, viveiros de videiras) representam a reestruturação de antigas indústrias artesanais. Em suma, a grande maioria dos residentes vive hoje da combinação de actividades agrícolas e não agrícolas e/ou predominantemente de actividades e rendimentos retirados basicamente do sector industrial e, nomeadamente, da construção civil, dos viveiros de vides (em 2002 avaliados em quase 150.000 euros/ano), dos sector do comércio e dos serviços, assim como também, em geral, vivem dos salários ou como pequenos empresários familiares ou patronais.

A partir de um novo inquérito em 2002 poder-se-á confirmar a tendência no deslocamento do sector do trabalho, saindo do sector agrícola e assalariando-se, seja numa entidade ou empresa pública, seja numa empresa privada, tal como o evidencia o seguinte quadro:

Quadro 8. Inquiridos e sector de trabalho

<b>Tipo de empresa</b>	<b>n.º de casos</b>	<b>%</b>
Empresa pública/função pública	12	21,4
Empresa privada	43	76,8
Outra	1	1,8
<b>Subtotal</b>	<b>56</b>	<b>(70,9)</b>
Sem informação/não aplicável	23	(29,1)
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002

Se tradicionalmente havia uma certa divisão de tarefas, ainda que não rígida, por sexos e idades, com a vaga emigratória dos anos sessenta e setenta verificou-se, tal como Silva (1998) refere para Aguiar, uma certa fluidez na divisão social e sexual do trabalho, acabando a mulher por assumir uma grande parte das tarefas agrícolas por sua conta, inclusive algumas tradicionalmente ligadas ao homem tais como lavrar, sulfatar, fazer transportes com o tractor. Ainda que a mulher estivesse secularmente ocupada na agricultura, verifica-se, nos anos setenta e oitenta, uma crescente feminização da agricultura numa primeira fase<sup>9</sup> e, numa segunda, nos anos oitenta e noventa, sobretudo por parte das filhas das camponesas, uma inserção nos mercados de trabalho não agrícolas principalmente na indústria têxtil e das confecções. Num terceiro momento, a partir dos anos noventa, há, paralelamente à manutenção da agricultura a tempo parcial e da inserção da maioria como assalariados nos sectores não agrícolas, algumas iniciativas empresariais, cuja orientação, para além de tarefas de execução, recai sobre algumas mulheres-empresárias que trabalham localmente no domicílio em trabalhos de acabamentos ou outros pedidos para outras empresas têxteis em regime de subcontratação.

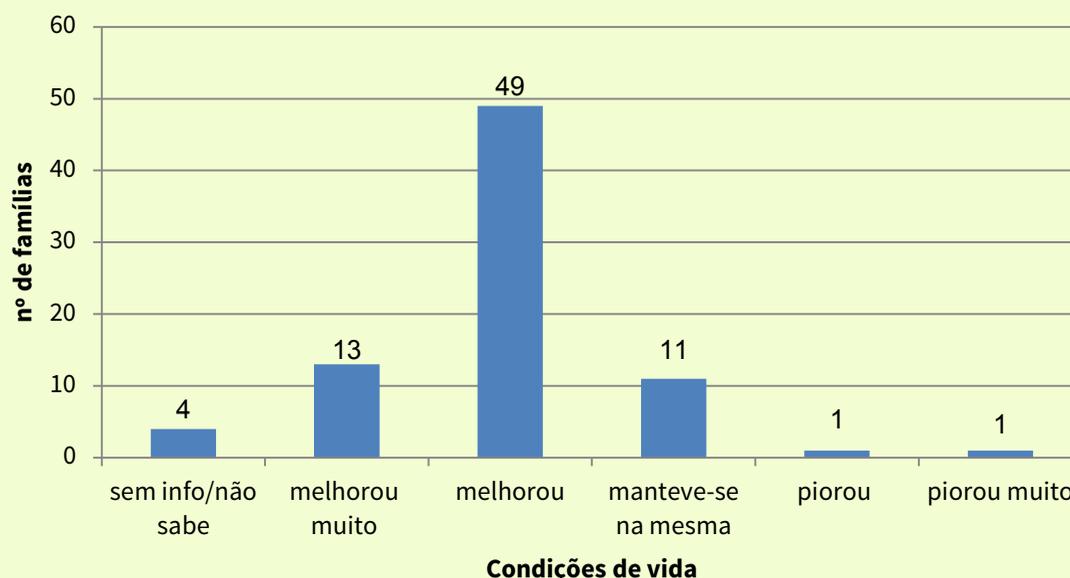
Das respostas a uma das questões do inquérito realizado em 1990, a saber, se as suas vidas "melhoraram, mantiveram-se na mesma ou pioraram", sobretudo após o

<sup>9</sup> Tal como refere a mulher de um ex-emigrante: "Quando o meu marido estava emigrado, eu tinha uma vaca e L. do S tinha outra; juntávamos as duas vacas para lavrar as terras que ambas tínhamos arrendado...porque não tínhamos posses nem terras para possuir duas vaquinhas....por isso ajudávamo-nos uma à outra..." O aumento de trabalho feminino na agricultura foi, no concelho de Barcelos, cerca de 150% entre 1960 e 1991 e o emprego no sector secundário quadruplicou e no terciário triplicou (Rodrigo, 1998:215). Ou seja, a feminização da agricultura foi acentuada até aos anos noventa, mas a partir dessa altura abrandou, ainda que não tenha dado lugar a um processo mais incisivo de masculinização da vida rural, tal como o observa García-Sanz (1999) para bastantes regiões de Espanha.

trajecto migratório, concluiu-se haver um considerável grau de satisfação com a decisão tomada. Seu sucesso nem sempre é bem visto por todos os protagonistas, sobretudo pelos que 'ficaram'. Um aspecto relevante, focado por diversos emigrantes na iminência do regresso ou já regressados consistia no facto de se sentirem discriminados pelos seus próprios compatriotas e inclusive seus conterrâneos, senão no país de emigração, pelo menos em Portugal. As suas 'acusações' ou 'queixas' dirigiam-se todavia para os dirigentes locais ou nacionais: há a convicção generalizada de não receber dos responsáveis políticos nacionais e locais qualquer incentivo e apoio ao regresso, não só a nível de projectos e oportunidades de investimento, como sobretudo em relação à persistência de entraves burocráticos que levaram em alguns casos a adiar o regresso e a subsequente instalação na aldeia ou região de origem<sup>10</sup>.

Perante a pergunta acerca das condições de vida “agora” em relação ao “antes” de casar-se, do gráfico 1 conclui-se que 62 inquiridos, ou seja 83%, são de opinião que suas condições de vida melhoraram e 13 (17%) referem que mantiveram a mesma situação ou pioraram. Entre os que melhoraram, acrescentavam que essa melhoria manifestava-se não só no poder de compra e poupanças mas sobretudo no tipo de bens consumidos e nos actuais níveis de consumo<sup>11</sup>.

Gráfico 1. Opinião sobre condições de vida actuais



Fonte: inquérito local, 2002

<sup>10</sup> O mesmo constataram Seruya (in M. Silva 1984:72) e Cepeda (1988:325-326).

<sup>11</sup> O poder de compra das diferentes categorias de agregados domésticos, principalmente na aquisição de bens duráveis, relaciona-se com o nível de rendimentos, o que implica que os grupos com maior rendimento podem fazer aquisições de maior valor” (Ophem 1988:113).

As pessoas, nomeadamente os mais pobres de outrora, que entretanto melhoraram bastante a sua vida graças a um grande espírito de sacrifício, orgulham-se de ter conseguido algum sucesso durante a sua vida, tal como dizia uma ex-jornaleira, hoje casada e com filhos: “*Sentimos que vencemos!*”, ou como exprimia orgulhosamente João, ex-emigrante de sucesso: “*Emigrei para ser outro homem*”. Tal como constatou Silva (1998) em Aguiar, também os habitantes pobres de outrora já não se sentem dependentes dos velhos lavradores e proprietários e, por isso, celebram esta mudança de melhoria das suas condições de vida como uma libertação. Esta relativa autonomia económica é contudo lida por outros como sinal de um crescente individualismo: “*Hoje há mais individualismo...e necessidade de exibição. Antes o que importava era a casa...Hoje o que importa é o carro...*” (J.G.).

Ainda que seja evidente que, de modo geral, a grande maioria sente uma melhoria nas suas condições de vida entre os anos sessenta e o momento actual (cf. ainda o gráfico 1), é importante assinalar em que aspectos específicos se traduzem nessa melhoria, o que nos é dado pelo seguinte quadro:

Quadro 9. Aspectos da melhoria das condições de vida

Aspecto/esfera de melhoria	Condições de vida actualmente				Subtotal
	Sem informação/ não aplicável	Melhorou muito	Melhorou	Manteve-se na mesma	
Poder de compra		2	7	0	<b>9</b>
Rendimento familiar global		2	12	0	<b>14</b>
Condições de saúde/doença		0	0	2	<b>2</b>
Casa própria		0	5	0	<b>5</b>
Independência		0	2	0	<b>2</b>
Sem informação	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>33</b>

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002

Dos 33 que responderam a esta questão, salvo dois residentes que consideram a manutenção relativa da situação, 70% dos que responderam ter conseguido uma melhoria concentram-se no volume de rendimento familiar global, ao qual se pode acrescentar o poder de compra, seguido da possibilidade de construir casa (17%).

## CONCLUSÃO

Comunidades rurais como Durrães conheciam, até aos anos sessenta, uma forte presença da pequena agricultura campesina na região do Minho. Sem perder de vista os condicionalismos externos, mas dando especial relevo às estratégias dos diversos actores sociais a partir da comunidade e dos respectivos agregados domésticos, evidencia-se, numa perspectiva microsociológica, a adaptabilidade dos grupos domésticos às mais diversas e adversas situações sociais, diversificando as fontes de actividade e aproveitando as diversas oportunidades oferecidas na aldeia e fora dela. Simultaneamente dá-se conta das principais transformações ocorridas na freguesia, passando da pequena agricultura de autosubsistência nos anos '60 e '70 para um regime de pluriactividade e plurirendimento, verificando-se uma considerável melhoria de condições de vida principalmente devido às estratégias da herança e poupança, potenciadas pelas migrações e outras actividades nos sectores secundário e terciário, o que possibilitou uma diversificação ocupacional, uma maior diferenciação de perfis escolares e um aumento de relativo bem-estar traduzido nomeadamente na compra de bens de consumo por parte da maior parte das famílias.

Pode-se concluir que, embora em termos de reprodução das desigualdades inerentes aos diversos grupos sociais, não só as tradicionais estratégias em torno do casamento e da herança como e sobretudo as estratégias migratórias constituíram uma base não só de sobrevivência como de melhoria social e, nalguns casos, de mobilidade social ascendente.

Tal perspectiva reforça a ideia de que os estudos macroeconómicos e macrossociológicos, ainda que necessários, tornam-se insuficientes, se não têm em conta a perspectiva do actor ou, mais adequadamente, dos respectivos grupos domésticos, suas estratégias e mundividências. A indagação empírica sobre a freguesia de Durrães demonstrou igualmente que as motivações e estratégias dos actores sociais de raiz camponesa ou outra, têm-se não raramente sobreposto às mais diversas conjunturas adversas, obedecendo o seu comportamento a uma determinada racionalidade com notável capacidade de adaptação em várias situações nas últimas quatro décadas. Por outro lado, simultaneamente, esta conduta articula-se com outra ideia central: uma parte considerável desses actores sociais potencia as possibilidades oferecidas no sentido de, senão ascender de posição, pelo menos melhorar a sua situação na agricultura ou mesmo noutros sectores, sem deixar de convocar ou articular tais estratégias com outras centradas na posse e circulação da terra mediante as estratégias matrimoniais e de herança,

assim como nas estratégias de poupança e a inserção noutros sectores não agrícolas.

Como se pode inferir deste estudo, a agricultura já não é a base principal para o desenvolvimento rural desta zona, mas sofre a penetração da lógica mercantil que secundariza o sector agrícola e seus agentes produtivos em favor de outras estratégias alheias aos habitantes locais. De facto, algumas novas oportunidades e opções vão-se colocando em prática e outras surgem e desenvolvem-se, para o que se tornará relevante, em eventual estudo subsequente, conhecer os contextos das novas ocupações profissionais e actividades que estão emergindo pouco a pouco, de modo exclusivo ou combinado com a pequena agricultura. Por exemplo, a implementação de projectos de turismo rural pode e deve contribuir para o desenvolvimento de áreas que ainda se preservam e possuem um rico património cultural e paisagístico em Durrães. Tal poderá contribuir para, de forma sustentável, promover um equilíbrio local e regional e, deste modo, minimizar os impactos negativos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa: ICS da Universidade de Lisboa.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*, Oeiras: Celta.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et al.* (1989), *Agricultura familiar no distrito de Braga*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia.
- BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências numa freguesia minhota*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CABRAL, João de Pina (1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva*, Lisboa: Dom Quixote.
- CARDOSO, António (2012), *Território e Desenvolvimento. Populações no concelho de Barcelos (1960-2011)*, V.N. Famalicão: Húmus/CICS.
- CARMO, Renato (2014), *Sociologia dos territórios. Teorias, estruturas e deambulações*, Lisboa: *Mundos Sociais*.
- CEPEDA, Francisco J. T. (1988), *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- FIGUEIRAS, Paulo Passos (2000), *O Couto de Carvoeiro. Monografia*, Viana do Castelo: Junta de Freguesia de Carvoeiro.

- GARCÍA-SANZ, Benjamin (1999), *La sociedad rural ante el siglo XXI*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, Estudios 125, Madrid.
- GERALDES, Alice (1987), *Gente de minifúndio. Produção e Reprodução Social em Mudança na freguesia da Correlhã*, Braga: Universidade do Minho.
- GONÇALVES, Albertino (1989), "O presente ausente. O emigrante na sociedade de origem" in *Cadernos do Noroeste*, vol II, 2/3:125-153.
- HERVIEU, B. (1995), "El espacio rural europeo entre la ruptura y el desarrollo" in *Hacia un nuevo sistema rural*, Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, estudio 99.
- INE, Censo 2011.
- INE, *Recenseamento Agrícola*, 1989; 1999; 2009.
- KROEBER, A. L. (1963 [1948]), *Anthropology: Culture, Patterns and Processes*, Nova Iorque & Burlingame, Harcourt, Brace & World, Inc.
- MACIEL, Manuel Justino (1979), *Monografia sobre Durrães*, Braga, separata de *O Distrito de Braga*, vol. IV da 2ª série, VIII.
- OPHEM, Johannes, van (1988), *Huishoudens en Inkomensdaling*, Dissertação, Wageningen: Landbouw Universiteit.
- PORTELA, José (2003), "Portugal-Chão: que futuro futurível?" In Portela, J. e Castro Caldas, J. (Eds.) *Portugal Chão*, Oeiras: Celta Editora, pp 3-33.
- REDFIELD, Robert (1961 [1956]), *Peasant Society and Culture*, Chicago: University of Chicago Press.
- RODRIGO, Isabel (1998), "Identities and Family Farming in Portugal: the 'Old' and 'New' Countryside" in L. Granberg e I. Kovách (orgs) *Actors on the Changing European Countryside*: 215-224, Budapest: Institute for Political Science, Hungarian Academy of Sciences.
- SCOTT, James C. (1977), "Protest and profanation. Agrarian revolt and the little tradition" I e II, in *Theory and Society*, 4:1-38, e 4:211-246.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), "Camponeses nortenhos: 'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência" in *Análise Social*, 97:407- 445.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (1999), "Conflitualidade interdoméstica em meio rural: o caso de Aguiar e Durrães" in *Barcelos Terra Condal*, Câmara Municipal de Barcelos.
- SILVA, Manuela (1984), *Regresso, emigração e desenvolvimento regional*, Lisboa: IED.

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de Uma Freguesia da Beira*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, ed. G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Los Angeles e Londres, University of California Press.



# (AS)SINCRONICIDADE ENTRE OS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS DE MONTANHA (BALDIOS) E A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE DE PORTUGAL

**Luis Filipe Gomes Lopes <sup>a</sup>**

**João Manuel R. dos Santos Bento <sup>a</sup>**

**Artur F. Arede Correia Cristovão <sup>b</sup>**

**Fernando Oliveira Baptista <sup>c</sup>**

<sup>a</sup> UTAD; ECAV Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista.  
Quinta de Prados, Apartado 1013, 5001-801 Vila Real. e-mail: \*lflopes@utad.pt.

<sup>b</sup> Centre for Transdisciplinary Development,  
University Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Po-Box 1013, 5001-801 Vila Real.

<sup>c</sup> Department of Rural Economics and Sociology,  
Instituto Superior de Agronomia, Tapada da Ajuda 1349-017 Lisboa.

## **RESUMO**

A evolução económica, dos últimos tempos, está a fazer alterar rapidamente o destino económico e social dos terrenos comunitários e da Agricultura Familiar (AF). Considerando os arranjos institucionais e regimes de gestão da propriedade comunitária (baldios) no Norte de Portugal, pretendemos analisar a interdependência entre agricultura familiar e a propriedade colectiva. O principal objectivo deste artigo é apresentar a análise diacrónica do processo de institucionalização da titularidade da propriedade comunitária em Portugal e a sua (a)sincronicidade com a Agricultura Familiar. A história dos territórios comunitários poderá explicar, significativamente, a tipologia de titularidade. Relembra-mos a relevância axiomática do contexto na definição das titularidades, tendo como principal corolário que um mesmo recurso pode comportar-se como Propriedade Privada, “Baldio” e “Anti-Baldio”, perante diferentes contextos históricos. Verifica-se, no primeiro contexto histórico, a sincronicidade entre as economias familiares e os terrenos comunitários. Estes dois eventos (AF e baldios) têm uma relação de significado e não estão sujeitos ao princípio da causalidade. Num segundo momento

verifica-se a assincronicidade entre terrenos comunitários e a agricultura familiar devido, principalmente, ao aumento das prerrogativas de exclusão. Da interdependência entre os “baldios” e a Agricultura Familiar resultam diferentes padrões de ocupação territorial, com desiguais outputs de bem-estar para a sociedade.

**Palavras - chaves:** Terrenos comunitários (*baldios*), Agricultura familiar, Sincronicidade.

### 1.1 Introdução

O debate sobre os regimes de propriedade oferece o melhor ponto de partida para o argumento de que todas as soluções de governação poderão ser entendidas como formas de propriedade. Durante as duas décadas, pós- Hardin (1968), todas as análises aos “*Commons*” (baldios) apontavam para a inevitável tragédia que esta forma de propriedade estava condenada: desaparecimento por ineficiência económica. A nacionalização ou privatização dos recursos naturais parecia ser a única alternativa viável para a posse dos recursos em “*mano comum*”. Na década de 1980, vários académicos que estudavam o regime de propriedade comum, contra-argumentaram Hardin (1968). Aos seus argumentos juntaram evidências empíricas, nas quais se reconhece a propriedade comum como uma forma viável de posse de recursos (Bromley e Cernea, 1989; Ostrom, 1990; Runge, 1986; Wade, 1987; e Wade, 1988). Com as evidências contemporâneas e históricas pormenorizadas, os estudos sobre bens comuns têm mostrado que os utilizadores destes recursos criam frequentemente arranjos institucionais e regimes de gestão que ajudam a distribuir benefícios de forma equitativa, por longos períodos de tempo, e com limitadas perdas de eficiência (Agrawal, 1999; McKean, 1992; Ostrom, 1992).

No artigo (Lopes *et al.*, 2013), que serve de base a este trabalho, foi realizada a análise diacrónica ao processo de institucionalização da titularidade da propriedade comunitária em Portugal. A história dos territórios comunitários explica, significativamente, a tipologia de titularidade. Esta análise contribuiu para a compreensão do percurso dos terrenos comunitários. Considerando o percurso dos “**baldios**” importa, agora, estudar a interdependência entre a agricultura familiar e a existência da propriedade colectiva. A noção de Agricultura Familiar (AF) é geralmente entendida de forma genérica: “*como aquela em que a família é proprietária, ao mesmo tempo, dos factores de produção e assume o trabalho no processo produtivo*”. Esta definição implica que a “terra”, como principal factor de

produção que é, seja propriedade privada. Estes dois subsistemas: “*baldios*” e agricultura familiar nas áreas de montanha do Norte de Portugal, estavam historicamente em dependência mútua (Baptista, 2010). Desta interdependência resultam diferentes padrões de ocupação territorial, que pretendemos estudar na perspectiva de aprofundar a "análise interactiva dos factos sociais e dos factos naturais".

## **1.2 Regimes de propriedade: Baldio, Propriedade Privada e Anti-baldio**

Nos primórdios da civilização ocidental, todos os recursos poderiam ser considerados de livre acesso (Baldios em sentido lato), no entanto rapidamente, bem antes da criação do moderno Estado-nação, foram desenvolvidas normas sociais para manter uma ordem implícita associada ao consumo desses recursos em ambientes com vários usuários. Com a institucionalização do Moderno Estado-nação esta ordem explicitou-se, ocorreu uma transição a partir do livre acesso para regimes jurídicos baseados no direito de propriedade. O Direito e a Economia clássica sugerem que a emergência do direito de propriedade seja uma história de sucesso evolutivo (Coase, 1960; Demsetz, 1967). A concordância com esta ideia implica que a emergência do direito de propriedade tenha sido um processo no sentido da eficiência, que conduziu a regimes de propriedade mais complexos, expurgados de tendências trágicas.

O conceito de direito de propriedade não é fácil de definir de forma inequívoca. A chave para compreender este conceito passa por, provavelmente, adicionar a noção de exclusividade. Para um indivíduo (ou grupo de indivíduos) reivindicar o direito de propriedade, terá primeiro de possuir a capacidade de excluir todos os outros potenciais utilizadores. Com a concorrência excluída, o indivíduo pode então decidir como utilizar a propriedade e como afectar os rendimentos derivados dessa propriedade. De menor importância, mas geralmente incluído no conceito do direito de propriedade, está a noção de transmissibilidade. Isto significa que o proprietário dos direitos exclusivos pode transferi-los para outra pessoa em troca de direitos exclusivos de outros bens. Quando os custos de transacção são baixos, a atribuição inicial de direitos de propriedade não tem grande importância (Coase, 1960), pois os direitos podem ser voluntariamente ajustados e trocados para promover o aumento da produção. Porém, quando os custos de transacção são elevados, como é frequentemente, a atribuição de direitos de propriedade é mais crítica, uma vez que as transferências são menos fluídas. Nestas condições, a pré existência de direitos

de propriedade tem efeitos profundos e duradouros sobre a produção e distribuição dos bens com elevado custo de transacção, como é a terra.

No clássico de Demsetz (1967), a formulação de que os valores crescentes dos recursos levam à criação da propriedade privada, implica que a propriedade privada seja apenas instituída quando os benefícios desta tipologia de propriedade superarem os custos da sua institucionalização. Assim, a função primária da emergência do acervo de direitos de propriedade é a de criar incentivos orientadores, para alcançar uma maior internalização das externalidades. Todos os custos e benefícios associados com interdependências sociais são potenciais externalidades. Esta formulação foi modificada e melhorada ao longo do tempo; particularmente em relação aos regimes de propriedade comum, os proponentes continuarão a aplicar uma base de análise custo-benefício para prever a evolução dos sistemas de propriedade para eficiência e para a constituição de redes de bem-estar social. Nestes termos, a propriedade é simplesmente outra instituição legal que evolui para a eficiência sob a influência de determinadas condições competitivas (Fitzpatrick, 2006). No limite, se os direitos de propriedade são completamente definidos e executados na sua plenitude, de modo que a rede de benefícios líquidos privados e sociais sejam igualizadas, então não haverá externalidades (Libecap, 1986).

As tendências trágicas dos Baldios emergem fundamentalmente da falta de fragmentação de titularidades. Os utilizadores de recursos escassos e aparentemente munidos da plenitude dos poderes e prerrogativas inerentes à titularidade irrestrita, acabam por causar o sobre-uso e o esgotamento desse recurso, essencialmente por sobreposição e descoordenação, (Gordon, 1954; Hardin, 1968).

Nos estudos sobre a acção colectiva, vários autores, como Baland e Platteau (1996), Ostrom (1990), Runge (1981) e Larson e Bromley (1990), enfatizam a distinção entre o livre acesso e os regimes de propriedade comum, com o objectivo de fazer uma comparação entre os regimes de propriedade privada e os regimes de propriedade comum. A ausência de regras no livre acesso, implica elevada rivalidade na exploração, o que resulta em externalidades negativas devido ao acesso ilimitado. A propriedade comum poderá internalizar as externalidades de usuários de recursos múltiplos por meio de regras de acesso limitado e gestão coordenada, garantindo o seu cumprimento (Runge, 1981; Libecap, 1989).

Apesar de ter sido Meade (1952) quem primeiro introduziu o conceito Anti-baldios no sentido de uma externalidade, o primeiro exemplo com sucesso a ilustrar

essa ineficiência foi proposta por Heller (1998), que analisou a transição da economia marxista para uma economia predominantemente de mercado. Verificou que no início de 1990 muitas lojas em Moscovo permaneciam vazias, enquanto os pequenos quiosques que foram improvisadas nas ruas estavam cheios e realizavam inúmeras transações. O problema estava no fato de os inúmeros e diferentes reguladores (agências de privatização, autoridades locais e governo federal) possuírem o direito de excluir. Ninguém poderia abrir um negócio, sem recolher todas as licenças de cada um desses reguladores. Assim, quadros jurídicos e institucionais incipientes revelaram a incapacidade de integrarem uma titularidade eficiente. O potencial trágico dos Anti-Baldios surge por causa da efectiva decomposição de titularidades sobre recursos, capaz de suscitar problemas, do mesmo modo que nos Baldios advêm de sobreposição e de descoordenação entre essas titularidades.

Heller (1999) introduz o conceito do “princípio de fronteira”. As fronteiras entre as diferentes formas de propriedade podem ser facilmente entendidas com recurso à Figura 1. As linhas grossas verticais representam as fronteiras da propriedade privada possíveis numa sociedade desenvolvida e funcional, em qualquer época. Salienta-se que Baldios, Propriedade Privada e Anti-Baldios não são realidades contíguas (Heller, 1999); entre estas categorias encontram-se situações intermédias: Baldios de acesso limitado e Anti-Baldios de exclusão limitada (ver Figura 1).

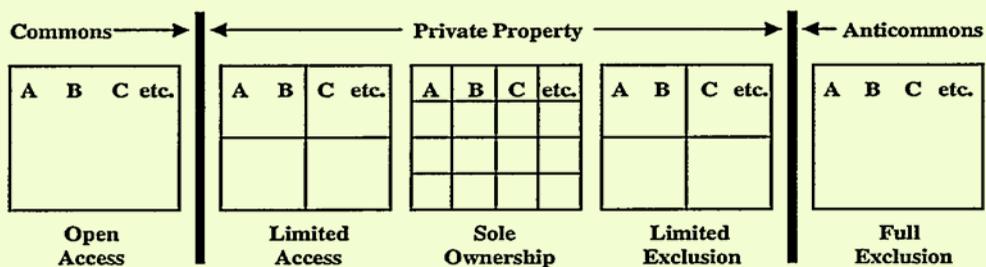


Figura 1. As fronteiras da propriedade privada, matriz analítica de estudo na transição da titularidade dos terrenos comunitários em Portugal (fonte: Heller, 1999).

A esquematização proposta por Heller (1999), sendo extremamente simples e intuitiva, corresponde a um esqueleto analítico adequado para situações extremas e protótipos. Propomo-nos testar a sua aderência/divergência à situação concreta da institucionalização da propriedade comunitária em Portugal.

## 2. O PERCURSO INSTITUCIONAL DOS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS

A preocupação de captar os ciclos inerentes à definição da titularidade da Terra (território) implicou a necessidade de recuar no tempo até início do século XIX. Perspectiva-se que a institucionalização da propriedade comunitária terá ciclos relativamente longos. Na análise do processo de institucionalização da propriedade comunitária em Portugal consideram-se três períodos cronológicos, com escalas biológicas de cerca de 50 anos (memória viva), em que se pode observar uma certa continuidade: do regime político, das políticas públicas, da intervenção do Estado, na aplicação em concreto de determinadas normas. A saber, serão considerados os períodos antes de 1926, correspondendo à Monarquia Constitucional e Primeira República, o período do Estado Novo (1926-1974) e, por último, o período pós 25 de Abril de 1974.

No primeiro período (antes de 1926) considerou-se os terrenos comunitários como **Semi-Baldios**, em que o acesso estava condicionado aos moradores de um local. A rivalidade no uso destes territórios, neste período, foi muito elevada, e a luta pela sobrevivência era a primeira preocupação dos povos, implicando as potenciais tendências trágicas por sobre-uso e esgotamento dos recursos naturais, essencialmente por sobreposição e descoordenação. Estas tendências trágicas não se verificaram nos terrenos comunitários nacionais, a organização social em torno da aldeia fomentou a coordenação e o cumprimento das regras básicas de gestão dos recursos naturais. Neste período, a economia camponesa estabelece pois uma estreita articulação entre condições naturais e estruturas de propriedade e uso do território (Rodrigues, 2000). A propriedade privada consolida-se em torno da aldeia, nos terrenos com melhores aptidões agrícolas, ficando reservadas áreas mais ou menos extensas, mais afastadas da aldeia e com reduzida aptidão para o cultivo, para uso comum principalmente a pastorícia. Tratando-se de propriedade comum, o direito de uso é definido pela pertença à comunidade, o que permite a todas as famílias, independentemente do seu estrato social, o usufruto da terra de propriedade comum. Resulta, assim, deste modo de exploração e apropriação do espaço, um efeito de reequilíbrio social, decisivo na reprodução do sistema social, sobretudo em épocas de maior pressão demográfica. O acesso a funções básicas, como a recolha de lenhas, a possibilidade de pastoreio de um rebanho de ovinos ou de cultivo de uma parcela de cereal, fica assim garantido mesmo às famílias que não são proprietárias de terra ou cujo património fundiário é muito reduzido. É a nostalgia do rural com gente e em equilíbrio com os recursos naturais, “o rural remete-nos para um tempo longo em que persiste um quadro de vida local,

*vincadamente endógeno na estruturação e na dinâmica das economias....mas que impõem limites estritos na relação com os ciclos da natureza”* (Baptista, 2010).

No segundo período (1926-74) classifica-se os terrenos comunitários como propriedade do Estado, (**titularidade única**). Invocando o interesse público, o Estado apropriou-se dos maiores e melhores terrenos comunitários, tendo como objectivo principal a prática da Silvicultura nas Serras. Assim, mais de 80% da superfície dos terrenos comunitários foi submetida ao Regime Florestal, para posteriormente ser arborizada. Ocorreu a institucionalização dos Perímetros Florestais que resultam da agregação dos numerosos terrenos comunitários. O policiamento pela guarda-florestal destes territórios é revelador do poder de exclusão do Estado. Paradoxalmente, a execução da arborização permitiu quebrar o isolamento físico em que se encontravam muitas aldeias serranas, contribuindo para o incremento do livre acesso. A dimensão eficiente para a florestação é a dos Perímetros Florestais.

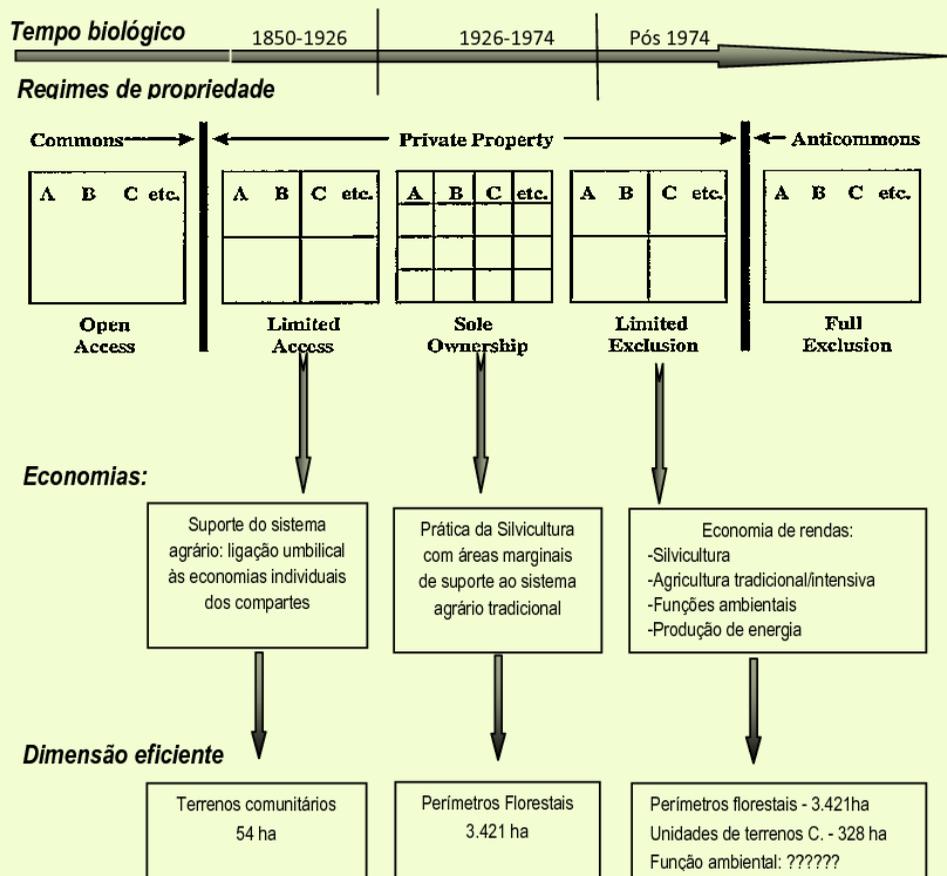


Figura 2. Transição da titularidade da propriedade comunitária nos três períodos de análise: as economias dominantes e a dimensão eficiente.

No terceiro período considerou-se aos terrenos comunitários como **Semi- Anti-baldios**, em que as faculdades de exclusão aumentaram significativamente. É possível que estejamos perante uma forma atípica de tragédia resultante já não da sobre-exploração mas antes da sub-produção – em suma a tragédia que habitualmente se associa aos bens públicos.

### **3. O PERCURSO CONJUNTO DOS TERRENOS COMUNITÁRIOS/ AGRICULTURA FAMILIAR, DITADO PELA ECONOMIA DOMINANTE: DA SINCRONICIDADE À ASSINCRONICIDADE**

#### **3.1 O baldio como suporte do sistema agrário: A Sincronicidade entre as economias familiares e os terrenos comunitários**

As comunidades rurais do Antigo Regime tinham na *aldeia* ou *lugar* o seu quadro territorial e social por excelência de estruturação e definição, por quando à sua volta se organiza o essencial da vida sociocomunitária. Esta comunidade local estrutura-se em primeiro lugar a partir de bases agrárias que criam laços de forte constrangimento social e comunitário das populações. Na base, essencialmente, está a *economia* do casal e também o *direito* que o suporta, em especial o *direito enfitêutico* mas também o *costume* agrário.

O casal (família) é, não só, o alicerce do funcionamento da economia agrícola, como a *ordem social comunitária*. Com efeito é a partir do casal agrícola e das relações ente as famílias com as suas partes, que se organiza e divide a maior parte do património colectivo da comunidade, a saber, a propriedade dos montes comunitários (baldios), das águas, dos moinhos, eiras e servidões....

O acesso ao baldio limitava-se aos moradores das comunidades que tinham direitos de fruição sobre os espaços comunitários. Como é bem conhecido, este acesso decorria no quadro de procedimentos e de normas de utilização aceites tradicionalmente pelos povos. Acrescente-se ainda que nesta utilização verificavam-se desigualdades entre os moradores, que decorriam das próprias diferenciações sociais existentes nas comunidades rurais. O baldio assegurava o pastoreio do gado que, frequentemente, era a principal produção que os povos levavam ao mercado. Oferecia os matos que a maceração, nos currais e nos caminhos que atapetavam no interior dos povoados, permitia converter em estrume.

Sempre os povos haviam procurado apoiar no baldio as explorações agrícolas familiares. Ao baldio iam buscar estrumes para melhorar a fertilidade dos campos, lenha para queimar nos lares, madeira para as casas e para as alfaias agrícolas, e

água para regar os campos. Nos baldios apascentavam os rebanhos, aí instalavam as colmeias e cultivavam cereal em lotes (sortes) periodicamente distribuídos por sorteio nos casos em que as condições do solo o permitiam. Além destes usos, era em regra permitido plantar árvores no baldio, que ficavam a pertencer, enquanto vegetassem, a quem as havia plantado, sem todavia ter direito ao solo.

Em muitos baldios havia tradicionalmente a possibilidade de cada família cultivar uma pequena parcela no baldio. Estes lotes eram geralmente sorteados antes da sementeira de modo a que ninguém tivesse uma parcela fixa no baldio e para evitar disputas sobre as características dos diferentes retalhos de terra. Nos baldios submetidos ao Regime Florestal estes lotes tinham de ser autorizados pelos Serviços Florestais através da emissão de licenças de cultivo, válido pelo período de um ano.

### **3.2 As famílias e os terrenos comunitários como unidades económicas: Assincronicidade entre a agricultura familiar e o baldio**

A alteração do relacionamento das comunidades locais com o baldio é uma realidade contemporânea. Inicia-se com declínio do sistema agrário, em que os terrenos comunitários estavam profundamente articulados com as economias individuais dos compartos. Surgem novos usos para os baldios e novos serviços: os serviços ambientais. A maioria dos serviços dos ecossistemas é classificada como bens públicos (e.g. incorporação de carbono) que são fornecidos gratuitamente (*free services*). Estes bens sem preço causam uma distorção no mercado que a avaliação económica procura colmatar (Wilderness Society, 2001). O facto de serem fornecidos a custo zero não impede que tenham um enorme valor económico mas normalmente não é reconhecido nem contabilizado (Abramovitz, 1998). Os terrenos comunitários estão associados à produção de serviços ecossistémicos. Os serviços ambientais da floresta sempre foram reconhecidos tendo dado origem, logo no início do século XX, à instituição do Regime Florestal. O Regime Florestal pretendia o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização fosse de utilidade pública, nomeadamente para "o bom regime das águas e defesa das várzeas" e para "a fixação e conservação do solo nas montanhas".

Nos novos usos a instalação de equipamentos de aproveitamento do vento para a produção de energia é uma actividade que, para o baldio, se traduz na cedência de uma área para a instalação de um parque eólico. Nas últimas décadas temos assistido à instalação de várias pedreiras e saibreiras em território comunitários.

Como já antes se notou, os baldios são menos utilizados e percorridos, devido ao próprio êxodo das populações, como ao declínio da relação das economias

familiares com o espaço comunitário. Esta situação associa-se, em muitos casos, a uma gestão enfraquecida dos baldios: tanto pela acção centralizadora do governo central (DGRF, AFN, ICNF), como pelo próprio interesse difuso de muitos dos órgãos gestores do baldio que conscientemente centram a gestão nos rendimentos obtidos com a floresta e com a cedência de direitos sobre o baldio (caça, parques eólicos, pedreiras, antenas, cedências de parcelas), descurando o controlo e a manutenção do espaço comunitário. Ou seja, erosionou-se o controle social dos baldios (Baptista, 2010) por indução da economia dominante.

#### 4. O ARRANJO INSTITUCIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DO “BEM-ESTAR” PRODUZIDO PELOS TERRENOS COMUNITÁRIOS

Uma diretriz, teoricamente razoável, utilizada na concepção dos programas de devolução da “terra” é garantir que os direitos dos grupos utilizadores sejam compatíveis com as suas responsabilidades na gestão do recurso. Isto implica que nos modelos de *“gestão de recursos com base na comunidade”* os usuário tenham direitos “mais fortes” do que nos modelos de cogestão (gestão conjunta com o estado), onde o Estado mantém um papel activo na gestão do sistema.

Em Portugal, pós 25 de Abril de 74, privilegiou-se o modelo da cogestão (Fig.3), cabendo ao Estado o papel central na gestão dos terrenos comunitários. A existência de uma grande quantidade de bens públicos associados aos baldios, podem justificar tal escolha. Porém, esta opção deveria implicar o envolvimento mais efetivo de um grande número de **Stakeholder** na gestão dos baldios.

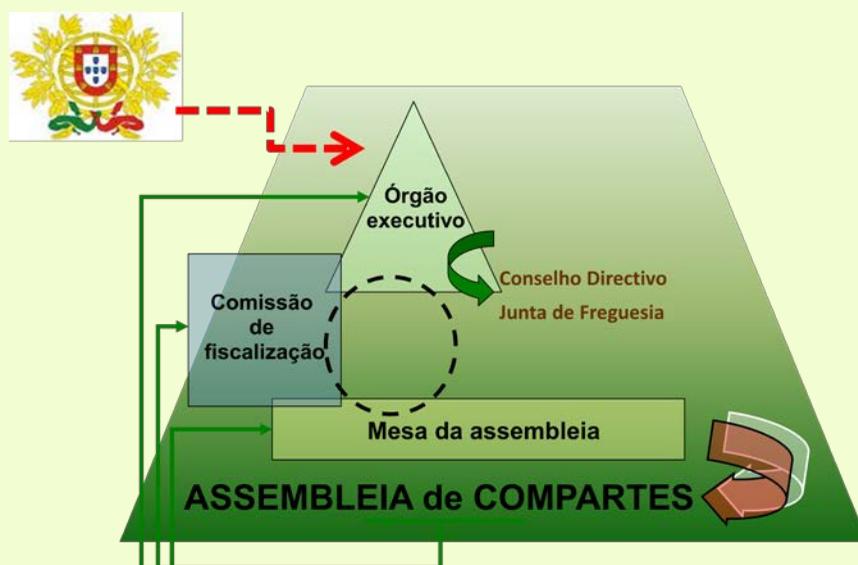


Figura 3. Modelo institucional de gestão dos territórios comunitários em Portugal

Na Figura 4, esboçou-se o modelo conceitual da governação democrática dos recursos naturais associados aos terrenos comunitários; alicerçado em quatro vectores i) legitimidade, ii) sustentabilidade, iii) direitos de propriedade, e controlo democrático. Verifica-se uma diminuição de “intensidade” nos quatro vectores, do centro para a periferia, isto é do nível local para o global.

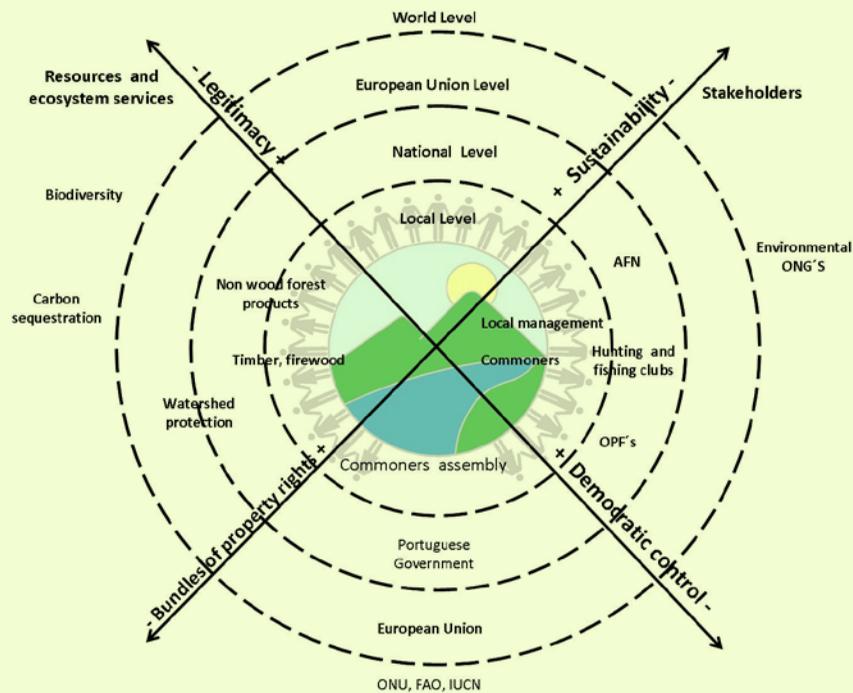


Figura 4. Representação esquemática do modelo conceptual de governação democrática dos recursos naturais associados aos terrenos comunitários.

## 5. CONCLUSÕES

As tendências trágicas associadas à institucionalização da propriedade comunitária e a sua (as) sincronicidade com a agricultura familiar só terão sentido na óptica da eficiência económica, ou seja, as tendências trágicas são aquelas que implicam uma diminuição do “bem estar” para a sociedade. A economia dominante (neoclássica) enfraqueceu a Agricultura familiar, a sua importância económica tem diminuído. As cidades já não são, maioritariamente, abastecidas por produtos originários da AF. Hoje, a função dominante esperada para a AF são os serviços ambientais. Porém, o “mercado livre” tem apresentado dificuldade na distribuição equitativa destes serviços, geralmente remete-os para as “externalidades”. Era expectável que o Estado assumisse as suas responsabilidades, como cogestor e regulador. Todavia a teoria económica presente não privilegia intervenções do

Estado, verificando-se mesmo uma desvalorização dos serviços florestais públicos. A utopia reinante é o “liberal”. Os baldios ressentem-se destes e outras contradições. O rural de montanha é agora de baixa densidade demográfica, esbateu-se a influência dos terrenos comunitários na evolução do sistema agrário; declinaram as normas tradicionais de regulação dos espaços comunitários, muitos dos interesses individuais e institucionais que agora utilizam os terrenos comunitários tendem a ser conflitantes na exclusão. Os terrenos comunitários tendem para unidades geradoras de rendas, obtidas pela cedência de direitos de propriedade. Por conseguinte, o direito de propriedade atomiza-se, resultando em quadros jurídicos e institucionais incipientes, incapazes de regular uma titularidade eficiente.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVITZ, 1998. TAKING A STAND: CULTIVATING A NEW RELATIONSHIP WITH THE WORLD'S FORESTS WASHINGTON, DC : [WORLDWATCH INST.](#), 1998.
- Agrawal, A., 1999. Greener pastures: Politics, markets, and community among a migrant pastoral people. Duke University Press, Durham, NC (1999).
- Baland, J., Platteau, J., 1996. Halting Degradation of Natural Resources: Is There a Role for Rural Communities? Oxford University Press, Oxford.
- Baptista, F.O., 2010. O Espaço Rural. Declínio da agricultura. Celta Editora, Lisboa.
- Bromley, D., Feeny, D., McKean, M., Peters, P., Gilles, J., Oakerson, R., Runge, C., Thomson, J., 1992. Making Commons Work: Theory. San Francisco, ICS Press.
- Bromley, D.W., Cernea, M.M., 1989. The Management of Common Property Natural Resources: Some Conceptual and Operational Fallacies. Washington, DC: World Bank Discussion Paper 57.
- Coase, R. H. , 1960. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*. 3, 1-44.
- Deininger, K., Binswanger, H., 1999. The evolution of the world bank's land policy: principles, experience, and future challenges. *World Bank Research Observer*. 19 (2), 247-276.
- Fitzpatrick, D., 2006. Evolution and Chaos in Property rights Systems: the Third World Tragedy of Contested Access. The Yale Law Journal. 115, 996-1048.*
- Gibson, C. C., Ostrom, E., Ahn, T.K., 2000. The concept of scale and the human dimensions of global change: a survey. *Ecological Economics*. 32, 217-239.
- Gordon, H.S., 1954. The economic-theory of a common-ownership resource — the fishery. *Journal of Political Economy*. 62, 124-142.
- Hardin, G., 1968. Tragedy of commons. *Science*. 162, 1243-1248.

- Heller, M. A., 1998. The tragedy of the Anticommons: Ownership in the transition from Marx to Markets. *Harvard Review*. 111, 621-688.
- Heller, M. A., 1999. The Boundaries of Private property. *Yale Law Journal*. 108, 1163-1223.
- Larson, B., Bromley, D., 1990. Property rights, externalities, and resource degradation: locating the tragedy. *Journal of Development Economics*. 33 (2), 235-265.
- Libecap. G. D., 1986. Property rights in Economic History: Implications for Research. *Explorations in economic history*. 23, 227-252.
- Lopes, L.F.G., Bento, J.M.R.S., Cristovão, A.F.C., Baptista, F.O., 2013. Institutionalization of common land property in Portugal: Tragic trends between "Commons" and "Anticommons". *Land use Policy* 35 (2013) 85-94.
- McKean, M., 1992. Success on the commons: A comparative examination of institutions for common property resource management. *Journal of Theoretical Politics* 4(3), 247-81.
- Meade, J., E., 1952. External economies and diseconomies in a competitive situation. *Economic Journal* vol. 62 n.º 245.
- Ostrom, E., 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Ostrom, E., 1992. The rudiments of a theory of origins, survival and performance of common-property institutions. In Bromley, D.W., Feeny, D., McKean, M.A., Peters, P., Gilles, J.L., Oakerson, R.J., Runge, C. & Thomson, J.T. eds. *Making the commons work: theory, practice and policy*. San Francisco, California EE.UU., Institute for Contemporary Studies Press.
- Rodrigues, O., 2000. *Utilização do Território e Propriedade Fundiária*. Tese de doutoramento em Engenharia Agrónoma. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- Runge, C., 1981. Common property externalities: isolation, assurance, and resource depletion in a traditional grazing context. *American Journal of Agricultural Economics*. 63 (4), 595- 606.
- Stuart, B., 2002. Transitions between Property Regimes. *The Journal of Legal Studies*. 31(2), 359-71.
- Wade, R., 1987. The Management of Common Property Resources: Collective Action as an Alternative to Privatisation or State Regulation. *Cambridge Journal of Economics* 11, 95-106.
- Wade, R., 1988. *Village Republics: Economic Conditions for Collective Action in South India*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Welch, W., 1983. The Political Feasibility of Full Ownership Property Rights: The Cases of Pollution and Fisheries Policy Sciences. 16, 165-80.



# AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA BIOLÓGICA

**Isabel Mourão**

**Luís Miguel Brito**

**Luisa Moura**

**José Pedro Araújo**

**Raul Rodrigues**

Centro de Investigação de Montanha,  
Escola Superior Agrária,  
Instituto Politécnico de Viana do Castelo,  
Refóios, 4990-706 Ponte de Lima, Portugal.

[isabelmourao@esa.ipvc.pt](mailto:isabelmourao@esa.ipvc.pt)

## RESUMO

Muitos dos atuais sistemas de produção de alimentos comprometem a capacidade da Terra para produzir alimentos no futuro. A crescente escassez de recursos naturais e a desestabilização dos sistemas ambientais representam uma verdadeira ameaça, não só para a cadeia alimentar, mas também para a estabilidade global e prosperidade, pois pode agravar a pobreza, perturbar o comércio internacional, as finanças e o investimento (Freibauer, 2011). Para enfrentar os desafios da escassez e para tornar o sistema agro-alimentar europeu mais resistente em tempos de crescente instabilidade e incerteza, é inevitável uma mudança radical no consumo e na produção de alimentos na Europa. Os actuais factores de mudança incluem o acréscimo da população, a competição por recursos-chave, as alterações climáticas, as mudanças nos consumos/dietas e os valores e posicionamentos éticos (Freibauer, 2011).

Vários conceitos de agricultura ambientalmente menos prejudicial têm emergido, como a Agricultura de Conservação, os Sistemas Agro-florestais, a Produção Integrada e a Agricultura Biológica (AB), que são parcialmente enquadrados como "sistemas agrícolas de baixo consumo" e alguns são sistemas antigos que adquiriram renovada atenção (Scherr e McNeely, 2008; EEA, 2010; EC,

2010). Estes sistemas agrícolas mais sustentáveis, com menos inputs externos do que os convencionais, e os avanços no desenvolvimento científico dos sistemas de AB, poderão reduzir o uso de energia e utilizar melhores estratégias de gestão do azoto no solo (Freibauer, 2011).

A gestão da produção de alimentos no mundo tem de ser mais sustentável através de uma abordagem ecossistémica (Revolução Verde), baseada em contribuições da natureza para o crescimento das plantas, tais como: a matéria orgânica do solo (MO), a regulação do fluxo de água, a polinização e o controlo biológico de pragas e doenças. A AB pode levar a uma melhor gestão do solo e da produtividade e, ainda, a um aumento da eficiência na gestão da MO do solo e da energia, redução da erosão e aumento da biodiversidade (FAO, 2011). Para os pequenos agricultores nos Países em desenvolvimento, a AB pode conduzir ao aumento da produção de alimentos e preservação dos benefícios dos serviços de ecossistema que suportam a produção agrícola e, pode ainda, contribuir para o aumento do seu rendimento (IFAD-UNEP, 2013).

A Agência Europeia do Ambiente refere que o atual impacto ambiental da agricultura europeia implica uma mudança fundamental para abordagens mais ecológicas, como a AB, que incluem um aumento de eficiência global na utilização dos recursos externos (produtos químicos, água, energia, etc.) e uma diminuição na produção de resíduos, e sugere que a PAC e outras medidas devem oferecer melhores incentivos para estes ganhos de eficiência (EEA, 2012a, 2013). A maior sustentabilidade da AB baseia-se em estratégias como a diversificação (multiactividades, multiusos e multifuncionalidades como serviços e comércio); diferenciação (certificação, raças e cultivares autóctones, tradições); verticalização (transformação e distribuição próprias) e, eficiência (gestão profissional, conhecimento, tecnologia) (Sendim, 2011).

A percentagem da SAU em AB na Europa situa-se abaixo dos 10% e está associada a um nicho de mercado. No entanto, a procura está a crescer. Os consumidores estão cada vez mais interessados em dietas saudáveis e ao mesmo tempo cada vez mais atraídos por alimentos biológicos, sem resíduos de produtos químicos de síntese devido, por exemplo, aos impactos dos desreguladores endócrinos sobre a vida selvagem, as pessoas e o ambiente (EEA, 2012b).

O contributo da agricultura biológica para atenuar as alterações climáticas por redução do consumo de energia e, portanto, de emissão de CO<sub>2</sub>, é um importante benefício a acrescentar à maior garantia de alimentar o mundo no futuro, por permitir uma maior preservação a longo prazo dos recursos naturais, contribuindo

para um crescimento económico e desenvolvimento social mais sustentáveis. Erb et al. (2009) simularam vários cenários de oferta e procura de alimentos dinâmica e têm mostrado que a agricultura biológica tem o potencial de alimentar o mundo, considerando um aumento da área plantada de 20% e uma dieta nutricionalmente suficiente em termos de energia nutricional (2.800 kcal/pessoa e dia), proteína e lípidos.

Outros benefícios fornecidos pela agricultura biológica tanto para o ambiente (conservação da fertilidade do solo, da água, diminuição da poluição e preservação da biodiversidade) como para a saúde humana (por exemplo, a exposição a substâncias químicas nocivas e preservação da paisagem pela eliminação de agroquímicos sintéticos), também têm de ser devidamente contabilizados. Os custos colaterais da agricultura biológica, relacionados com a erosão dos solos, a poluição da água e a morte da vida selvagem, são estimados em cerca de um terço dos custos causados pela agricultura convencional (Niggli, et al., 2008).

Em síntese, considerando o parecer da FAO (2014) sobre o papel da Agricultura Familiar na preservação dos alimentos tradicionais, no contributo para uma alimentação mais equilibrada, na proteção da agrobiodiversidade e no uso mais sustentável dos recursos naturais, representando uma oportunidade para impulsionar as economias locais, então, a agricultura biológica representa um caminho seguro, pois partilha dos mesmos objectivos.

## REFERÊNCIAS

- EC, 2010. The CAP towards 2020: Meeting the food, natural resources and territorial challenges of the future. European Commission, COM (2010) 672 final, 15 pp.
- EEA, 2010. 10 messages for 2010: Agricultural ecosystems. European Environment Agency, 13 pp.
- EEA, 2012a. Agriculture and the green economy. European Environment Agency, 10 pp.
- EEA, 2012b. The impacts of endocrine disruptors on wildlife, people and their environments. The Weybridge+15 (1996-2011) Report. European Environment Agency, 112 pp.
- EEA, 2013. Environmental Indicator Report 2013 - Natural resources and human well-being in a green economy. European Environment Agency, 148 pp.
- Erb K-H, Krausmann F, Lucht W e Haberl H, 2009. Embodied HANPP: Mapping the spatial disconnect between biomass production and consumption. *Ecological Economics* 69:2, 328-334.
- FAO, 2011. Save and grow. A policymaker's guide to the sustainable intensification of smallholder crop production. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 102 pp.

- FAO, 2014. 2014 International Year of Family Farming - Feeding the world, caring for the earth. Food and Agriculture Organization of the United Nations. <http://www.fao.org/family-farming-2014>
- Freibauer A, Mathijs E, Brunori G, Damianova Z, Faroult E, Gomis JG, O'Brien L e Treyer S, 2011. Sustainable food consumption and production in a resource-constrained world. European Commission - Standing Committee on Agricultural Research (SCAR), The 3rd SCAR Foresight Exercise, 149 pp.
- IFAD-UNEP, 2013. Smallholders, food security, and the environment. International Fund for Agricultural Development, United Nations Environment Programme, 52 pp.
- Niggli U, Schmid H e Fließbach A, 2008. Organic Farming and Climate Change. International Trade Centre (ITC), Geneva, Switzerland 30 pp.
- Scherr SJ e McNeely JA, 2008. Biodiversity conservation and agricultural sustainability: Towards a new paradigm of 'ecoagriculture' landscapes. Philosophical Transactions of the Royal Society, B: Biological Sciences 363: 477-494.
- Sendim AC, 2011. Comercialização de produtos diferenciados na perspetiva do produtor. Reunião da Sociedade Portuguesa de Ovinotecnia e Caprinotecnia - Evolução Recente dos Sistemas de Produção de Pequenos Ruminantes no Sul de Portugal, 25 de Maio, Évora. [http://www.ovinosecaprinos.com/programa\\_f.html](http://www.ovinosecaprinos.com/programa_f.html)

# AGRICULTURA FAMILIAR Y AUTOSOSTENIBILIDAD RURAL EN EL DEPARTAMENTO DEL CAUCA (COLOMBIA)

**Rubén A. Ortega**

Departamento de Microbiología Alimentaria,  
Instituto Politécnico de Bragança  
CIMO, Centro de Investigação de Montanha

[raortega@ipb.pt](mailto:raortega@ipb.pt)

## RESUMO

Las políticas en materia del desarrollo rural en el departamento del cauca enmarcan una serie de retos en el propósito de garantizar la seguridad alimentaria y nutricional a su población. Sin embargo, es necesario una mayor consideración de una variedad de factores tales como: i) la influencia de los agentes causantes del conflicto armado: las grupos al margen de la ley, las fuerzas armadas del gobierno nacional y la delincuencia común; ii) orden público; iii) presencia de cultivos ilícitos y, iv) corrupción en algunos estamentos de la gobernabilidad local, regional y nacional.

El hambre y la desnutrición son realidades que atentan contra el derecho de las personas y son impedimentos para el desarrollo humano, que requieren la acción enérgica y el concurso decidido de las instituciones de la ciudadanía [1]. Las huertas familiares de los hogares en las regiones más deprimidas del Departamento del Cauca surgen de la necesidad de trabajar en pro de la seguridad alimentaria y nutricional, y se constituyen en una herramienta para combatir los problemas relacionados con la desnutrición y sostenibilidad de la población rural Caucana -con principal incidencia en la población escolar- a mediano y largo plazo. Además, las huertas familiares se convierten en focos directos para la implementación de los principios de soberanía alimentaria mediante la recuperación de semillas nativas y alimentos típicos de la región.

En este trabajo se mostrarán los sucesos que han impulsado la instauración de los principios de una agricultura familiar en diferentes municipios del Departamento del Cauca. Se analizarán los factores implicados en el proceso evolutivo de dichas

políticas desde una perspectiva económica, social, política, alimentaria y ambiental. También, se ilustrará los resultados obtenidos a largo de los últimos diez años productos de la intervención conjunta de las alcaldías locales y regionales, personal técnico especialista y ciudadanía. Se enfatizará en los resultados de la situación nutricional de la población escolar, las modificaciones alimentarias que han tenido lugar y la potencial incidencia de estos hechos sobre la aparición de enfermedades crónicas a largo plazo. Finalmente, se discuten alternativas de acción en aras del mejoramiento y continuidad de los programas, y se establecen los nuevos retos a los que se enfrentarán los entes gubernamentales y la población en términos de la sostenibilidad de este territorio rural.

## **REFERENCIAS**

- [1] Comité Intersectorial de Seguridad Alimentaria y Nutricional del Cauca. Plan de Seguridad Alimentaria y Nutricional para el Departamento del Cauca. Colombia, Cauca (2009).

# OS SUÍNOS DA RAÇA BÍSARA E SUSTENTABILIDADE DO MUNDO RURAL

**Marieta Amélia Martins de Carvalho**

CIMO, Escola Superior Agrária,  
Instituto Politécnico de Bragança,  
Campus de Santa Apolónia, Apartado 1172,  
5301-855 Bragança, Portugal  
[carvalho@ipb.pt](mailto:carvalho@ipb.pt)

## **RESUMO**

A procura mundial de produtos de origem animal aumentará cerca de 70% em 2050. Estima-se que mil milhões de pobres dependam dos animais para a sua alimentação e criação de riqueza.

Grande parte da procura será coberta através da rápida expansão dos sistemas modernos de exploração intensiva, mas os sistemas tradicionais continuarão a existir em paralelo e terão um papel muito importante na sustentabilidade do Mundo Rural.

A carne de porco é um dos alimentos mais consumidos mundialmente, representando em 2012: 43,3% em todo o mundo (INE, 2014), 45,9% na União Europeia (INE, 2014) e 39,8 % em Portugal da carne total consumida (IACA, 2013).

Bísara é a raça de suínos autóctones portugueses do tronco Celta. Apesar do seu reduzido efetivo, em risco de extinção, representa para as populações locais um elevado peso económico e social.

Este trabalho tem como objetivo, fazer uma caracterização atual da suinicultura familiar, com base nos suínos da raça Bísara e, enumerar algumas oportunidades e desafios para o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Raça Bísara, sistemas de exploração, desenvolvimento rural, mundo rural.

## **1. INTRODUÇÃO**

A procura mundial de produtos de origem animal aumentará cerca de 70% em 2050. Estima-se que mil milhões de pobres dependam dos animais para a sua alimentação e criação de riqueza (FAO, 2014).

A carne de porco é um dos alimentos mais consumidos mundialmente, representando em 2012: 43,3% em todo o mundo (INE, 2014), 45,9% na União Europeia (INE, 2014) e 39,8 % em Portugal da carne total consumida (IACA, 2013).

Grande parte da procura será coberta através da rápida expansão dos sistemas modernos de exploração intensiva, mas os sistemas tradicionais continuarão a existir em paralelo.

A quantidade produzida especificamente para o sector da produção de suínos de raças autóctones não vem diferenciada nas estatísticas nacionais. Atualmente, o efetivo reprodutor inscrito no Livro Genealógico da Raça Bísara, é de 3 486 fêmeas reprodutoras ativas em 100 explorações, distribuídas por Trás-os-Montes, Minho e Beiras (ALVES, 2013).

Um dos maiores impedimentos à produção da raça Bísara tem sido a falta de reprodutores, as características do sistema de exploração, a pequena dimensão das explorações, ao euro e dos regulamentos rigorosos sobre o bem-estar animal e meio ambiente.

Estes problemas, foram amenizados pela dinâmica dos projetos de investimento em explorações de suínos da raça Bísara, apoiados pelo Estado Português, União Europeia e pela manutenção de sistemas agrícolas extensivos. Este desenvolvimento teve associado a implementação de pequenas indústrias familiares de produtos de salsicharia com qualidades específicas: DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida).

## **2. OBJETIVOS E METODOLOGIA**

Este trabalho tem como objetivo, fazer uma caracterização atual da suinicultura familiar, com base nos suínos da raça Bísara e, enumerar alguns desafios para o seu desenvolvimento.

A metodologia baseia-se na análise descritiva, utilizando a bibliografia disponível sobre a produção, os preços e a comercialização dos animais vivos, da carne e seus produtos e entrevistas aos criadores de suínos de raça Bísara.

O espaço temporal vai desde a origem do porco até aos dias de hoje.

### 3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

#### 3.1 Origem dos suínos de raça Bísara

Os antepassados mais remotos dos porcos, remontam a 40 milhões de anos, situando-se o mais longínquo na região da Etiópia, o porco do Cabo (*Oricteropus afer*). Estes, da ordem de *Tubulidentados* com focinho e orelhas largas e de hábitos noturnos, alimentavam-se de insetos e raízes (FAO, 2001).

Os suínos pertencem à ordem dos Artiodáctilos, ou seja, com um número par de dedos ungulados, apresentando uma taxonomia complexa e diversificada com uma variedade de raças (superior a 200), de 88 géneros diferentes (ROTHSCHILD e RUVINSKY, 1998).

A família *Suinae* apareceu, no Oligocénio, após a separação da Subordem Suiforme dos restantes Artiodáctilos. Morfologicamente os Suiformes são mais primitivos e menos especializados. As suas principais diferenças em relação às outras Subordens dos Artiodáctilos dizem respeito à estrutura, à função dos compartimentos gástricos e à morfologia dos dentes. Esta família disseminou-se amplamente pelos continentes Africano, Europeu e Asiático (VICENTE, 2006).

Segundo FAO (2001), os porcos atuais pertencem ao género *Sus* e compreendem os porcos asiáticos (*Sus vittatus*) - originário da Índia; os porcos célticos (*Sus scrofa*) – provenientes do javali europeu, e os porcos ibéricos (*Sus mediterraneus*) – de origem africana, introduzidos em todas as regiões do Sul da Europa.

O género *Sus scrofa* agrupa os subgéneros *Sus barbatus* e *Sus verrucosus* (LARSON *et al.*, 2005).

VALE (1949) subdividia o género *Sus* em quatro subgéneros:

1º – Subgénero *Eusus*, porco verrugoso, estatura mediana, pelagem variável, crânio largo, comprido e convexo, com verrugas faciais muito peludas, orelhas pequenas, tromba robusta, dentes caninos muito desenvolvidos, animais selvagens, susceptíveis de domesticação.

Este subgénero dispersa-se pela Indochina, Java, Bornéu, Celebes, Sumatra, Molucas e Filipinas.

Existem várias espécies: *Sus eusus verrucosus*, porco pustuloso japonês; *Sus eusus barbatus*, porco barbudo da Sumatra; e *Sus eusus celebensis*, porco das Celebes.

2º – Subgénero *Striatosus*; porco raiado, bastante variável nos seus caracteres cranianos e na dentição, conforme as espécies; habitante do extremo

oriente; *Sus striatus vitatus*, origem dos porcos domesticados do sul e leste da Ásia; *Sus striatus leucomastix*, do Japão; *Sus striatus mompiensi*, da China central; e neste grupo inclui-se também a *Salviana*, porco anão da vertente sul do Himalaica.

3º – Subgénero *Acroma*, javali europeu, habitante da Europa setentrional até aos Alpes e Pirenéus, e da Ásia exceptuando a parte oriental e meridional.

4º – Subgénero *Mediterrâneos*, forma intermediária do *Striatusus* e *Acroma*, o javali mediterrâneo seria natural da Bósnia, Balcãs, Sardenha, Península Ibérica, Ásia menor e Ásia oriental.

O porco Bísaro tem como seu remoto ascendente *Sus acroma feros* ou javali europeu e representa em Portugal o tronco céltico (JANEIRO, 1944; ORTIGOSA, 1946 e VALE, 1949; SILVA *et al.*, 2002).

A taxonomia dos suínos da raça Bísara varia segundo os autores, como se segue (JANEIRO, 1944):

- Classificação de Sanson - Variedade de *Sus celticus* (raça dolicocefala).
- Classificação de Cornevin (Professor da Escola Veterinária de Lyon) – *Sus scrofa macrotis* (sub-raça da Beira).
- Classificação de Baron (Dechambre) – Raça de perfil côncavo, longilínea e eumétrica.

### **3.2 Evolução e situação atual do porco da raça Bísara**

A capacidade de adaptação do porco a diferentes condições climatéricas tem determinado que a sua exploração se realize em todos os continentes e em quase todos os países do mundo, à exceção daqueles onde, por razões de ordem cultural e religiosa a sua existência está vedada. O seu carácter universal está ligado à sua grande capacidade de adaptação aos variados regimes alimentares, já que a sua qualidade de omnívoro lhe permite transformar diferentes produtos e subprodutos, e alimentar-se com recursos vegetais e animais. É explorado tanto pelo sistema tradicional com recursos limitados, como pelo sistema industrial combinando as mais sofisticadas técnicas de alimentação, sanidade, reprodução, transformação e comercialização (FAO, 2001; CARVALHO, 2009).

Os Zootecnistas, no início do século XX, classificaram os porcos em dois grupos de raças: raças *Naturais* ou antigas e as *Artificiais* PINTO (1878):

- 1 - As raças *Naturais* ou antigas, eram produtos mais da influência natural dos climas e associados a uma agricultura semi-pastoril. Estas, dividiam-se em: *Typo Bísaro ou Céltico*, *Typo Asiático ou Chino*, *Typo Românico ou Entre Bísaro e Chino*.
- 2 - As raças *Artificiais*, também denominadas de melhoradoras, aperfeiçoadas ou modernas, eram resultantes da ação do homem e relacionadas com uma agricultura mais intensiva.

**Em 1870**, é feita uma descrição da raça Bísara, no recenseamento Geral dos Gados no Continente e no Reino de Portugal por LIMA (1973):

“Bísaro é o nome que nas nossas províncias do centro e sul do reino se dá ao porco esgalgado, mais ou menos pernalto e de orelhas frouxas, para aqui o distinguir do porco roliço e pernicurto do Alentejo. O appellativo de céltico é proposto e empregado por SANSON, para exprimir a antiguidade de raça d'este typo, que era o único que existia em todos os paizes celtas, que faziam parte da antiga Gallia e mesmo nas ilhas britânicas, antes da introdução n'estes paizes das raças do typo asiatico e românico”. No mesmo recenseamento descreve a raça Bísara como “As raças d'este typo pertencem exclusivamente a Europa, principalmente ao centro e norte d'ella. Têm por caracteres communs, (...), corpo um tanto varudo, convexo ou arqueado no dorso, não roliços, senão chatos um pouco da arca do peito (costado) e pernaltos; cabeça grossa, de fronte curta e chata, e comprida de tromba, bôca grande, orelhas frouxas, às vezes pendentes, cujo comprimento excede o esparço que vae do orificio auricular até aos olhos, fraca façoula; côr variavel, preta, branca ou malhada; cerdas rijas mais ou menos abundantes. Como caracteres osteologicos: o craneo brachycephalo, 14 vertebrae dorsaes e 6 lombares.

Acham-se raças d'ete typo espalhadas por toda a Europa, principalmente no centro e norte d'ella, (...), em França, Suissa, Allemanha, Dinamarca, e ainda hoje mesmo em Inglaterra. Os nossos porcos de raça commum das provincias do norte, Beira, Minho e Traz os Montes, entram também n'este typo.

(...) os d 'este typo não são precoces, peccam por ossudos, dão boa carne, mas atoucinham pouco e engordam com dificuldade.

(...) typo bizaro – É o dominante se não o exclusivo em Traz os Montes, Minho e Beira e pela Estremadura toda ao norte do Tejo. Distinguem-se as variedades d'este typo pela corpulência, côr, e maior ou menor quantidade de cerdas. É na Beira e no Minho que se encontram os de maior corpo, que os ha por ahi que medem, 1,<sup>m</sup>50 de nuca à cauda, e quasi 1 metro de altura, dando cevões que chegam a deitar 200 a 250 kg de carne limpa. Mas ao lado d'estes encontram-se outros de menor corpo, e são os mais vulgares, que deitam assim, depois de

bem gordos entre os 120 e 150 kilogramas.

Pretos são pela maior parte os nossos bizaros. Os de todo brancos e de muito corpo aparecem mais para o Minho, e ahí lhe chamam, em algumas partes, gallegos, porque vem bastantes da Galliza lemitrophe. Pretos ou brancos, e mesmo malhados, ha uns muito cerdosos bem encabellados, outros que se denominam mollarinnos, por terem poucas cerdas e a pelle lisa e macia sendo estes os que se reputam de mais cevadiços.

De ordinario todos os nossos bizaros são como é próprio do typo, de moroso crescimento (que raro é haver bom cevão feito se não passados bem dois a tres annos) e de custosa engorda, produzindo mais carne magra que gordura (comparados às raças dos outros typos) accumulando-se esta antes em grossas banhas do que em espessas mantas de toucinno.

O geral d'elles possui uma compleição que não é das mais robustas e sadias, e são bastante debiqueiros na comida, maximè no tempo da engorda".

**Em 1944**, Póvoas Janeiro, no Boletim Pecuário, distingue duas variedades dentro da raça: a Galega, branca ou branca malhada e a Beirôa preta ou preta malhada, distinguem-se os Molarinhos, de pele fina quase sem cerdas e os Cerdões, de cerdas finas e abundantes.

As características morfológicas, fisiológicas e económicas da raça Bísara, do segundo JANEIRO (1944) são:

### **I - Características morfológicas:**

**Estatura:** Animais corpulentos, atingindo 1 (um) metro de altura a 1,5 (um e meio) metro de comprimento desde a nuca à raiz da cauda;

**Pelagem:** Existem várias cores de porcos: pretos (predominante), brancos ou malhados. A pele é geralmente grossa e com cerdas compridas, grossas e abundantes;

**Cabeça:** É grossa e de perfil côncavo, a crista occipital é dirigida para diante com tromba espessa e comprida e boca grande;

**Orelhas:** São compridas, largas e pendentes sem cobrirem os olhos;

**Face:** Esta é pouco desenvolvida e tem adjacente uma papada reduzida;

**Pescoço:** Comprido e regularmente musculado;

**Tórax:** Alto, achatado e pouco profundo;

**Dorso:** Comprido com a linha dorso-lombar convexa;

**Ventre:** É esgalgado;

**Flanco:** Largo e pouco descido;

**Garupa:** Estreita, descaída e pouco musculada com um bom comprimento;

**Coxas:** De bom comprimento, mas com pouco desenvolvimento muscular;

**Cauda:** É grossa e de média inserção;

**Membros:** De regular aprumo, compridos, ossudos e pouco musculados;

**Pés:** Bem desenvolvidos mas brandos nos estabulados.

## II - Características fisiológicas:

**Temperamento:** São animais bastante dóceis, pouco rústicos, não suportam as intempéries, pelo que se dão melhor com o regime estabular;

**Movimentos:** Geralmente vagarosos e andamento com pouca elegância;

**Capacidade de assimilação:** Não engordam com facilidade e têm pouco apetite.

**Precocidade e ritmo de crescimento:** Pouco precoces e de crescimento lento, só dos dois para os três anos atingem 120 a 200 kg de peso vivo.

**Fecundidade:** Muito prolíferos, com ninhadas que podem ir até vinte leitões ou mais.

## III - Características económicas:

**Carcaça** – Tem um fraco desenvolvimento do quarto posterior, e um esqueleto bastante volumoso.

**Carne** – Magra (pouco atoucinhada).

**Qualidade do toucinho** – Baixo e entremeado, o seu sabor varia com a alimentação do animal.

**Em 1946**, ORTIGOSA, refere que a raça Bísara (*Tronco céltico*) compreendia as variedades: Beiroa, Galega, Molarinhos e Cerdões.

A variedade **Beiroa**, eram de cor preta ou fundo preto com malhas brancas, distribuía-se por Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Estremadura e Açores.

A variedade **Galega**, eram de cor branca ou fundo branco com malhas pretas, distribuía-se na raia minhota.

A variedade **Molarinhos**, possuíam pele fina e quase sem pêlo nem penugem. Estes porcos estavam mais adaptados à exploração em pocilgas.

A variedade **Cerdões**, possuíam pelo rijo e abundante, rústicos e mais adequados a uma criação ao ar livre ou no regime misto.

De acordo com ORTIGOSA (1946), a raça suína Bísara era caracterizada como:

“(...) braquicéfala, e de perfil mais ou menos arqueado e focinho largo; com frente larga e plana; orelhas largas, compridas e caídas de ambos os lados e pendentes, cobrindo por vezes os olhos; pelagem *preta*, branca ou malhada; o pescoço largo, curto e regularmente musculado; o corpo comprido e a linha dorso-lombar convexa; as costas estreitas e como que achatadas lateralmente, ventre *esgalgado*; flanco largo e pouco descido; as extremidades largas, fortes e altas (*pernaltas*); a pele rosada e sempre desprovida de pigmento.

Os porcos Bizaros, no tocante aos seus caracteres fisiológicos, são animais bastante dóceis e pouco rústicos; não suportam as intempéries, temendo o calor e o frio, pelo que agradecem o regímen estabular; sendo geralmente vagarosos e desgraciosos nos seus andamentos; não são sóbrios e são de, difícil engorda e de pequeno apetite; pouco precoces e crescimento lento; pois só aos dois ou três anos atingem o maior grau de crescimento; enquanto que em menos de metade deste tempo se podem sacrificar os porcos de sangue inglês ou com ale cruzado; mas em compensação são muito prolíficos, dando ninhadas de 20 a 22 leitõezinhos, prestando-se assim à especulação especial da venda de leitões para espêto, uma das mais lucrativas presentemente, porque cêdo entra dinheiro em caixa e evita-se despeza de alimentos a não ser o fornecido em leite pela porca-mã, e ressalva-se o prejuízo de morte pelas variadas e frequentes doenças no desmame e na adolescência.”

Estes animais podem atingir 250 kg de carne limpa, entre os 2 (dois) e os 3 (três) anos (ORTIGOSA, 1946).

**Em 1949**, a norte do rio Tejo criavam-se os porcos Bizaros *Sus celticus*, na classificação de SANSON e a que CORNEVIN chamou *Sus scrofa macrotis* e que DECHAMBRE classificou no grupo côncavo, longilíneo e eumétrico (VALE, 1949).

Segundo VALE (1949), o porco da raça Bísara possuía “cabeça comprida e espessa, tronco varudo, achatado lateralmente e de espinha incurvada para cima, pernalteiros, pelagem *preta*, branca ou malhada, coberta de sêdas abundantes, compridas e grosseiras”.

À semelhança de ORTIGOSA (1946) também VALE (1949) refere que estes porcos estão melhor adaptados ao regime estabular do que em “pastagem”, necessitam de abundante e variada alimentação, para uma boa engorda, são muito prolíficos, e dão grandes ninhadas, mas são pouco precoces.

Os porcos do tronco céltico, ao qual o porco da raça Bísara pertence, possuíam as seguintes características (VALE, 1949):

“Braquicéfalo, ângulo frontonasal, bastante aberto; orelhas compridas e pendentes, pescoço comprido e delgado; tronco alongado, achatado e convexo ao longo da espinha; membros altos e fortes, pelagem variável e de sêdas fortes e abundantes. Bons andeiros, alimentam-se com tubérculos que arrancam da terra e com frutos que caem das árvores. Dão mais carne que gordura. O toucinho é rijo e fácil de conservar pela salga. É o porco da Europa central, que vai desaparecendo pelo cruzamento com as raças melhoradoras.”

**Em 1994**, a ANCSUB no seu Regulamento do Registo Zootécnico, descreve as características da raça Bísara do seguinte modo (ANCSUB, 1994):

**Cabeça:** grossa e de perfil côncavo: crista e occipitais dirigidos para a frente. Focinho côncavo e comprido. Boca grande. Orelhas largas, longas e pendentes atingindo por vezes o terço inferior do focinho.

**Pescoço:** comprido e regularmente musculado.

**Tronco:** alto, alongado, achatado e pouco profundo com costelas compridas e pouco arqueadas. Dorso comprido, com linha dorso-lombar convexa. Ventre esgalgado. Flanco largo e pouco descaído. Garupa de bom comprimento, mas estreita, descaída e pouco musculada. Coxas de bom comprimento mas deficiente espessura e pouco musculada. A cauda é grossa e de média inserção.

**Sistema mamário:** úbere de bom tamanho, bem proporcionado, com boa implantação e com um número de tetos sempre superior a dez.

**Extremidades e aprumos:** os membros são de regular aprumo, compridos ossudos e pouco musculados. Os pés são bem desenvolvidos, mas brandos.

**Pelagem:** a pele é fina com coloração branca, preta ou malhada. As cerdas ou pelos são rijos e compridos. Todos os animais têm o corpo coberto de cerdas.

**Tamanho:** o esqueleto é forte e volumoso, de uma forma geral podemos considerar que são animais de grande corpulência.

**Variedades:** sempre foram distinguidas três variedades, de acordo com o tipo de pelagem: Galega, Beiroa e Molarinhos. Os animais da variedade Galega são de cor branca ou branca com malhas pretas, os da variedade Beiroa, são de dor preta com malhas brancas. As duas variedades têm o corpo coberto com cerdas longas e rijas.

### 3.3 Solar da raça suína Bísara

É opinião de vários autores que o solar da raça suína Bísara se situa a Norte do rio Tejo (PINTO, 1878; JANEIRO, 1944; ORTIGOSA, 1946; VALE, 1949; NOGUEIRA, 1900; CARVALHO, 2009; ANCSUB, 2014). Ao longo dos tempos a intensidade da sua exploração na área geográfica do seu solar tem variado, mas sempre associada aos diversos sistemas de produção agropecuários e ao Mundo Rural.

Em 1878, é referida a existência do porco Bísaro - variedades Galega, Cerdões e Molarinhos - em Trás-os-Montes, Minho, Beiras, e Estremadura a norte do rio Tejo (PINTO, 1878).

Em 1900, Paula Nogueira in “Le Portugal Agricole”, refere que a raça Bísara ocupa o *norte e centro do Reino* até ao Tejo (NOGUEIRA, 1900).

Em 1944, os animais da raça Bísara, eram em muito pequeno número no estado “puro”, encontrando-se apenas nalguns pontos ao norte do Tejo; a *variedade galega* (branca) localizava-se sobretudo, na raia do Minho e a *beiroa* (em geral preta) em Trás-os-Montes, Beiras e Estremadura (JANEIRO, 1944).

Em 1946, a raça Bísara - a variedade **Beirôa** - (preta ou preta malhada, habitava em Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura e Açores. Ortigosa dizia em 1946, que esta variedade era a que melhor resistia às inclemências do clima e escassez de recursos das regiões das províncias de Trás-os-Montes e Beiras. A variedade **Galega** - (branca ou branca malhada) encontrava-se na raia Minhota. A - variedade **Molarinhos** - “de pele fina e quási glabra, são os Bizaros Beirões próprios para pocilgas”. A - variedade **Cerdões** - “(pêlo rijo, abundante, rústicos, são os - Bizaros Beirões - próprios para pastagens ou régimen mixto)”. Realçou ainda a existência de um porco “mestiço” Bísaro - o *Torrejano, Sintrão* ou *Porco da Granja* resultante de um cruzamento do Bísaro Açoriano com o Berkshire. Estes eram os melhores porcos para a criação em pocilgas (ORTIGOSA, 1946).

Em 1949, Miranda do Vale, referia que no “estado puro” os verdadeiros representantes dos suínos da raça Bísara eram em número muito pequeno e encontravam-se apenas nalguns pontos ao norte do rio Tejo: a variedade Galega (geralmente branca) localizava-se sobretudo, na raia do Minho e a Beiroa (geralmente preta) criava-se em Trás-os-Montes, Beiras e Estremadura (VALE, 1949).

Em 1973, no Recenseamento geral dos gados no continente do reino de Portugal, refere que as raças do “*typo bizaro ou céltico*” encontram-se “espalhadas por toda a Europa, principalmente no centro e norte d`ella, como já se disse, em França, Suíça, Alemanha, Dinamarca, e ainda hoje mesmo em

Inglaterra (...). O *typo bizaro* - é dominante se não exclusivo em Traz os Montes, Minho e Beira, e pela Estremadura toda ao norte do Tejo” (LIMA, 1973).

### **3.4 Sistemas de exploração do porco Bísaro**

#### *3.4.1 Efetivo*

Os dados estatísticos sobre o efetivo de suínos de raças autóctones não vêm diferenciados nas estatísticas nacionais nem mundiais.

Em Portugal existem duas raças de suínos autóctones, a Bísara e a Alentejana.

Em 1994, foi criada a Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara, que iniciou em 1995 a gestão do Registo Zootécnico da Raça Bísara.

A partir daqui, o efetivo teve um ligeiro incremento, devido ao apoio da referida Associação, a ajudas nacionais e europeias, acompanhadas da investigação científica realizadas nas diversas Instituições de Ensino Superior do país.

Associado ao aumento do efetivo, surgiram melhorias das suas instalações, alimentação, manejo em geral e desenvolveu-se uma indústria familiar de produtos transformados de porco Bísaro com qualidades específicas – produtos DOP e IGP. Hoje, Existem 185 produtores de fumeiro licenciados só no concelho de Vinhais.

Em Portugal, em 2001, existiam 6500 animais da raça Alentejana e 196 animais da raça Bísara inscritos nos respetivos livros genealógicos (ANDRADE *et al.*, 2001).

Em 2004, no Registo Zootécnico da raça suína Bísara, estavam inscritos no Livro de Reprodutores 729 animais (ANCSUB, 2006).

Em 2006, o efetivo reprodutor da raça suína Bísara, ronda as 1300 fêmeas e 200 machos, distribuídos por 120 explorações, na sua maioria na região de Trás-os-Montes e Alto Douro (ANCSUB, 2006).

Em 2013, o efetivo reprodutor inscrito no Livro Genealógico da Raça Bísara, é de 3486 fêmeas reprodutoras ativas em 100 explorações, distribuídas por Trás-os-Montes, Minho e Beiras (ALVES, 2013).

#### *3.4.2 Estrutura da exploração*

Os suínos da raça Bísara, até aos anos de 1990, foram explorados essencialmente para autoconsumo, com efetivos de pequena dimensão (1-3 fêmeas reprodutoras), explorados em confinamento total e integrados em sistemas de produção agrícola extensivos (CARVALHO, 1998a).

Num estudo por nós realizado em 1998, o número médio de reprodutores era de 2,7 para as porcas e de 1,4 para os varrascos, com uma perspetiva de aumento global de cabeças de suínos para 67% dos criadores (CARVALHO, 1998a).

Hoje, a atividade pecuária de suínos é classificada nas classes 1, 2 ou 3, de acordo com a dimensão do efetivo pecuário, ou a capacidade da instalação inerente ao exercício da atividade e ao sistema de exploração, conforme definido no anexo II do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho (QUADRO 1).

Quadro 1. Classificação das atividades pecuárias

<b>Classe</b>	<b>Sistema de exploração</b>	<b>Critério</b>	<b>Suínos</b>
<b>1</b>	Intensivo	Mais de...	>260 CN
	Intensivo	De...até...	<sup>(2)</sup> 5<CN≤260
<b>2</b>	Extensivo	Mais de...	<sup>(2)</sup> 5<CN-sem limite
<b>3</b>	Todas	Até <sup>(1)</sup>	≤ 5 CN – sem limite
<b>Detenção caseira</b>		Até (número de animais)	4

<sup>(1)</sup> O limite da classe 3 tem em consideração um máximo de 5 CN para a espécie animal mais representativa e até um máximo de 10 CN para a totalidade do efetivo pecuário da exploração.

<sup>(2)</sup> O Sempre que o limite autorizado para a classe 3 seja ultrapassado.

Entende-se por «Cabeça normal (CN)» a unidade padrão de equivalência usada para comparar e agregar números de animais de diferentes espécies ou categorias, tendo em consideração a espécie animal, a idade, o peso vivo e a vocação produtiva, relativamente às necessidades alimentares e à produção de efluentes pecuários.

O equivalente em cabeças normais (CN), para os suínos, é conforme definido no anexo II do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho o seguinte (QUADRO 2):

Quadro 2. Equivalente em cabeças normais (CN) para os suínos

<b>Suínos</b>	<b>CN</b>
<b>Bácoro (de 7 kg a 20 kg de peso vivo)</b>	0,05
<b>Porco em acabamento (de 20 kg a 110 kg peso vivo)</b>	0,15
<b>Varrasco</b>	0,30
<b>Porca reprodutora (em gestação, lactação ou após desmame)</b>	0,35

Nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, entende-se por:

- «Núcleo de produção (NP)» a estrutura produtiva, integrada numa exploração pecuária, orientada para a produção ou detenção de animais de uma espécie pecuária ou de um tipo de produção, sujeita a manejo produtivo e sanitário próprio e segregado das restantes atividades da exploração;
- «Detenção Caseira» a detenção, por pessoas singulares ou coletivas, de um número reduzido de animais de espécies pecuárias não cinegéticas, sendo, no âmbito do presente decreto-lei, isenta de licenciamento do novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), e sujeita a registo prévio no Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal (SNIRA) através do sistema de informação de gestão do NREAP (SI REAP), antes do início de atividade, considerando-se que a posse desses animais tem o objetivo de lazer ou abastecimento do seu detentor;
- «Exploração pecuária» a atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas numa partilha dos meios de produção, sobre um conjunto de instalações pecuárias ou parques de ar livre onde os animais são explorados, reproduzidos, recriados ou mantidos, pelo (s) produtor(es), com ou sem afetação de outros detentores, podendo a exploração extensiva ser desenvolvida sobre um conjunto de parcelas contíguas, ou separadas, no âmbito de um concelho e ou seus limítrofes, ou outro desde que localizado na circunscrição territorial da mesma entidade coordenadora, podendo ainda conter diferentes núcleos de produção (NP) por espécie ou tipo de produção;
- «Licença de exploração» o documento que habilita ao exercício da atividade pecuária, uma exploração pecuária, entreposto, centro de agrupamento ou uma unidade autónoma de gestão de efluentes pecuários, sujeita ao regime de autorização prévia previsto no presente decreto – lei;
- «Produção extensiva» a que utiliza o pastoreio no seu processo produtivo e cujo encabeçamento não ultrapasse 1,4 CN/hectare, podendo este valor ser estendido até 2,8 CN/hectare desde que sejam assegurados dois terços das necessidades alimentares do efetivo em pastoreio, bem como a que desenvolve a atividade pecuária com baixa intensidade produtiva ou com baixa densidade animal, no caso das espécies pecuárias não herbívoras;
- «Produção intensiva» o sistema de produção que não seja enquadrável na produção extensiva;

- «Produtor» qualquer pessoa singular ou coletiva que exerce uma atividade pecuária e se responsabiliza pela mesma.

Os porcos Bísaros são atualmente explorados, predominantemente, em explorações pertencentes à classe 3 e “Detenção caseira”, com efetivos médios de 1-15 animais, em regime de confinamento total, “semi-ar-livre” e “ar-livre”.

Para além destas explorações, existem outras, em menor número, da classe 1 e 2, em regime de confinamento total, “ar-livre” ou “Camping system” com refúgios ou “semi-ar-livre”.

Os sistemas “ar-livre” ou “Camping system” com refúgios ou “semi-ar-livre” apresentam diversas vantagens comparativamente ao sistema de exploração em confinamento. O investimento em construções, equipamentos, a utilização de fatores de produção (mão-de-obra e energia) é reduzido, há maior economia de alimentos se as pastagens forem boas e existirem outros alimentos disponíveis como fruta e castanhas. Para além disso, existe a possibilidade de um maior bem-estar das pessoas, dos animais, respeitando o ambiente e criando riqueza, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do Mundo Rural.

Em todos os sistemas de exploração, os partos dão-se em maternidades, com aquecimento nos ninhos ou em abrigos com camas de palha.

As explorações pertencentes à classe 3 e “Detenção Caseira”, com efetivos médios de 1-15 animais, em regime de confinamento total, “semi-ar-livre” e “ar-livre” estão integrados em sistemas agrícolas extensivos.

Estes métodos proporcionam maior peso e número de leitões nascidos, maior peso e número de leitões ao desmame, maior velocidade de crescimento, melhor aproveitamento da alimentação, melhor sanidade e menor custo de produção.

As principais desvantagens destes métodos são: pouca produção, necessidade de uma maior percentagem de machos, desmame de menor número de leitões por ninhada, elevada mortalidade dos leitões ao nascimento e maior dificuldade em controlar as doenças.

Os métodos intensivos oferecem maiores índices de produtividade, contudo só são recomendáveis para produtores que utilizam fatores tecnológicos de produção ótimos, quer quanto a instalações quer quanto ao manejo.

### 3.4.3 Alimentação

A alimentação dos suínos da raça Bísara até ao ano 1998 era muito variada, dependendo esta da estação do ano. Da sua dieta faziam parte: grãos e farinha de

milho, trigo, centeio e aveia, batatas, castanhas, abóboras, couves, beterrabas, nabos, sobras de “cozinha” e subprodutos da “cozinha” como aparas de batatas, fruta e hortaliças (CARVALHO, 1998a).

Hoje, com a melhoria das condições tecnológicas de exploração, incluindo a formação dos produtores, as técnicas de manejo, instalações, desenvolvimento da indústria das rações e apoios à produção e manutenção nacionais e comunitárias, a alimentação dos suínos é mais adequada ao seu estado fisiológico.

A alimentação varia de acordo com o sistemas de exploração:

- No sistema de detenção caseira, a alimentação é muito semelhante ao que se fazia no fim do séc. XX, recorrendo a grãos e farinha de milho, trigo, centeio e aveia, batatas, castanhas, abóboras, couves, beterrabas, nabos, subprodutos da “cozinha” como aparas de batatas, fruta e hortaliças.
- No sistema de exploração extensiva, dependendo do número de animais e disponibilidade de recursos da própria exploração, a alimentação é reforçada em períodos de carência alimentar com concentrados comerciais.
- No sistema intensivo a alimentação é, na sua essência, feita com recurso a concentrados comerciais e de acordo com o estado fisiológico do animal. Existem ainda, alguns produtores que fazem o seu próprio concentrado, com cereais próprios e adquiridos na sua região e no mercado nacional. Para além destes produtos, também juntam vitaminas e minerais comerciais.

#### 3.4.4 Reprodução

Num estudo por nós realizado em 1998, verificámos que a idade a que o varrasco inicia a cobrição se situava entre os 7 e 8 meses de idade para 74% dos criadores e era abatido desde 1 ano a 1,5 anos para 48% dos criadores, 2 anos para 30% dos criadores e os restantes 22% até aos 2,5 anos. As fêmeas eram cobertas pela 1.<sup>a</sup> vez entre os 6 e 8 meses de idade em 95% das explorações e eram abatidas com a idade de 1 a 1,5 anos em 47% das explorações estudadas e, as restantes com 2 a 2,5 anos. Verificámos que, 28% dos criadores obtinham 1 parto por ano, 64 % 2 partos por ano e 8% 3 partos em 2 anos. A média de leitões nascidos por parto foi: menos de 10 para 30% da população, 10 para 26% da população e mais de 10 para 44% da população. A idade ao desmame variou entre 30 a 75 dias, sendo a maioria feita aos 60 dias (52% da população).

Atualmente, nos sistemas extensivos e caseiros ainda se mantém estes parâmetros reprodutivos, com uma melhoria significativa nos índices de fertilidade, prolificidade e diminuição da taxa de mortalidade.

No sistema intensivo os índices económicos tais como: a fertilidade, prolificidade, rusticidade e ganho médio diário têm vindo a melhorar. Em algumas explorações já se pratica a técnica da inseminação artificial, com vantagens económicas, genéticas e sanitárias acrescidas.

As porcas desmamam em média 8-10 leitões, sendo o peso individual ao desmame aos 45 dias de 12 Kg e, aos 8 meses de idade de 60 kg de carcaça respetivamente. O peso à idade adulta é de 200 Kg para as fêmeas e 250 Kg para os machos (CARVALHO, 2009).

A vida útil dos reprodutores nas explorações no regime extensivo e caseiro é de apenas de 2 anos para as fêmeas e 1,5 ano para os varrascos. O início da vida reprodutiva inicia-se aos 6-7 meses de idade para porcas e varrascos.

Nas explorações no sistema intensivo, a vida útil média é de 3,5 anos para porcas e varrascos.

Os porcos para produção de enchidos IGP são abatidos entre os 9 e os 18 meses de idade, com um peso de carcaça compreendido entre 100 kg e 200 kg.

#### *3.4.5 Alojamento*

As instalações e equipamentos utilizados na exploração de suínos da raça Bísara evoluíram muito desde últimos 10 anos do séc. XX. De alojamentos contíguos à própria habitação do criador/produtor passou a ter instalações próprias, longe dos agregados populacionais e cumprindo a legislação vigente.

Para esta melhoria muito contribuíram, a partir de 1996, a ANCSUB (Associação Nacional de Criadores de Raça Bísara) em colaboração com a Câmara Municipal de Vinhais e o Parque Natural de Montesinho que, elaboraram um projeto tipo para pocilgas familiares em regime caseiro. Este projeto foi fornecido gratuitamente a todos os associados da ANCSUB.

Os suínos que até então eram explorados em regime de estabulação permanente, com camas de palha ou outros vegetais, passaram a ter instalações próprias com pavimento de cimento (com ou sem camas de palha), boa iluminação, boa ventilação permitindo uma boa higiene dos animais e das instalações.

Para além deste tipo de explorações, existem outras em que os animais são explorados ao “ar-livre” com refúgios ou “semi-ar-livre”.

As explorações intensivas têm maternidades onde as porcas parem e estão com os leitões até ao desmame.

### 3.4.6 Comercialização

A suinicultura, com base no suíno de raça Bísara, evoluiu desde uma pequena fonte de carne de porco na exploração, para consumo da família do agricultor, para pequenas empresas. Esta, ainda de pouca dimensão mas, orientadas para o lucro, com produção intensiva, capitalizada, mecanizada e utilização em alguns casos de técnicas de comercialização recorrendo à *internet*.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Superior Politécnico de Bragança teve um projeto intitulado “Ruralnet - Serviço de Informação e Comércio Electrónico”, que tinha por missão criar uma organização virtual que associasse pequenas empresas do mundo rural e permitisse a formulação de estratégias competitivas baseadas em tecnologias de informação, cujo objetivo foi e ainda é apoiar a comercialização dos produtos, no contexto de um mercado global. Está *online* na Internet desde o dia 1 de Outubro de 1998, no endereço <http://www.ruralnet.pt/en/>.

O volume de produtos IGP comercializados desde que surgiram em 1999 até 2007 foi de 45 517 kg sendo de: 6760 alheira de Vinhais, 1066 butelo de Vinhais, 23 643 chouriça de Vinhais, 785 chouriça doce de Vinhais, 568 chouriço azedo de Vinhais e 12 695 salpicão de Vinhais (Quadro 2, CARVALHO, 2009).

Quadro 2. Quantidade de produtos IGP comercializados (kg)

Produto	<sup>a</sup> 1999	<sup>a</sup> 2000	<sup>b</sup> 2001	<sup>c</sup> 2002	<sup>d</sup> 2004	<sup>e</sup> 2006	<sup>e</sup> 2007	Total
Alheira de Vinhais						2879	3881	6760
Butelo de Vinhais						455	611	1066
Chouriça de Vinhais	6	2950	5993	3397	4331	3870	3096	23 643
Chouriça Doce de Vinhais						436	349	785
Chouriço Azedo de Vinhais						165	403	568
Salpicão de Vinhais		1780	3020	1544	2574	967	2810	12 695

Fonte: <sup>a</sup>(OLIVEIRA, 2002) ; <sup>b</sup>(IDRH, 2003); <sup>c</sup>OLIVEIRA, 2004; <sup>d</sup>OLIVEIRA, 2006; <sup>e</sup>(GPP, 2010)

A carne do porco Bísaro teve pela primeira vez a menção DOP em 2006. As quantidades comercializadas foram de 3191 Kg e de 1592 Kg para os anos de 2006 e 2007 respetivamente (GPP, 2010).

As quantidades comercializadas, a partir de 2007, do nosso conhecimento ainda não foram publicadas mas, dada a evolução positiva do efetivo e o nº de pequenas indústrias transformadoras de carne de porco Bísaro, espera-se que tenham aumentado proporcionalmente.

Quanto ao preço de venda ao produtor depende do produto e local de venda.

O preço dos primeiros produtos IGP a aparecer no mercado foi em 1997, a 7 000\$00 para a linguiça ou chouriça de Vinhais e de 10 000\$00 para o salpicão de Vinhais (CARVALHO, 1998b).

Da análise do QUADRO 3, verificamos que o preço nos de 2006 e 2007 para produtos IGP e produtos não certificados foram semelhantes.

Quadro 3. Preço ao produtor/ano de produtos IGP/não certificados

Produto	<sup>a</sup> Preço do produto c/ nome protegido		<sup>b</sup> Preço do produto não certificado		<sup>c</sup> Produto IGP	Produto IGP	Produto não certificado
	2006	2007	2006	2007	2010	2014	2014
<b>Alheira de Vinhais</b>	8,00	8,00	8,00	8,00	12,50	12,50	12,50
<b>Butelo de Vinhais</b>	15,00	20,00	15,00	20,00	15,00	20,00	10,00
<b>Chouriça de Vinhais</b>	30,00	30,00	30,00	30,00	35,00	35,00	25,00
<b>Chouriça Doce de Vinhais</b>	8,00	8,00	8,00	8,00	12,50	12,50	12,50
<b>Chouriço Azedo de Vinhais</b>	8,00	8,00	8,00	8,00		12,50	12,50
<b>Salpicão de Vinhais</b>	40,00	40,00	40,00	40,00	45,00	40,00	30,00
<b>Presunto</b>					15,00	35,00	25,00

Fonte: <sup>a</sup>e<sup>b</sup> (GPP, 2010); <sup>c</sup>ANCSUB, 2010; 2014

Atualmente, os preços continuam semelhantes para a alheira, chouriça doce de Vinhais e chouriço azedo de Vinhais. Para os restantes produtos os preços com IG são mais elevados, em média de 10 euros.

Os produtos que aqui se fazem referência são produtos certificados para comercialização, de fabrico regional ou tradicional ou nas chamadas “Cozinhas Regionais de Fumeiro“ mas que, não possuem a menção de IGP.

As “Cozinhas Regionais de Fumeiro” são indústrias de produtos regionais de suínos, de pequena dimensão, que cumprem todos os requisitos higio-sanitários, permitindo produzir com qualidade e segurança.

A modalidade de escoamento dos produtos tem sido através: do comércio tradicional, da venda direta ao consumidor, da restauração, de médias e grandes superfícies, de feiras e outros tais como em festas, à porta da exploração a turistas, caçadores, *internet* e correio normal.

Em 2006 e 2007 a distribuição foi realizada por: comércio tradicional com 10%, da venda direta ao consumidor com 20%, da restauração com 20%, de médias e grandes superfícies com 30%, de feiras com 10% e outros com 10% do total respetivamente (FIGURA 1; GPP, 2010).

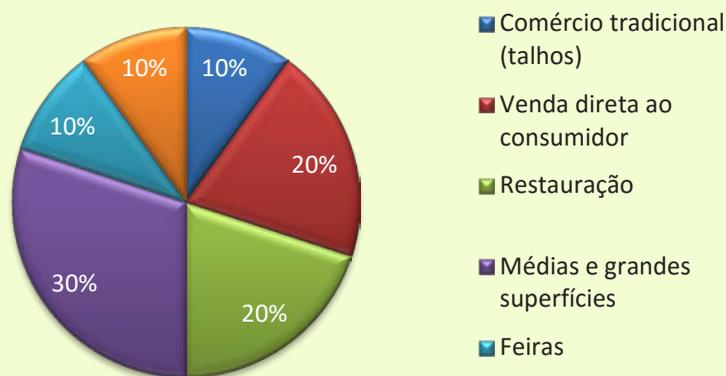


Figura 1. Modalidades de escoamento

Deste 2007 até aos dias de hoje não há estatísticas, nem dados publicados sobre os circuitos de comercialização.

Hoje, para além dos locais de venda já referidos, surgiram novos circuitos curtos de comercialização. Estes, foram essencialmente por venda direta ao consumidor através da *internet* e de Estabelecimentos de Vendas Directas, também denominadas de “Cozinhas Regionais de Fumeiro”.

Atualmente existem 17 “Cozinhas Regionais de Fumeiro”.

#### 4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O porco da raça Bísara foi submetido ao longo dos tempos a cruzamentos sucessivos com outras raças, ditas melhoradoras ou exóticas, com a intenção de aumentar o seu rendimento económico. O primeiro plano de melhoramento data a 1850, trazendo como consequência a quase extinção do património genético nacional - raça Bísara.

As regiões onde o porco bísaro é explorado, são eminentemente rurais. O seu contributo é essencial para a economia familiar e desenvolvimento rural sustentável.

Atualmente existem cerca de 3500 fêmeas em 100 explorações sustentáveis ativas.

O efetivo médio por exploração tem aumentado, variando de 20 a 300 fêmeas reprodutoras para novos projetos.

Verifica-se que a dimensão produtiva ainda é muito baixa, com circuitos de comercialização predominantemente curtos.

Os produtores com efetivos mais elevados, apesar das mais-valias fornecidas pela transformação da carne, privilegiam a venda de leitões. O destino destes leitões são preferencialmente vendidos a restaurantes da região da Bairrada/Portugal.

Neste momento há 7 produtos certificados com a designação de IGP e 1 DOP. Os produtos IGP são: salpicão de Vinhais, chouriça ou linguiça de carne de Vinhais, presunto de Vinhais ou presunto bísaro de Vinhais, alheira de Vinhais, butelo de Vinhais ou bucho de Vinhais ou palaio de Vinhais ou chouriço de ossos de Vinhais, chouriça doce de Vinhais e chouriço azedo de Vinhais, azedo de Vinhais ou chouriço de pão de Vinhais. O produto DOP é a carne de porco Bísaro Transmontano.

Os produtores de suínos da raça Bísara enfrentam vários desafios, tais como:

- ➔ O euro nas circunstâncias em que este existe (como uma moeda forte). Com o euro, os blocos económicos tais com a Europa, EUA e países da OCDE, se fecham em relação aos outros para manter certo nível de rendimentos e de preços e, por consequência, de prestações sociais, ou então com uma economia aberta, têm que desvalorizar ou as moedas ou os fatores de produção.
- ➔ Licenciamento da exploração pecuária (nomeadamente no tocante ao bem-estar animal, ao ordenamento do território, à gestão de efluentes pecuários e à proteção ambiental) e marca de produção suinícola. Esta marca é

indispensável para a comercialização e emissão de guias de transporte para abate ou para outra exploração.

- ↳ Encargos sociais. Com o licenciamento da exploração pecuária, o seu proprietário é obrigado a pagar para Segurança Social que de outro modo não tinha este custo.
- ↳ Maneio na produção:
  - Cumprir o programa profilático, que inclui a vacinação contra a doença de Aujeszky, também conhecida como pseudo-raiva dos suínos. Esta última medida está a onerar bastante a produção de suínos bísaros.
  - Cumprir com o programa alimentar. A alimentação dos suínos, para produzir produtos DOP e IGP, não pode ser feita à base de concentrado comercial. Esta deve ser à base da produção agrícola local, tais como: cereais (milho, trigo, centeio, cevada, batatas, abóboras, beterrabas, couves, castanhas. Estes cuidados têm especial importância na fase final da engorda e acabamento.
- ↳ Abate. O abate tem de ser feito em matadouros licenciados.
- ↳ Transporte. É necessário transportes licenciados e condutores com formação específica em bem-estar-animais.
- ↳ Cumprir as regras do Livro Genealógico.
- ↳ Competir com o mercado dos produtos não certificados.
- ↳ Cumprir as regras da rastreabilidade e ter acesso: a tecnologia, a mão-de-obra, a sanidade, ao associativismo, ao mercado, ao maneio e meio ambiente, aos sistemas biológicos, à alimentação e ao comportamento animal que permitam uma boa rentabilidade da exploração.

Como principais sugestões indicariamos:

- ↳ Implementar um programa de melhoramento da raça. Este programa deverá incluir a Associação dos Criadores de Suínos da Raça Bísara, Instituições de Ensino Superior através dos seus Centros de Investigação, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, apoiados por medidas de apoio nacionais e comunitárias.
- ↳ Aumentar os efetivos, uma vez que temos um efetivo inferior a 5000 fêmeas reprodutoras e como tal, ainda é considerada uma raça em risco de extinção.

- Melhorar o sistema de tratamento e aproveitamento dos dejetos para produção de húmus e biogás.
- Melhorar as condições de alojamento, manejo e bem-estar animal.
- Implementar novas técnicas de marketing e comercialização da carne e seus produtos, explicando inequivocamente as diferenças entre produtos DOP, IGP e produtos que não têm essa designação.
- Criar novos produtos e embalagens.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, C.M.G., 2013. Caracterização e regras de produção do presunto de vinhais. Painel VII – Caracterização e Certificação do Presunto. Livro de atas do VII Congresso Mundial do Presunto, 28 a 31 de maio de 2013. Ourique. Portugal. ISBN 978-989-98363-0-3.
- ANCSUB, 1994. *Regulamento da Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara*. Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara. Mirandela. Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes.
- ANCSUB, 2006. *A raça Bísara*. [Consultado em 12 de Agosto de 2006]. Disponível em: <http://www.porcobisaro.net/dados/racabisara.htm>.
- ANCSUB, 2010. Boletim n.º 15. In: <http://www.porcobisaro.net/dados/boletins.php>, consultado em 15 de maio de 2014.
- ANCSUB, 2014. *A raça Bísara*. [Consultado em 29 de Abril de 2014]. Disponível em: <http://www.porcobisaro.net/dados/racabisara.php>.
- ANCSUB, 2014. *A raça Bísara*. In: <http://www.porcobisaro.net/dados/racabisara.php>, consultado em 25/4/2014.
- ANDRADE, L.P.; RODRIGUES, J.V.; RODRIGUES, A.M.; ANDRADE, C.S.C.P., 2001. Extensive livestock production systems in Portugal. IN: *I Workshop of the Pastoral Project Sotto del Real - Spain 7<sup>th</sup> – 10<sup>th</sup> July 2001*. Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Castelo Branco, 29 pp.
- CARVALHO, Marieta Amélia Martins de, 1998a. *Alimentação e sistemas de produção do porco Bísaro no Nordeste Transmontano*. In: IV Simpósio Internacional do Porco mediterrânico, 26-28 de novembro. Évora. Portugal, 11pp.
- CARVALHO, Marieta Amélia Martins de, 1998b. *Comercialização de produtos suínolas de qualidade específica*. In: IV Simpósio Internacional do Porco mediterrânico, 26-28 de novembro. Évora. Portugal, 12pp.

- CARVALHO, Marieta Amélia Martins de, 2009. Estudo da alometria dos ácidos gordos em suínos da raça Bísara. Tese de Doutoramento em Ciência Animal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 546 pp.
- FAO, 2001. *Los cerdos locales en los sistemas tradicionales de producción*. Série FAO: Producción y Sanidad Animal, **148**, 211pp.
- FAO, 2014. *La ganadería y el medio ambiente*. In: <http://www.fao.org/livestock-environment/es/>, consultado em 23/4/2014.
- GPP, 2010. *Inquérito aos Agrupamentos Gestores de produtos com nomes protegidos DOP/IGP/ETG – 2006,2007*. Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa, 46 pp.
- IACA, 2013. *Anuário 2013*. Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais. Lisboa.
- IDRH, 2003. *Produtos tradicionais com nomes protegidos. Apresentação e análise de dados sobre produção, preços e comercialização 2001*. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, 76pp.
- INE, 2014. Balança Alimentar Portuguesa - 2008-2012. In: <http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/04/Balan%C3%A7a-Alimentar-Portuguesa-.pdf>, Página criada: Quarta-Feira, 2 Abril 2014 14:48 GMT.
- JANEIRO, Póvoas, 1944. Raça Bísara. In *Boletim pecuário*. Ministério da Economia. Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Sociedade Astória, Lda, Ano XII, **2**: 29-31.
- LARSON, G; DOBNEY,K; ALBARELLA, U; FANG, M; MATISOO-SMITH, E; ROBINS, J; LOWDEN, S; FINLAYSON, H; BRAND, T; WILLERSLEV, E; ROWLEY-CONWY, P; ANDERSSON, L e COOPER, A, 2005. Worldwide Phylogeography of wild boar reveals multiple centers of pig domestication. *Science*, **307**: 1618-1621.
- LIMA, Silvestre Bernardo, 1973. In: *Recenseamento Geral dos gados no continente do reino de Portugal*. Imprensa Nacional. Lisboa, pp. 407-417.
- NOGUEIRA, P., 1900. Les animaux agricoles. In: *Le Portugal au point de vue agricole*. Institut Agronomique de Lisbonne. Imprensa Nacional. Lisboa.
- OLIVEIRA, V., 2002. *Produtos tradicionais com nomes protegidos. Apresentação e análise de dados sobre produção, preços e comercialização 2000. Divisão de Estudos, Planeamento e Prospectiva*. Direcção de Serviços de Planeamento. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 75 pp.
- OLIVEIRA, V., 2004. *Produtos tradicionais com nomes protegidos. Apresentação de dados sobre produção, preços e comercialização 2002*. Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 57 pp.

- OLIVEIRA, V., 2006. *Produtos tradicionais com nomes protegidos apuramentos 2004*. Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 56 pp.
- ORTIGOSA, J. M. da Cunha Fajardo Lôsvéles, 1946. Raças porcinas portuguesas. In: *Porcinicultura. Os Porco*. Publicação do Jornal Agrícola “ O Lavrador”. Porto. Ed. Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto, **XLIX**: 76-87.
- PINTO, J.F. DE MACEDO, 1878. Zootechnia dos animais suínos. In: *Compêndio de Veterinária. Curso completo de Zoiatrica Doméstica*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 440 pp. LIMA, Silvestre Bernardo, 1973. In: *Recenseamento Geral dos gados no continente do reino de Portugal. Imprensa Nacional*. Lisboa, pp. 407-417.
- PORTUGAL (1996) - Despacho N.º 139/96. Diário da República N.º 301, II.ª Série, de 30 de dezembro.
- PORTUGAL, 2005. Despacho n.º 16 840/2005. Diário da República N.º 149, II.ª série, de 4 de agosto.
- PORTUGAL, 2008. Decreto-Lei n.º 209/2008. Diário da República N.º 210, I.ª série, de 29 de outubro.
- PORTUGAL, 2008. Decreto-Lei n.º 214/2008. Diário da República N.º 219, I.ª série, de 10 de novembro.
- PORTUGAL, 2009. Portaria n.º 636/2009. Diário da República N.º 111, I.ª série, de 9 de junho.
- PORTUGAL, 2013. Decreto-Lei n.º 81/2013. Diário da República N.º 113, I.ª série, de 14 de junho.
- ROTHSCHILD, M.F.; RUVINSKY, A., 1998. *The genetics of pig*. Cabi Publishing. Cab International, 622 pp.
- SILVA, J. S.; NEVES, F.; BERNARDO, A.; PIRES DA COSTA, 2000c. Caracterização e inventário genético do porco bísaro, com recurso a genes de efeito fenotípico visível. Sua utilização na comparação genotípica entre populações e na constituição de um núcleo de conservação genética “in vivo”. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*. Vol. XCV, **535**:140-150.
- VALE, José Miranda do, 1949. Suínos. Capítulo II. In: *Gado bissulco-suínos, bovinos, arietinos, caprinos*. Livraria Sá da Costa. Coleção a Terra e o Homem, 4ª Secção-2, **17**: 35-78.
- VICENTE, A. P. A., 2006. *Caracterização do porco Malhado de Alcobça*. Dissertação de Mestrado em Produção Animal. Faculdade de Medicina Veterinária. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 174 pp.

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Pedro Teixeira**

Direção-Geral de Agricultura  
e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Sr. Vice Reitor da UTAD, Prof. Artur Cristóvão

Sr. Professor Luís Tibério

Sr.<sup>a</sup> Professora Ana Marta Costa

Caros colegas Palestrantes

Caras Entidades Organizadoras

Um obrigado pelo honroso convite que me foi endereçado e à DGADR para o encerramento deste Seminário. Parabéns pela organização e pelo nível exemplar das comunicações.

A agricultura familiar pode ter várias definições, mais ou menos unanimemente aceites, mas todos sabemos o que significa, o que vale.

Desde a “origem da humanidade”, a agricultura para além de sedentarizar o homem, gerou estabilidade, o crescimento das famílias e dos povos.

Em Portugal, a agricultura familiar domina quase em absoluto o panorama das explorações agrícolas. Mas, embora com desafios diferentes dos da antiguidade, prevalece o reconhecimento da importância dos recursos naturais, da transmissão do conhecimento, da preservação da cultura, o fazer bem e fazer perdurar.

À semelhança do “nosso bairro” na minha visão assumidamente romântica da Agricultura Familiar, o agricultor estima e luta pelo que é seu, luta por onde vive, para o seu bem-estar e o da sua família.

O fazer bem para que dure, repercute-se no uso sustentável dos recursos, na promoção do bem-estar nas zonas rurais, no respeito pela biodiversidade, na construção do meio ambiente e da paisagem que, afinal, são o seu próprio “habitat”.

Fazer bem e fazer perdurar.

Mais rendimento familiar na agricultura significa prosperidade, mais jovens, mais âncoras do desenvolvimento rural. A agricultura é um pilar incontornável do desenvolvimento rural e das comunidades rurais.

A agricultura familiar trabalha, estabelecendo portanto uma relação umbilical com os recursos e a natureza, com a sua preservação, com a produção que os sustenta, com o meio em que cria a família.

Perceber o agricultor familiar e o seu potencial e necessidades é essencial para criar sinergias no território e promover o desenvolvimento rural. Há que aumentar o conhecimento, a comunicação e a informação, portanto.

O agricultor e a sua família são portanto, elementos estruturantes das zonas rurais e do desenvolvimento rural sustentável, alvo de discriminação positiva neste PDR que, refira-se, toma como orientação “o aumento sustentável do valor acrescentado agroalimentar nacional de forma ambiental e territorialmente sustentável”.

Trata-se de uma clara aposta no território, no desenvolvimento rural e na sinergia entre os agricultores e as suas famílias com as políticas públicas na área da agricultura, de que destacamos ainda a abordagem Leader, numa clara demonstração de respeito pelas estratégias locais.

A DGADR, como organismo da Administração Central do Estado, diretamente ou através de uma vasta rede de entidades públicas e privadas com que colabora e interage no território, nomeadamente através da rede Rural Nacional, as DRAP, as Escolas, os Centros de Investigação, as Associações e Organizações entre outros atores locais ou nacionais, privilegia a implementação de políticas públicas estruturantes no território e que contribuem para o desenvolvimento rural e, portanto, para o sucesso duradouro da agricultura familiar.

Falamos de Regadio (dos grandes Aproveitamentos Hidroagrícolas aos importantes Regadios Tradicionais de cariz social e em zonas desfavorecidas), da Rede Rural Nacional, da Bolsa de Terras, da promoção e proteção da RAN, da promoção dos Modos de Produção sustentáveis e da Política da Qualidade, das Boas Práticas, da Estruturação Fundiária, do Associativismo, da diversificação de atividades na exploração agrícola, do TER, do artesanato, dos Circuitos Curtos e os mercados de proximidade, entre outros.

Estou pois convicto que a fixação de mais famílias na agricultura trará um mundo rural mais saudável e próspero, onde mais gente querera viver e ter filhos porque vê um futuro melhor.

Saúdo mais uma vez a UTAD, anfitriã do seminário, e todas as organizações e intervenientes. O meu obrigado e, foi um prazer estar aqui.



